

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

ROBSON LUIZ ADAMI LOURO SOUZA DE CAMPOS

**A QUESTÃO NACIONAL NO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL**

**São Paulo  
2022**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

ROBSON LUIZ ADAMI LOURO SOUZA DE CAMPOS

**A QUESTÃO NACIONAL NO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL**

**Versão Original**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Estudos Brasileiros

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas  
Barbosa

**São Paulo  
2022**

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
Serviço de Biblioteca do  
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

C198

Campos, Robson Luiz Adami Louro Souza de

A questão nacional no pensamento de Ignácio Rangel / Robson Luiz Adami Louro de Souza de Campos; Alexandre de Freitas Barbosa, orientador -- São Paulo, 2022.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: tensões, rupturas e continuidades entre passado, presente e futuro.

Título em inglês: The national question in Ignácio Rangel's thought – São Paulo, SP.

Descritores: 1 Rangel, Ignácio, 1914-1994. 2. História das ideias 3. Formação nacional 4. Pensamento econômico brasileiro 5. Questão nacional 6. Boêmios cívicos I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Barbosa, Alexandre de Freitas, orient. III. Título.

IEB/SBD116/2022

CDD 22.ed. 330.981

ROBSON LUIZ ADAMI LOURO SOUZA DECAMPOS

**A QUESTÃO NACIONAL NO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos  
Brasileiros da Universidade de São Paulo para  
obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

A ideia de país que influenciou a elaboração deste estudo começou nos bancos de Faculdade. Com pouco mais de vinte anos concluí o curso de Direito e o que pairava em meus pensamentos era uma compreensão oriunda das leis e do pouco de experiência que se pode ter com tenra idade. Uma influência marcante se firmou após um curso sobre política. Ao participar de um ciclo de aprendizagem me deparei com ideias diferentes das que eu havia recebido nos bancos universitários. Em especial, destaco as “aulas” semanais que recebia de uma pessoa, que por bons tempos atuou nos centros decisórios da “cidadela do Estado”, na precisa terminologia, como menciona meu orientador.

Rigorosamente, uma vez por semana me reunia com o general Oswaldo Moniz Oliva,<sup>1</sup> pai do senador Aloísio Mercadante, que ocupou postos chaves no Estado assessorando os presidentes da República nos períodos dos Governos Militares. Ali fui ouvinte assíduo ao me deparar com as dificuldades e as reais situações do que seja governar um país. Não é necessário expressar o quanto isso influenciou e ensinou a um jovem que acabara de sair da fase universitária inicial. Devo a estes ensinamentos e ao mais rico convívio com a turma do 50º Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, o CEPE de Ouro, meu gosto e incentivo aos estudos da questão nacional. Meu primeiro registro de gratidão.

Após esta experiência, notadamente positivista, passei à fase posterior à graduação, onde tive contato com o melhor do pensamento progressista. Do campo da Ciência Política à Economia, convivi com pessoas admiráveis que contribuíram e ainda contribuem com o pensamento brasileiro em diversas áreas, às quais faço questão de agradecer. O primeiro que menciono é o professor Antônio Cláudio da Costa Machado da FDUSP, que, como amigo e mestre, incentivou-me a prosseguir na vida acadêmica. Meu registro de imensa gratidão.

No exercício da Advocacia passei a militar no PSB, precisamente na Fundação João Mangabeira, órgão destinado à educação política. A experiência adquirida em “se pensar o país” é incomparável, e muito da contribuição que

---

<sup>1</sup> Um pouco de sua experiência é registrado na obra “*Brasil O Amanhã começa hoje*” (OLIVA, 2002).

esta pesquisa pode oferecer se atribui a esse período. Os documentos inéditos angariados que agora se apresentam foram recuperados da mesma forma: em razão de reuniões agendadas no estado do Rio de Janeiro lá estava eu designado para representar. O procedimento era o mesmo, o compromisso era no período da tarde, e eu pegava o primeiro voo de Congonhas a Santos Dumont, na madrugada. Batia na porta do CPDOC-FGV, fazia minha pesquisa pela manhã e após cumpria o que me foi proposto. Assim fiz a pesquisa naquele exímio centro de documentação. Por este motivo, nada mais salutar que registrar minha gratidão a Carlos Siqueira, Governador Renato Casagrande, Márcio Luiz França Gomes, Prof. Dr. Mário Luiz Guide e Francisco Cordeiro da Luz Filho.

Minha inserção na vida acadêmica tem a contundente marca de meu orientador, Prof. Livre-docente Alexandre de Freitas Barbosa do IEB-USP. Orientar é pouco que posso atribuir a esta pessoa que foi amigo nos momentos adversos, forte em suas convicções, mestre para corrigir, sábio para compreender e exímio ensinador. Não fosse por ele desconheceria muitas das lições de Ignacio Rangel e este trabalho não seria conclusivo.

Somado ao trabalho de meu orientador fui agraciado com o privilégio de conviver neste período de formação acadêmica com outros mestres que contribuíram decisivamente na pesquisa: Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV); Alessandro Serafin Octaviani Luis (FDUSP); José Márcio Rebolho de Arruda Rego (FGV) e Elias Jabbour (UERJ). Gratidão genuína.

Especial agradecimento à Rosa Freire d'Aguiar por sua generosidade e atenção ao me explicar sobre o convívio e relação de Celso Furtado e Ignacio Rangel, sugerindo obras e estudos a consultar.

Agradeço às leituras atentas, sugestões e críticas de Jorge Felix (USP), Patrícia Cunha (UFABC) e Maurício Luperi (FEAUSP). Agradeço, também, ao Professor Antonio Delfim Netto por colaborar com a pesquisa e conceder entrevista sobre seu conhecimento e contato com Ignacio Rangel.

O aprendizado nos grupos de pesquisas foram por demais importantes, destaco-os: Grupo Direito, Planejamento e Desenvolvimento da FDUSP; Grupo Novo-Desenvolvimentismo e Democracia Social da FGV; e Repensando o Desenvolvimento do IEB-USP e Grupo Pensamento e Política no Brasil do

DCP-FFLCH-USP a todos os seus membros e integrantes minha amizade e gratidão.

Às instituições que fomentaram os estudos: ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP); ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV); Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; a Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e o Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP.

Uma porção de gratidão especial ao meu tio Donizetti Louro, pesquisador do GAESI/POLI/USP e Professor do Programa de Pós-graduação da Escola de Medicina do Hospital Sírio-Libanês, ao meu primo Vinícius Hector Abud Louro, Professor do Instituto de Geofísica da USP; à Professora Dra. Roselle Adriane Soglio e ao Professor Dr. Luiz Antônio Santos Oliveira pelo incentivo irrestrito aos estudos e à elaboração da pesquisa.

Por fim, por ser o mais importante. Aos meus pais Luís e Ana por me proporcionarem muito mais do que a vida lhes concedeu. Aos meus irmãos Fábio, Marcelo e Fernando pela grandeza do significado de Família. Às mulheres magníficas que me permitiram avançar um pouco na vida por amor ao estudo: Thati e Ju. Não só gratidão a vocês como amor.

A Deus por minha sincera adoração.

*“A descoberta de elos débeis na economia brasileira, qualquer que seja sua origem, implica a descoberta de oportunidades de inversão”.* (**Ignacio Rangel, Recursos Ociosos, 1963**)

*“Todo e qualquer problema histórico e literário há de se ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso País”*  
(**Silvio Romero, História da Literatura Brasileira, 1886**).

*“Sem desconhecer a crescente complexidade e autonomização das esferas da existência, assumo como pressuposto que as mais ricas interpretações da realidade derivam de enfoques metodológicos que relativizam ou transgridam os limites das abordagens disciplinares e estabelecem diálogo entre variados campos do saber”.* (**Gildo Marçal Brandão, Linhagens do Pensamento Político Brasileiro, 2007**).

*“O Brasil precisa de ideias para equipar os brasileiros e transformar nosso recurso nacional mais importante – a vitalidade – em ação fecunda”* (**Mangabeira Unger, 2020**).

*“Mas o puro, nobre e inteligente nacionalismo não se confunde com xenofobia. Da mesma maneira que independência política de uma nação não significa isolamento dentro das próprias fronteiras ou hostilidade aos demais povos”.* (**Juscelino Kubitschek de Oliveira, Memórias do Brasil, discurso de JK 1956. Trecho 720 em 06/09/1956**).

## RESUMO

CAMPOS, Robson Luiz Adami Louro Souza de. A questão nacional no pensamento de Ignacio Rangel. 2022. 250 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O objetivo deste trabalho é elaborar uma reflexão sobre a questão nacional à luz da obra de Ignácio Mourão Rangel. Para atingir o objetivo, estudaremos a formação do pensamento de Ignácio Rangel e a especificidade da sua interpretação do Brasil, presente, sobretudo, na Teoria da Dualidade Básica da Economia e da Sociedade Brasileira. Em um segundo momento, o estudo analisa as ondas de recepção do pensamento rangeliano, abordando uma diversidade de trabalhos que se dedicam às obras do economista para estudar a realidade brasileira. Por fim, analisa a forma de compreensão do que seja a questão nacional para Rangel e a evolução de questões nacionais presentes em sua obra. Com isso, a análise concentra-se na contribuição de Ignacio Rangel (1914-1994), destacando-o como importante intérprete da natureza e das especificidades do capitalismo brasileiro.

**Palavras-chave:** História das ideias. Pensamento Econômico. Ignacio Rangel.

## ABSTRACT

CAMPOS, Robson Luiz Adami Louro Souza de. The national question in the thought of Ignacio Rangel. 2022. 250 f. Dissertation (Master in Brazilian Studies) – Institute of Brazilian Studies at the University of São Paulo, São Paulo, 2022.

The objective of this work is to elaborate a reflection on the national question in the light of the work of Ignácio Mourão Rangel. To achieve the objective, we will study the formation of Ignácio Rangel's thought and the specificity of his interpretation of Brazil, present, above all, in the Theory of Basic Duality of the Economy and Brazilian Society. In a second moment, the study analyzes the waves of reception of Rangelian thought, approaching a diversity of works that are dedicated to the works of the economist to study the Brazilian reality. Finally, it analyzes the way of understanding what the national question is for Rangel and the evolution of national questions present in his work. Thus, the analysis focuses on the contribution of Ignacio Rangel (1914-1994), highlighting him as an important interpreter of the nature and specificities of Brazilian capitalism.

**Keywords:** History of ideas. Economic Thinking. Ignacio Rangel.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1 A TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL ORGÂNICO DO ESTADO.....	20
1.1 Os alicerces do pensamento de Ignacio Rangel (1914-1945) .....	24
1.2 Traduzindo e escrevinhando: mudanças de rumos (1945-1951) .....	36
1.3 A chegada à cidadela do Estado: “vocês me chamaram por quê?” (1951-1954) .....	47
2 UM MAPA SOBRE A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL.....	55
2.1 A primeira onda de recepção do pensamento rangeliano: as análises temáticas.....	60
2.2 A formação da segunda onda de recepção das ideias rangelianas: as análises sistemáticas .....	80
2.3 A terceira onda de recepção e o reconhecimento de Ignacio Rangel como Intérprete do Brasil	84
2.4 Uma onda em formação: os conceitos e teses de Rangel como fonte para análises instrumentais.....	90
QUADRO SÍNTESE .....	94
3 A QUESTÃO NACIONAL EM IGNACIO RANGEL .....	100
3.1 Um método para interpretar o Brasil.....	107
3.2 Rangel e o paradigma da formação.....	117
3.3 As questões nacionais na práxis e teórica rangeliana .....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	140
BIBLIOGRAFIA .....	144
ANEXO .....	160

## APRESENTAÇÃO

O objetivo do estudo proposto é analisar elementos da trajetória de um intérprete do Brasil, o economista Ignacio Rangel. Para esta finalidade, a pesquisa se apoia em obras e trabalhos técnicos elaborados no período de 1944-1970. Assim, parte-se da exposição e reflexão da formação do pensamento de Rangel, para compreender suas principais influências teóricas, o contexto em que se desenvolve, assim como de pessoas que contribuíram para sua trajetória. O que se poderá compreender na etapa inicial do trabalho é que o personagem aqui estudado atingiu a condição de homem público atuando em postos chave do Estado, após percorrer as experiências de participação política, de trabalho em setores do comércio e da indústria, como jornalista e tradutor, até se consolidar como um economista com pensamento diferenciado.

Por estas razões, propõe-se o exame visando identificar um mapa de recepção do seu pensamento e a quem influenciou, após se firmar como economista e publicar obras, buscando demonstrar quem estudou essas obras de Ignacio Rangel; quando foram estudadas; e quais foram os principais pontos abordados nestes estudos, não pretendendo assim uma totalização de abordagem sobre o que já foi elaborado, mas, com o intuito modesto de parametrizar e organizar os trabalhos aqui analisados. Empreendendo esta iniciativa visou-se constituir uma introdução aos estudos sobre pensamento rangeliano, sendo possível identificar quatro ondas de recepção das ideias do intérprete do Brasil.

Ao final, após demonstrar elementos da formação e as ondas de recepção do pensamento rangeliano, buscou-se analisar a questão nacional sob a ótica de Ignácio Rangel. E para tanto, passou-se pelo estudo da aplicação do método desenvolvido pelo autor, elaborando, desta forma, uma síntese de como seu trabalho é desenvolvido trazendo uma breve concepção do conjunto da obra de Ignacio Rangel, em especial a teoria da dualidade. Concluindo, assim, da que maneira o trabalho rangeliano se integra ao paradigma da formação, e como o autor compreende a questão nacional de forma sistêmica e cíclica.

Em essência é um esforço de reflexão sobre um homem que vivenciou em período determinante da história brasileira como agente público, ressalta-se, a Industrialização de um país que cresceu a taxas elevadíssimas em termos

comparativos no Capitalismo, dentro de situações concretas, lendo e trabalhando diante dos fatos que constituíram a Nação e o Estado. Há de se tratar aqui sobre a interpretação da história brasileira formulada por alguém que ocupou um posto chave no período mínimo de 1950-1960.

O objetivo específico deste estudo é mostrar que o pensamento de Ignacio Rangel está vinculado à questão nacional intrinsecamente, de maneira perene. Um pouco mais que isso: a maneira que Ignacio Rangel trata a questão nacional é diferente, pois não a mostra como um assunto ou tema que atinge escala ou nível de abordagem nacional por sua amplitude, mas estabelece uma demonstração de inter-relação de instituições, ciclos e classes que constituem a questão nacional.

## INTRODUÇÃO

A associação entre economia e história possui uma larga trajetória. Sustenta-se, em especial, no campo da História Econômica e na História do Pensamento Econômico que, por meio desta inter-relação, se obtém resultados que mais se aproximam da realidade estudada, uma compreensão acurada dos fenômenos econômico-sociais. Por mais que o pensamento econômico convencional se esforce para isolar alguns fatos e lhe aplicar o *adjetivo* de econômico, resta claro que os fatos estudados ultrapassam essa delimitação imposta pela visão econômica ortodoxa. Hobsbawm afirma que “divorciada da história a economia é um navio desgovernado e os economistas sem a história não têm muita noção de para onde o navio navega” (2013, p. 152). Aplicar-se-á essa visão ao presente estudo. Pois, ao contrapormos às visões ortodoxas as visões heterodoxas observa-se limitação da compreensão do real (ou mais aproximada do real) por parte da primeira visão.

Tomemos por exemplo uma teoria do pensamento ortodoxo denominada livre mercado competitivo, uma das premissas dos estudos econômicos convencionais. O estudo rigoroso sobre este tema nos leva à conclusão fática de que a estrutura econômica é formada por um setor oligopolista da economia capitalista cuja competição é mínima ou inexistente e outra parte que existe uma competição real entre os agentes de mercado. Permitindo inferir, assim, que a ideia de livre mercado possui limitações. Por exemplos como estes é que os estudos alicerçados nos processos históricos demonstram maior precisão sobre os fenômenos estudados do que aqueles que derivam de avaliações hipotético-dedutivas ou modelos abstratos. Partindo dessa premissa, objetiva-se a formulação da base teórica para a reflexão sobre a história do pensamento político e econômico rangeliano.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Esta perspectiva foi desenvolvida por Malta, apoiada no pensamento de Rubin (RUBIN, (1929) 1989) – *apud* (MALTA & (Coord.), 2011), e tem por princípio o materialismo histórico, em contraponto ao idealismo hegeliano sob o qual seria possível existirem ideias provenientes de um “espírito absoluto”, sem necessidade de uma base material que as originasse. Parte-se da compreensão de que as ideias de um determinado período são o aspecto intelectual das relações sociais a e ele pertinentes, correlacionando-as, com as contradições e influências postas pela História.

A pesquisa se insere na seara dos estudos interdisciplinares do pensamento político, do pensamento econômico e da história econômica. Portanto, neste trabalho haverá uma associação do método histórico-dedutível<sup>3</sup> e o da sistematização de argumentos textuais, sua correlação com o ambiente histórico, sua análise e pesquisa de emergência, correlacionando sua trajetória e as influências recebidas, sua interlocução interpartes, ou seja, elementos de análise histórico-comparativa, textual e de contexto linguístico. Em síntese, estão presentes nesta reflexão, mesmo que de forma pontual, as contribuições do contexto linguístico, oriundo das análises de Pocock (2003), Skinner (2000); do contexto da interdisciplinaridade propostas por Bresser (2015); das análises sobre a formação do pensamento político a partir de família ou linhagens, segundo Brandão (2007); das linhas de pensamento econômico brasileiro apresentadas por Bielschowsky (2000).<sup>4</sup>

Como mencionado, far-se-á utilização neste estudo das categorias provenientes da Escola de Cambridge,<sup>5</sup> em especial o contextualismo linguístico e a historiografia das ideias e do pensamento político como

---

<sup>3</sup> Extraímos esta expressão do artigo do professor Luiz Carlos Bresser Pereira (abril-junho 2009) que trabalha a questão do método histórico-dedutivo e do método hipotético-dedutivo e os elementos centrais da teoria econômica.

<sup>4</sup> Utilizaremos os estudos do filósofo alemão de forma suplementar, aplicando os círculos de compreensão (GADAMER, 2006) para o estudo, daqui em diante. Gadamer escreve que "a hermenêutica é o método universal das ciências históricas" e que "as ciências humanas contribuem para a compreensão que o homem tem de si mesmo, embora não se igualem às ciências naturais em termos de exatidão e objetividade, e se elas assim o fazem é porque possuem, por sua vez, o seu fundamento nessa mesma compreensão" (2006, p. 12). E por esta razão entendemos que os círculos de compreensão, associados aos demais pontos metodológicos, nos servem de referência para método de estudos, colocando como caminho para a realização da pesquisa este percorrer: "Ora, o círculo hermenêutico é um círculo rico em conteúdo (*inhaltlich erfüllt*) que reúne o intérprete e seu texto numa unidade interior a uma totalidade em movimento (*processual whole*). A compreensão implica sempre uma pré-compreensão que, por sua vez, é prefigurada por uma tradição determinada em que vive o intérprete e que modela seus preconceitos. Assim, todo encontro significa a "suspensão" de meus preconceitos, seja o encontro com uma pessoa com quem aprendo a minha natureza e os meus limites, seja com uma obra de arte ("não há um lugar em que não possa ver-te, deves mudar a tua vida") ou com um texto: e é impossível contentar-se em "compreender o outro", quer dizer, buscar e reconhecer a coerência imanente aos significados-exigências do outro" (GADAMER, 2006, pp. 13-14).

<sup>5</sup> Os trabalhos fundamentais que conformam esta linha metodológica de interpretação são de autoria Quentin Skinner e John Pocock. Nesta dissertação utilizaremos o contextualismo linguístico e os círculos de compreensão como base auxiliar na interpretação dos trabalhos de Rangel. Não se trata de uma tentativa de reconstrução do vocabulário político de seu tempo como Pocock e Skinner por exemplo. Trabalharemos com esta metodologia, adaptando-a à realidade da pesquisa em pensamento político e econômico, sem um aprofundamento extremo no campo específico da linguística e da hermenêutica.

metodologia de pesquisa, associada com os círculos de compreensão elaborado por Hans Georg Gadamer. Paralelamente, a análise do discurso e da retórica foram mobilizadas no aprimoramento das análises textuais, com o fim de obter os pontos fundamentais da obra de Rangel, possibilitando, ao mesmo tempo que uma compreensão precisa de seus trabalhos, o registro de suas obras em relação às demais formulações intelectuais e teorias da época.

No que tange ao contextualismo linguístico, nos baseamos nas linhas metodológicas elaboradas por Quentin Skinner e John Pocock. Estes dois autores contribuíram com a formação de um eixo metodológico específico que agregou em torno de si a busca pela compreensão de *textos* através de uma perspectiva contextualista. Esta perspectiva leva em consideração não apenas o texto de um autor em si, mas os atores responsáveis pelas respectivas produções, seus contextos de formação, os cenários políticos nos quais foram produzidos, a representatividade de determinados “atos de fala” e os debates em torno dos quais orbitavam estes atos.

Para estes autores o *texto escrito* e a *linguagem* não poderiam e nem deveriam ser considerados através de perspectivas unívocas, ou seja, constituindo-se respectivamente apenas enquanto elementos textuais ou simples componentes gramaticais, sem uma devida contextualização histórica e política. Para eles, tanto os “textos” quanto as “narrativas” propriamente ditas deveriam ser analisadas com maior profundidade, possibilitando ao pesquisador a real compreensão dos “sentidos” almejados pelo autor no momento de sua escrita.

Para Skinner (2002) os *textos* se constituiriam, enquanto *atos de fala* eminentemente políticos, para Pocock (2003) as “narrativas” e suas respectivas “linguagens” se constituiriam na verdade como “discursos políticos”, direta ou indiretamente. Dito de outra maneira, para estes intelectuais, a investigação de textos e escritos de uma época deveria sempre levar em consideração uma linha historiográfica, sem ignorar o modo pelas quais determinadas obras ou produções teriam sido elaboradas.

No caso de Ignacio Rangel, buscamos distinguir seus *atos de fala* em duas espécies diferentes de trabalhos textuais. O primeiro como formulações

provenientes de seus livros e artigos, advindas de sua inserção no contexto em que está inserido; e no segundo caso, como elaborações eminentemente políticas e técnicas dentro da esfera de governo, com *intenções* mais explícitas, afastando-se da suposta neutralidade exigida pelo rigor das Ciências Sociais, quando esteve inserido em debates mais próximos à política e, posteriormente, quando ingressou de forma institucionalizada neste campo.

O primeiro caso pode ser ilustrado através de seu esforço teórico na formulação da teoria da dualidade básica, ainda no início da década de 1950. O segundo por obras escritas já entre as décadas de 1960 e 1990, quando participou da experiência do II Governo Vargas, do Plano de Metas e do BNDE.

A linha metodológica alicerçada em Skinner e Pocock busca levar em consideração, para a compreensão do pensamento de uma época, não a *fala* ou a *narrativa* como objetos intrínsecos ao pensamento dos autores que as desenvolveram, mas como resultado também de uma série de condicionantes externos à produção desenvolvida, que determinariam o real *significado* e *intenções* dos atores que a teriam criado.

Para Skinner o texto, por si só, detém menor importância do que os significados do *ato da fala*. Para o presente propósito, usa-se essa categoria para compreender o sentido das formulações intelectuais de Ignacio Rangel e seus interlocutores. Em contrapartida, para Pocock, a importância repousaria sobre o sentido da *linguagem* que molda o ideário político de uma época e seu respectivo discurso político, o que justifica, neste trabalho, a busca pela compreensão do contexto político e intelectual nos quais Rangel esteve inserido. Embora Skinner e Pocock se aproximem em torno de um eixo metodológico semelhante, as duas linhas metodológicas não são idênticas. Visa-se trabalhar nesta dissertação a partir de linhas metodológicas de maneira conjugada.

A principal característica que diferencia a metodologia dos dois autores repousa no fato de que Quentin Skinner teria sua maior preocupação na recuperação das intenções autorais de uma formulação intelectual ao tentar compreender os *significados* da ação linguística *textual*. Assim, seu lugar de análise estaria direcionado às intenções do autor no *ato da fala*. Por sua vez,

Pocock teria como principal atenção a reconstituição dos *paradigmas* e *linguagens* de uma época em busca da compreensão de seus respectivos discursos políticos. A linha de Pocock se desloca da busca pelas *intenções do autor*, como no caso de Skinner, para as *linguagens, ideologias, gramáticas* e fundamentações linguísticas que formariam a base para o entendimento de determinados discursos políticos de um período histórico.

Passamos assim de uma análise preponderantemente textual para uma compreensão contextual de interpretação das ideias e pensamentos de uma época, vis-à-vis a seus acontecimentos históricos concretos. A conjugação dos eixos metodológicos nos permitirá compreender as teorizações e interpretações elaboradas por Ignacio Rangel e suas correspondências com os eventos políticos e históricos nos quais esteve envolvido.

Trabalhamos com as perspectivas metodológicas da seguinte maneira: Com Skinner, através da compreensão dos *atos de fala* de Rangel e de suas *intenções* ao elaborar suas obras. Deste modo esperamos compreender melhor os significados de suas reflexões em seu tempo histórico e os respectivos debates político-intelectuais nos quais o autor esteve inserido durante sua trajetória de interpretações. Esta busca foi importante, visto que conceitos específicos, se utilizados em diferentes tempos históricos, não são capazes de captar, de maneira consistente, determinadas realidades concretas.

A transformação de determinadas circunstâncias históricas, conjunturas políticas, cenários socioeconômicos e contextos culturais de uma época podem conferir a determinados conceitos – se analisados de uma perspectiva univocamente textual – características anacrônicas, capazes de imputar significados incorretos às ideias de determinados autores. Esta primeira linha metodológica nos permitirá reconstruir o percurso de Rangel e seus interlocutores e compreender o sentido de seu pensamento político e econômico de acordo com seu tempo histórico, relacionando as interpretações e teorias elaboradas pelo autor a um amplo repertório de ideais presentes em determinado tempo histórico. Skinner sugere:

“Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam

e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as ideias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e a força exata de seu argumento, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época”. (SKINNER, 1978, P. 13)

Para Skinner (2002) todo *ato de fala* se constitui enquanto ato político. Skinner entende que os atos de fala devem ser analisados como atos sociais intersubjetivos, e não intertextuais, sendo possível em situações históricas concretas, onde a linguagem é utilizada com objetivo à realização de determinadas ações e interesses sociais e políticos. Por isto, justifica-se em nossa dissertação a busca das formulações desenvolvidas por Rangel durante sua participação na Assessoria Econômica de Vargas, quando escreveu, além de livros, breves artigos em boletins, documentos oficiais, dentre outros.

Por outro lado, a partir de Pocock, por meio da pesquisa da linguagem e sua presença em determinados discursos, reconstruímos os contextos históricos e as arenas político-intelectuais nas quais Ignacio Rangel esteve inserido, compreendendo assim seus discursos políticos e as correspondências desses discursos com o campo político concreto.

Visando a reconstituição dos discursos de acordo com seu tempo histórico e ideário político, utilizamos como referência os vocabulários e “terminologias” que apareceram com maior frequência em suas obras. Pesquisar-se-á estes vocabulários e terminologias na produção teórica e interpretativa do autor de acordo com as temáticas trabalhadas por ele e seus respectivos períodos históricos, políticos e intelectuais.

Procedemos à análise desta “gramática” pesquisando-a nas obras do autor em fontes e documentos primários e em fontes secundárias (artigos, dissertações e teses de estudiosos que já se debruçaram sobre o contexto histórico) e sobre os embates políticos e intelectuais nos quais Rangel esteve inserido. Ainda com base em Pocock delimitaremos os períodos – transformações e rupturas no curso da História – que nos auxiliarão a compreender determinadas modificações nos eixos conceituais e ideológicos do período histórico estudado pelo autor.

Espera-se, desta forma, que a perspectiva de Skinner nos auxilie na compreensão das intenções de Ignacio Rangel e seus interlocutores em seus *atos de fala*, e em que medida tais atos – que conformaram sua trajetória intelectual – influenciaram o debate político e cultural da época. O horizonte compreensivo de Pocock contribuirá para entender como cientistas, intelectuais e atores políticos utilizam muitas vezes expedientes linguísticos específicos (de forma consciente e inconsciente) com vistas a influenciar práticas políticas e culturais em determinados contextos.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada por Gadamer cujo sinônimo é de Objeto (KAHLMAYER-MERTENS, 2017, p. 41). E, por fim, modos operandi do estudo pensar segundo Gadamer ao salientar o que o “a ser compreendido”, estudado por uma consciência formada hermeneuticamente deve ser de antemão receptiva à alteridade do texto. Esta receptividade não pressupõe, no entanto, uma neutralidade quanto à coisa, nem um anulamento de si mesmo, incluindo a apropriação seletiva das próprias opiniões e preconceitos. Há que se ter consciência dos próprios pressupostos a fim de que o texto se apresente a si mesmo em sua alteridade, de modo a possibilitar o exercício de sua verdade objetiva contra a opinião própria (GADAMER, 2011).

## 1 A TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL ORGÂNICO DO ESTADO

Ocupar um lugar diferenciado nos amplos e diversos setores do pensamento brasileiro permite questionar a maneira como se formou o pensador e se erigiu a sua intelectualidade. Partindo dos pressupostos metodológicos adotados, sejam eles o contexto que o envolve assim como quem o influenciou, em especial no período considerado formativo, particularmente recorrendo aos elementos apresentados em Pocock e Skinner já esposados, far-se-á em diante um breve panorama da vida rangeliana, desde o nascedouro no sertão nordestino, no miolo do Maranhão até sua chegada em definitivo à época Capital da República, o Rio de Janeiro, acrescentando, de maneira expositiva, alguns acontecimentos importantes do período, apenas com o viés de conjugar elementos para constituição do contexto em que se forma o maranhense.

O personagem a quem aqui se dedica o estudo tem sua origem no sertão. Certa feita, Guimaraes Rosa disse a Günther Lorenz que “no sertão, cada homem pode se encontrar ou se perder. As duas coisas são possíveis. Como critério, ele tem apenas sua inteligência e sua capacidade de adivinhar” (ROSA, 1971). Não se trata de exagero salientar que o brasileiro ora aqui esquadrihado, oriundo do sertão maranhense, em boa medida se coaduna aos dizeres de Rosa. Com argúcia e uma diferenciada capacidade de adivinhar, e formular, sobretudo, se encontrou como economista, assim como uma trilha de vida que o levou a lugares proeminentes e destacados de funções e atividades públicas. De Mirador, cidade pacata e pequena, nos idos de 1914, quando nasce Ignacio de Mourão Rangel, aquele que dedicou boa parte de sua vida a estudar o Brasil e envidou esforços a decifrá-lo. Seu pensamento e sua trajetória é o objeto a que se dedica este trabalho.

O que leva realizar uma dissertação sobre o pensamento e a trajetória de um economista peculiar pouco conhecido, cujos escritos e feitos são familiares a círculos específicos de estudiosos? Esta, certamente, é a pergunta preambular que justifica uma boa dose de elucidação. Este personagem não foi apenas um formulador de ideias, o que em si já faria jus ao estudo inserido na seara do pensamento brasileiro. À parte ser este sertanejo uma figura do pensar e fazer que ocupava postos chaves do Estado, ou no dizer de Alexandre de Freitas

Barbosa, “esteve na cidadela do Estado junto a um fragmento de geração,” cujas ações influenciaram qualitativamente a construção da institucionalidade estatal em maneira pouco equiparada (2021, pp. 171-210).

Deixou escritos e projetos executados. Formulou teorias próprias, concatenou projetos elaborados e os realizou, fundiu escolas de pensamento e interpretou o Brasil ao seu modo. Entretanto, seu percurso não foi de apenas êxitos e boas recepções, pelo contrário, angariou incompreensões, resistências, seja da banda da direita ou da esquerda, sobretudo, em razão de suas compreensões que o diferenciavam das principais linhas de pensamentos de seu tempo. O que levou Ricardo Bielschowsky a lhe atribuir um capítulo integral em sua obra clássica e categorizar seu pensamento como independente dentre as demais correntes de ideias estudadas no interregno de 1930-1964. Mas, afinal, independente de que ou de quem? Analisando testemunhos e estudos de Rangel, tal assertiva teria dificuldade de ser mantida já que autonomia e independência de pensamento, por serem frutos de suas origens, meios e influências, pouco se podem sustentar. Considerando esses elementos, cabe aqui a primeira parte da sua vida, formação e aqueles que firmaram a estruturação de sua personalidade.

A reflexão de Ignácio Rangel tem a fisionomia da complexidade da realidade brasileira. Este autor não foi só um pensador – ou decifrador para alguns – do Brasil (HOLANDA, ALMADA, PAULA, & (orgs.), 2014), mas foi um agente político, na melhor concepção do termo, que influenciou diretamente nas ideias e nas ações de Estado no Brasil. Sem dúvida, em seu pensamento há uma marcante influência marxista, contudo, observo, no mínimo, uma aplicação heterodoxa do marxismo, ou melhor, uma aplicação livre das ideias de vários pensadores, ideias às quais pudesse recorrer para uma acurada compreensão da realidade brasileira - o que redundou na tese da Dualidade Básica.

Este é um esforço de reflexão a respeito de um homem que viveu, como agente público, situações concretas, lendo e trabalhando dentro dos fatos que formaram a história brasileira, partindo do que ele próprio leu e vivenciou, e não se restringindo a debates com outros pensadores da mesma época. É a interpretação da história brasileira formulada por alguém que ocupou um posto

chave no período de 1950-1960. O objetivo desta dissertação é mostrar que o pensamento de Ignacio Rangel está vinculado à questão nacional intrinsecamente, de maneira constante. A título de comparação, Florestan Fernandes se tornou livre-docente pela USP quando Rangel publicou a dualidade em 1953.

Rangel foi uma pessoa de cultura geral. Por ser considerado um dos fundadores do pensamento econômico brasileiro, em 1980, quando da criação da Revista de Economia Política, Rangel foi posto ao lado de Celso Furtado e Caio Prado Jr. como patrono da revista e se tornou um dos seus principais escritores nos primeiros anos de edição.

A apresentação biográfica do pensador será examinada com mais elementos adiante, contudo, não seria por demais uma sumária descrição, logo de partida, de quem foi Rangel. Este autor não foi só um pensador ou intérprete do Brasil<sup>7</sup>, característica que estudiosos de sua obra lhe atribuíram, passando a ser título de uma coletânea de artigos editada em sua homenagem (HOLANDA, ALMADA, PAULA, & (orgs.), 2014) –, foi um agente público, postado em lugar-chave do Estado, que influenciou diretamente as ideias e as ações de Governo no Brasil. Sem dúvida, em seu pensamento há influências diversas como do positivismo, do materialismo histórico, do keynesianismo, a teoria do ciclos econômicos, dentre outras, entretanto, observa-se, no mínimo, uma aplicação heterodoxa dessas vertentes, ou sendo mais exato, uma aplicação desapegada de ideias de vários pensadores e matizes no sentido da construção de uma acurada compreensão da realidade brasileira, o que redundou em uma interpretação muito peculiar sobre a economia e a sociedade brasileira e em especial na tese da Dualidade Básica.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Vide Maria Mello de Malta (Ignácio Rangel e a categoria da dualidade básica: Uma interpretação do Brasil, 2014).

<sup>8</sup> Sobre as influências intelectuais exercidas sobre Rangel ao longo de sua trajetória como intelectual orgânico do Estado, Elias Kalil Jabbour elabora um trabalho com ênfase em seu uso da tradição do marxismo (2017). Afirma que a originalidade do pensamento de Rangel foi fruto de diversas influências conjugadas, destacando as de natureza filosófica (Hegel e Kant), perpassando por Adam Smith, Karl Marx, Vladimir Lênin, culminando, por intermédio de Joseph Schumpeter, na apropriação da teoria das ondas largas da conjuntura de Nicolai Kondratiev e da utilização do pensamento keynesiano. Segundo Jabbour, essas influências que explicam, em certa medida, o êxito – em Rangel – tanto da transformação do materialismo histórico em algo profundamente brasileiro quanto da elaboração de uma

Rangel influenciou pensadores e formuladores da economia nacional, como Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser Pereira, Antônio Delfim Neto, Ricardo Bielschowsky, dentre outros. Ignacio de Mourão Rangel (1914-1994), nascido em 20 de fevereiro de 1914 na cidade de Mirador, sertão nordestino, filho e neto de magistrados, graduou-se em Direito. Em 1954 vai para o Chile, com apoio de Celso Furtado e realiza curso de pós-graduação em Economia na CEPAL-ONU, defendendo a tese que intitulou como seu mestrado:<sup>9</sup> “*El Desarrollo Económico en Brasil*”.<sup>10</sup> Em sua juventude, foi militante do Partido Comunista e fez parte da Aliança Nacional Libertadora (ALN). Já em fase adulta, sua atividade intelectual o levou realizar traduções e trabalhar na área jornalística; a integrar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), entidade que deu origem ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Clube dos Economistas. Trabalhou na iniciativa privada e exerceu cargos públicos, como, por exemplo, integrante da Assessoria Econômica de Getúlio Dorneles Vargas, atuando no projeto de criação da Petrobras e da Eletrobrás. Ingressou como funcionário público do Governo Federal junto ao BNDE em 1955, assumindo a chefia do Departamento Econômico, e ainda participou do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República. Já no governo de Juscelino Kubitschek, atuou com destaque na aplicação do Plano de Metas. Nos agitados anos de 1963-1964 foi convidado a ocupar o Ministério da Fazenda pelo Presidente João Goulart, mas não aceitou.

---

Economia Política do Brasil. Contudo, faremos apontamentos complementares sobre o que afirma Jabbour em seu trabalho, ao longo do estudo do pensamento rangeliano.

<sup>9</sup> Rangel faz este destaque em reedição de obra, cujo incentivo para vir a público coube a José Marcio Rêgo e Maria da Conceição D’Incao: “Mesmo minha contribuição pessoal – que não compromete, nem Prebisch, nem Jorge Ahumada e meus outros mestres cepalinos, está ligada à CEPAL. Encontra-se aqui um apanhado de minha tese de mestrado, de 1954, no curso patrocinado pela entidade, em Santiago do Chile: *‘El Desarrollo Económico em Brasil’*.” (RANGEL I. , Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro, 1990, p. 129)

<sup>10</sup> O trabalho apresentado no fim do curso de capacitação em economia da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal-ONU), em Santiago do Chile, no ano de 1954, foi traduzido por César Benjamin e publicado pela primeira vez no Brasil em 2005 (RANGEL I. , Desenvolvimento Econômico no Brasil, 1954). O lançamento das Obras Reunidas de Rangel foi um marco editorial no Brasil e contou com o apoio do BNDES. Isso se deve, primeiro pela dificuldade de reunir muitos trabalhos esparsos, raros, inéditos e esgotados do autor em dois volumes que somam mais de 1.500 páginas. Segundo que o evento de lançamento reuniu muitas pessoas que contribuíram fortemente para a Economia Nacional e que conheceram o trabalho de Ignacio Rangel de perto, lotando a sede do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro em 28 de abril de 2005 (CORECON-RJ E SINDECON-RJ, pp. 15-17).

Manteve uma coluna no Jornal Última Hora no Rio de Janeiro entre 1969-1971 e em 1993, já com 80 anos, colaborou assiduamente com o Jornal Folha de São Paulo.

O brasileiro que inicia seu curso de Direito em São Luís do Maranhão, o conclui no Rio de Janeiro e depois se torna economista por ofício, desenvolve muitas empreitadas ao longo da sua vida. Quando jovem, nos anos 1930, participa politicamente do agitado período do país; na década de 1940 trabalha como jornalista; articulista<sup>11</sup> e tradutor, condição que o aproxima do Baiano Rômulo de Almeida, chefe da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, relação que o leva a exercer cargo em posto estratégico do Estado até 1964.

### **1.1 Os alicerces do pensamento de Ignacio Rangel (1914-1945)**

As primeiras décadas do século XX são dotadas de feitos marcantes para a História Mundial, e, sobretudo, para a brasileira. Em especial se ressalta a década de 1920 e 1930. Neste período, no Brasil, a República passa a ter característica descentralizadora em relação ao poder político e eminentemente oligárquico. Com a Revolução de 1930, mesmo que o movimento que culminou no novo governo mantivesse elementos da antiga aristocracia, foi por meio de um Estado autoritário que se fez vingar um capitalismo industrial. Oriundo de São Borja, Getúlio Vargas pertencia a uma família de pecuaristas, e nos dizeres de Ignacio Rangel, integrava a “oligarquia substituidora de importações.” Na linha de compreensão rangeliana, precisamente na dualidade de composição no exercício do poder, duas novas classes assumem o protagonismo nesse período: a de menor influência, os capitalistas mercantis, e os de maior, os capitalistas industriais.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Em fase que antecedeu a de funcionário público, Rangel escreveu muitos artigos e fez muitas traduções. Localizou-se na *Revista Panflêto*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1947 e 1953, e que reuniu destacada parte da intelectualidade progressista daquela época, artigo de sua autoria (RANGEL I. , Boa Vontade, 1948, pp. 15-17). Ignacio Rangel escreveu esse texto com 34 anos de idade. Atrai a atenção sua capacidade de compreensão das correlações de forças de poder das duas principais nações da época que influenciavam geopoliticamente, descreve as benesses das relações de paz e os malefícios econômicos que a situação bélica poderia ensejar.

<sup>12</sup> Em terminologia distinta, Bresser-Pereira salienta que duas novas classes fracionam o poder político da República nesse período: “a burguesia industrial e uma nova classe média

Não é um tempo de pouca agitação no mundo e no Brasil e há fatos que valem destaque, sobretudo os que se sucedem com o início da década dos mil e novecentos e seus primeiros vinte anos. Precisamente em 1901 falece a Rainha Vitória, monarca com longínquo reinado de 63 anos, com ativa participação nas profundas transformações promovidas pelo Império Britânico, e em 1910 Portugal se torna uma República. Na esfera da ciência e cultura, Einstein publica a primeira versão da Teoria da Relatividade; Pablo Picasso pinta *Les Femmes d'Alger*, que deflagra o cubismo; e Henry Ford dá início a uma forma de produzir em série. Já por estas bandas, na mesma década a comunicação ganha novo patamar de alcance com a instalação de linhas telegráficas que chegam até a região do território amazônico. Euclides da Cunha publica *Os Sertões*, Machado de Assis *Esau e Jacó*, e Lima Barreto *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; no mesmo ano da publicação desta obra foi inaugurado o Theatro Municipal de São Paulo; Oswaldo Cruz empreende o começo da erradicação da febre amarela na cidade carioca e Barão de Rio Branco promove expansão territorial de forma pacífica e negociada, com a anexação do Acre. Em novembro de 1904, a população carioca se rebela com a vacinação obrigatória, a bem conhecida Revolta da Vacina, e três anos depois, os paulistas promovem a primeira greve geral. Nesse apertado esforço histórico instiga-se apenas um lampejo de ideia da agitação que permeava os acontecimentos, e nosso personagem, como se poderá observar, reflete em sua trajetória a agitação do seu tempo.

No ano em que o poeta Fernando Pessoa inaugura o uso de seus heterônimos, precisamente, em 20 fevereiro de 1914, nasce Ignácio Euquério de Mourão Rangel, em Mirador, cidade do Alto do Itapecuru, sertão do Maranhão, com distância aproximada de quinhentos quilômetros de São Luis. Filho de José Lucas de Souza Mourão Rangel, maranhense, juiz de Direito,

---

tecnocrática, ambas são originárias de classes ou estamentos antigos – a burguesia industrial, da burguesia mercantil; a moderna burocracia, evolução do estamento burocrático patrimonialista. Diferentemente de sua antecessora, a burocracia não tinha caráter aristocrático nem estava circunscrita ao Estado, nos termos da interpretação do Faoro. Além da clássica tarefa política e administrativa, a nova burocracia passou a ter uma função econômica essencial: a coordenação de grandes empresas produtoras de bens e serviços, fossem elas estatais ou privadas” (2001, p. 234).

filho e neto de magistrados do período imperial, formado pela Escola de Direito do Recife e Maria do Carmo Mourão Rangel, paraibana, sendo Ignacio o primogênito de oito irmãos. Sua vivência até os doze anos de idade se passou em diversas localidades do interior do estado maranhense. Após esse período foi morar em São Luís, para “fazer o ginásio” e lá permanece até sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro (RANGEL I. , 1987, p. 113).

Rangel sintetizou, em um específico momento de reflexão e celebração familiar, no ato comemorativo do centenário paterno, o Juiz Mourão Rangel, que o sangue de seu pai, e como corolário, o seu também, reunia diferentes regiões do país. Por parte dos seus avós, um era do Sul brasileiro e gaúcho, José Lucas de Souza Rangel, rábula que passou a ser chamado de doutor por consentimento do Imperador Pedro I. Este estudou Ciências Jurídicas e Sociais com Martim Francisco de Andrada e Silva, irmão do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva. E sobre este aspecto, em especial da formação, Rangel salienta que “essa legenda teria enorme influência na formação do caráter do Dr. Mourão Rangel, que passaria a seus filhos”. Por sua vez, a avó paterna, pernambucana, Manoela Felismina do Amor Divino Rangel, tinha parentesco com Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Já os avós maternos foram fazendeiros cearenses (RANGEL I. , 1991, pp. 83-84).

É oportuno destacar as pessoas que representam duas vertentes intelectuais que contribuíram para a formação de Ignacio Rangel na mocidade: a primeira que exerceu forte influência foi seu pai, o magistrado José Lucas de Souza Mourão Rangel, um bacharel recifense, marcadamente instigado pelo Positivismo e pela Escola de Direito na qual viveu e conviveu, com acentuada inclinação filosófica, distinta da Escola de São Paulo que detinha um viés literário. Afirmara Rangel que

“segundo a tradição da família, estava destinado ao Direito. A Constituição de 91 e o Código Civil, eu os conheci, não na Faculdade, mas desde a escola primária, em termos próprios para minha idade. Era o Culto da Lei que se me incutia, transmitido desde aquele distante bisavô, que recebera as primeiras noções jurídicas de Martim Francisco Ribeiro de Andrada” (RANGEL I. , 1991, p. 26).

E o segundo, Antônio Lopes da Cunha, seu professor, Catedrático de Filosofia na Faculdade de Direito do Maranhão e da Academia Maranhense de

Letras, pavimentou o conhecimento para alçar o patamar e domínio sobre seara filosófica que demonstra em suas obras em fase posterior.

O lugar comum que existe nos estudos acerca do pensamento de Ignacio Rangel é a denominação de que é original. Mas, em verdade, no que consiste esta afirmação recorrente? Uma parte desta compreensão pode ser demonstrada pela exposição dos elementos e pessoas que o forjaram no período em que o economista se formou em sua primeira etapa de vida, parcialmente alheio aos formatos institucionais de educação, somada a um contexto preciso vivido em termos de localidade e acontecimentos pessoais e sociopolíticos. Fruto de uma família cujo pai era magistrado, os avós também exerceram a judicatura, e sua mãe, professora à época, da denominada Escola Normal. Daí a influência aos estudos, naturalmente, partir da mais tenra idade, a ponto de Rangel afirmar que seus ensinamentos jurídicos iniciaram com os elementos básicos da Constituição de 1891 e do Código Civil então vigente, o denominado Código Beviláqua. Figura proeminente, seu genitor José Lucas Rangel, incutia-lhe os rudimentos de educação com base no Positivismo que vigorava em seu tempo. Ao passo que outra pessoa de importante influência sobre Rangel, seu professor Antônio Lopes, segundo seus testemunhos, lhe apresentava a filosofia.

Fazia assim uma educação da primeira mocidade pautada na base jurídica pelo lado paterno e filosófico pelo professoral. Ambos, com marcante presença na formação de Ignacio Rangel. Essa tradição, em especial a jurídica, não é um fato de menor importância:

“Quando sobreveio a Grande Depressão, meu pai preparava-me, seu primogênito, meticulosamente, para a Faculdade de Direito, como haviam feito seu pai – meu avô – e seu avô – meu bisavô – rábula gaúcho, atuando na Paraíba do Norte, com noções jurídicas recebidas de Martin Francisco Ribeiro de Andrada, irmão do *patriarca*, e seu companheiro de cela, na Penitenciária da Bahia, antes que o 2 de Julho libertasse a ambos” (RANGEL I. , 1991, p. 12).

José Lucas Rangel se formou pela renomada Escola de Direito do Recife, contando como integrantes de turma Antonio Lopes da Cunha, Clóvis Beviláqua e Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. Portanto, o que se ressalta sob o aspecto da robusta influência intelectual sobre Rangel em sua primeira idade, é a presença de pessoas formadas na Escola Jurídica do Recife e sua tradição filosófica, que a diferenciava da tradicional Escola de São Paulo, na qual

sobrepujava a perspectiva literária, considerando, em especial, como a ascendência à Escola do Recife marcou a personalidade de Rangel e, diga-se, não apenas no aspecto intelectual.

De maneira inusitada e até simplória lhe chega aos olhos peça estrutural do pensamento marxista, cuja influência da leitura jamais o deixaria. A pedido de Eline Mochel faria entrega de um livro a terceiros, e para tanto se utilizou do transporte da época, o bonde, podendo assim efetuar a leitura por mais de uma vez. Rangel conta em seus relatos que se fixou de maneira tão aguda no *Manifesto* que demorou a descer do bonde e fez o percurso por várias vezes (1991a, p. 20).

Em sua mocidade, isso por volta dos anos de 1930, salientava o maranhense, observava a vida através de um quadro real e organizado, respaldado por Augusto Comte, visão perpassada por uma revisão dos marxistas soviéticos e ensinada, sobretudo, por Antônio Lopes, seu professor. Assim, arremata Rangel, em testemunho, havia também a presença de Ruben Almeida<sup>13</sup> nesses ensinamentos, dizendo: “neste ambiente jurídico – filosófico [...] foi todo com meu pai e com Antônio Lopes, com influência, respectivamente, mais jurídica e mais filosófica” (1991a, p. 39).

Isto posto, não é exagerada a assertiva, preconizada por Vamireh Chacon, de que o Brasil tem um “filão intelectual” característico, assim como possui outros de âmbitos em temas sociais e econômicos: trata-se do filão positivista e suas várias facetas. E o esforço de associar o positivismo e o marxismo é uma delas. Em que pese Chacon salientar que não está inclinado em concordar com tal tradição intelectual, exceto, em seu dizer, na “empatia metodológica weberiana,” como diz: “as simpatias vão em outra direção, na do culturalismo com raízes em Hegel e Kant.” Duas considerações importantes para a reflexão ora apresentada sobre a formação intelectual de Rangel. Chacon destaca sua

---

<sup>13</sup> *Acréscimo nosso*: Martim Ribeiro de Andrada nasceu na cidade de Santos (SP) a 27 de junho de 1775. A aprendeu as disciplinas do curso, que constava de Filosofia, Lógica, Moral e Língua Francesa. Os recursos da família possibilitaram-lhe a vantagem de seguir, como seus dois irmãos, a carreira literária. Não se sabe ao certo em que ano viajou para Portugal, onde, pela Universidade de Coimbra, em 1798, obteve o diploma de Bacharel em Matemática e Doutorado em Ciências Naturais. Nesse mesmo ano o Governo português o nomeia para, juntamente com seu irmão José Bonifácio de Andrada e Silva e o Tenente-General Napion, realizar trabalhos de exploração minero gráfica pela Província de Estremadura até Coimbra.

compreensão sistêmica sobre cultura demonstrando que a economia é um elemento integrador daquela, compreensão semelhante à de Rangel. Entretanto, para o propósito aqui apresentado, o de perscrutar a trajetória e a formação intelectual do sertanejo, Chacon sustenta que há uma “confissão” a ser apresentada:

“O próprio Ignacio Rangel não faz segredos. Confessa ter começado por Augusto Comte, mais Littré e Laffite, o que o revela percorrendo toda a gama do comtismo, da heterodoxia à ortodoxia. A influência da Escola do Recife de Tobias Barreto, chegando ao Maranhão com Benedito Leite, não foi bastante forte para exorcizar o positivismo. Um dos pioneiros da Geografia Humana no Brasil, Antônio Lopes, prosseguiu em busca de uma síntese entre Comte e Spencer avessa ao próprio Sílvio Romero, que preferia mesmo Spencer, após a influência alemã que recebera de Tobias. A combinação positivismo mais marxismo foi o caminho de Ignacio Rangel rumo ao desenvolvimentismo”. (CHACON, 2014, p. 38).

Muito embora a conclusão sustentada por Chacon possa ser dotada de elementos válidos, não apenas pelos atributos biográficos registrados, mas por meio de entrevistas de Rangel que a subsidiam, assim como dos elementos extraídos de escritos, depreende-se, particularmente, que ao se analisar um pensamento complexo e *sui generis* como o que aqui é estudado, esta compreensão não é suficiente para lhe dar significado e robustez teórica. Isso não quer dizer que se nega ou se despreza a presença do Positivismo e do Marxismo no pensamento rangeliano. O que será demonstrado é que a complexidade teórica de Rangel ultrapassa essas tradições intelectuais, sem as negligenciar.

Bom exemplo desta demonstração é feita por Elias Jabbour (2017), que embora afirme com ênfase que o economista está alinhado à tradição marxista, ao estudar o pensamento rangeliano perpassa desde as influências filosóficas, em especial a de Immanuel Kant e Hegel; já na instância econômica se depara com Adam Smith, Karl Marx e Vladimir Lênin. Por meio dos estudos de Joseph Schumpeter inclui a temática dos ciclos econômicos, agregando, também, Nikolai Dimitrievich Konradiev, precursor nos estudos das ondas longas da economia. Somando a todos estes já mencionados inclui-se os elementos do pensamento keynesiano e do estruturalismo cepalino. Sem antecipar essa reflexão, embora ela ocorra a seguir, fato é que Jabbour apresenta, em boa

medida, a complexidade que adorna o pensamento rangeliano, notadamente com especial nuança à sua verve econômico-filosófica; contudo, não aborda a influência positivista mencionada por Rangel nas oportunidades em que foi entrevistado e que descreve quem e quais linhas intelectuais o influenciaram.

Jabbour (O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel, 2017) em sua interpretação vislumbra maior complexidade teórica e intelectual que Chacon, se aproximando, notadamente, no que expõe Rossini sobre a formação do jovem maranhense. Segundo este, Rangel promove uma síntese intelectual, densa e suficientemente eficaz para explicar seu percurso como cidadão e escritor. Unira, dialeticamente,

“o sentido ético e distributivo (de Lucas Rangel)”, “a classificação comteana (de Antônio Lopes)”, “e o materialismo histórico (de Karl Marx e Friedrich Engels)”, realizando, desta forma, uma interação reflexiva entre o jurídico, o filosófico e o histórico (ROSSINI, 1991, pp. 20-21).

No transcurso da formação e formulação de Ignacio Rangel expor-se-á mais influências que moldaram sua forma de pensar e agir, especialmente no interior do Estado. Entretanto, é oportuno o testemunho do próprio Ignacio Rangel ao apresentar esses elementos integradores de sua trajetória formativa. Vale a exposição de suas palavras concedidas em uma entrevista na década de 1980:

“Nascer em Mirador no interior do Maranhão e vir terminar a vida no Rio de Janeiro, alerta para os problemas do mundo inteiro, isso significa que realmente eu vivi muitos séculos. Eu comecei a minha autobiografia dizendo que a rigor eu sou contemporâneo de Cícero e quem sabe de Aristóteles, porque eu nasci vinte e seis anos depois da abolição da escravatura, mas a escravidão estava presente junto ao meu berço sob a forma de chicote de cabo de palha de minha avó que dirigiu o engenho da família e aquele chicote não estava ali para brincadeira, não. Era para ser usado e o fato de que meu avô era especialista em direito romano, a escravidão, digamos assim, velou meu berço, e a escravidão é uma coisa que em termos de História Clássica representa quase dois mil anos, mil e quinhentos anos pelo menos...” (RANGEL I. , 1987, p. 121).

Ao se analisar este breve extrato de testemunho de vida – associado aos até aqui estudados –, é possível depreender a presença da Filosofia pelos pensadores que citou, a influência jurídica oriunda desde o avô e a marcante presença de um modo de produção próprio e específico que condiciona e marca a História Brasileira. Esse contexto forjou Rangel condicionando-o a uma forma

de pensar específica, de difícil categorização em comparação às demais linhas ou linhagens de pensamento de seu tempo. E ao tratar de modo de produção, que no caso foi o escravismo, Rangel esboça seu conhecer do processo civilizatório de maneira ampla, entretanto, há aqui que se demonstrar um dos principais influxos intelectuais que recebera. Melhor maneira de expor é resgatando suas palavras:

“...Em maio de 31, cai nas minhas mãos o Manifesto Comunista de Marx e Engels e foi uma virada completa, porque eu tinha sido um excelente aluno de História. A leitura daquilo arrumou a minha cabeça, li e reli sem parar, num só fôlego. O Manifesto arrumou a minha cabeça, deu o estalo: E eu resolvi militar, não tinha mais dúvidas. E a militância naquela época para um menino de 17 anos, era a juventude comunista.” (RANGEL I. , 1987, p. 127).

O jovem Rangel, nas agitações dos anos 1930 no Brasil e na vivacidade atinente à idade, tem contato com a obra que chacoalha a Europa no século XIX. Por importante nesse percurso até o momento é o amear de influxos que formaram Ignacio Rangel e redundaram em um pensador e formulador - como intelectual orgânico do Estado no interior de um fragmento de geração que fomentou sobremaneira o processo de desenvolvimento no Brasil. Como se observa, de forma quase despreziosa, mas ligeiramente influenciada pelos círculos hermenêuticos de Gadamer, perpassa-se pelo contexto, pelo texto, pelo vivido de Rangel e testemunhado, em uma relação específica e dialética do que se lê e interpreta no estudo. Assim, mais sobre sua trajetória será acrescentado, sem nenhuma pretensão biográfica, todavia, vislumbrando agregar suficientes características que demonstrem sua personalidade e formação, pois como se observará nos precisos tempos de produção textual daquele que se torna um intérprete do Brasil em idade madura, esses elementos eclodem em sua escrita e intervenção pública.

Até aqui foram destacados os principais influxos intelectuais recebidos por Rangel no período de juventude. Oportuno se faz acrescentar experiências vividas que também lhe talharam a personalidade neste mesmo tempo de vida. Sujeito irrequieto, nada avesso à confusão, não faltaram episódios de participação política no percurso do jovem maranhense. Primeiro, uma vez mais, seu pai foi a fonte do exemplo. Costumeiramente o magistrado José Lucas Rangel era oposição às lideranças políticas locais da época, o que gerava atritos

e mudanças constantes de comarcas e circunscrições judiciárias. Por tal razão, Rangel residiu em algumas cidades do interior do Maranhão antes de chegar à capital São Luís com 12 anos de idade.

Ademais, Rangel encarou como natural sua participação no Partido Comunista Brasileiro após a leitura do *Manifesto* em 1931, cuja interpretação desta suposta naturalidade pode ser compreendida pelo viés contextual. Neste período há substancial expansão no mundo de forças políticas comunistas, sobretudo após a Revolução Russa em 1917. No Brasil, houve a organização institucional do PCB em 1922 e o movimento político-militar que agregou tenentistas de diversos estados do país e redundou na Coluna Prestes pelos idos de 1924 a 1927. Rangel relata como esse movimento lhe inspirou e lhe aguçou a participação política na juventude. Levando-o, inclusive, a integrar a Aliança Libertadora Nacional em 1935.

Com uma participação política intensa, permeada até por ações armadas contra batalhões, militância partidária ativa, reconhecida pelas autoridades, Rangel enfrentou o cerceamento da liberdade por mais de uma vez. O que lhe ensejou um capítulo pitoresco de sua trajetória, mesmo ainda jovem, que foi a instituição de uma “verdadeira escola” no interior das instalações penitenciárias para aqueles que foram presos no mesmo período que ele, algo importante a salientar, pois esse mesmo espaço de tempo, segundo o maranhense, foi um tempo de muito estudo e aprendizado teórico. Rossini lhe atribui um caráter triunfante ao dizer que Rangel se torna o “reitor” de uma “universidade popular” com treze cursos regulares sistematicamente organizados, incluindo matemática e línguas como alemão, inglês, francês, dentre outros (1991a, pp. 23-24).

Mesmo em período de restrição de liberdade, Rangel fez uso desse período de tal sorte que permite a compreensão da sua importância na formação do pensamento no período juvenil. Certamente, o nome atribuído pelo próprio Rangel e enfatizado por Rossini seja exagerado ao carimbarem a iniciativa como universidade, contudo, não se trata de um fato de menor significado em sua trajetória. É relevante destacar, segundo seus dizeres, que foi um período de muito estudo: “criamos uma universidade popular. Organizamos um sistema

de contrabando de livros de fora, e assim, funcionando treze cursos, pudemos estudar alemão, francês, inglês, economia, sociologia, matemática superior, enfim, muitos ramos do saber humano” (RANGEL I. , 1991a, p. 40).

Embora futuramente Ignacio Rangel se torne um economista, sua formação se concretizou pela graduação em Direito que foi iniciada em São Luís e concluída no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil em 1947. E o interesse pela seara econômica desperta na própria faculdade, no transcurso do curso jurídico, e ganha corpo em experiências profissionais exercidas ainda no Maranhão. A primeira, em um posto que o maranhense chamou de “subalterno”, mas lhe rendeu uma farta experiência administrativa, Rangel labora na Martins Irmãos & Cia., galgando os mais diversos postos no interior da empresa. No mesmo período se relacionou e se casou com a professora Aliete Martins Rangel. Desta união nasceram dois filhos maranhenses: a primogênita Luidmila Martins Rangel e José Lucas Rangel. O caçula, carioca, Alberto Martins Rangel recebe o prenome em franca homenagem a Santos Dumont.

Já sobre sua segunda experiência profissional Rangel extrai conhecimento do “chão de fábrica”. Para ele esse período foi de singular importância para os ofícios posteriores que exerceu, pois inibiu o alto grau de abstração e desconhecimento sobre a realidade fabril e de empreendimento em se fazer projetos ou pareceres. Ao que parece é relevante tal período para Rangel:

“(...) eu fui para a fábrica. Ali, eu trabalhei seis meses. E, evidentemente, passei a saber o que é uma fábrica por dentro. Foi uma coisa que provou uma enorme diferença pela vida afora, quando meus colegas economistas davam pareceres, analisando projetos industriais, sem jamais terem sabido o que é uma fábrica. Adquiri muito interesse pelos aspectos técnicos da produção. Comecei a estudar o problema e a sugerir à oficina mudanças, como alteração de peças e tudo o mais...” (1991a, p. 48).

Sobre este episódio da vida de Rangel é importante um acréscimo descritivo. Faro e Sinelli (2014) mencionam um contemporâneo economista maranhense chamado Mário da Aguiar Pires Leal, que em sua infância morou bem próximo à residência dos Mourão Rangel e conviveu assiduamente com Ignacio Rangel. Rica de nuances e descrições, retratam a indústria Martins como uma destacada produtora do algodão hidrófilo, de óleo de algodão e sabão

de andiroba. Além disso “produzia gelo para barcos de pescas e, em carros próprios puxados a burro, fornecia barras às residências antes do advento das geladeiras a querosene ou elétricas”. Já pelo setor comercial, representava a companhia Atlantic de Petróleo, sendo mantenedora de postos de gasolina, revendedora de lubrificante e querosene. Para seu contemporâneo, corroborando o que manifestou Rangel, foi um local profícuo para ver e aprender de perto sobre fatores de produção, “desde as relações primárias na roça, as trocas no sistema de escambo, a venda no varejo em partidas. Talvez aí se explique a originalidade do pensamento...”. (FARO & SINELLI, 2014, p. 33).

Este traço é de salutar importância. O fazer e o pensar são marcas da trajetória rangeliana desde este período, associando o trabalhar em um comércio, o labor fabril, a militância política e a inclinação aos estudos sobre o Brasil logo na juventude, o que enseja a indagação subjacente de como se deu percurso de um sertanejo do interior do Maranhão que chegou a assessorar não apenas presidentes da República, mas a vários outros servidores de destaque na burocracia estatal do executivo federal, como Rômulo Almeida, Cleantho Paiva Leite, e Jesus Soares Pereira, na Assessoria Econômica, e o Almirante Lúcio Meira no Conselho de Desenvolvimento, ambos órgãos da Presidência da República. Particularmente interessante é a afirmação de que começou a refletir sobre o Brasil aos 16 anos, algo incomum para a idade e complexidade que o assunto em si acarreta.<sup>14</sup>

Após aproximadamente todo o período do Estado Novo em uma espécie de prisão domiciliar, Rangel inicia sua travessia decisiva para o Rio de Janeiro e o evento que enseja o reboliço foi a Conferência de Teresópolis. Os tempos são de meados de 1945 e a segunda Grande Guerra caminha para o seu término. Circulara nos jornais de sua terra natal a programação da primeira Conferência das Classes Produtoras, a CONCLAP, iniciativa promovida pela Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional da Indústria

---

<sup>14</sup> “Minha vida política começou cedo, com 16 anos... Foi um período extremamente rico. Pouco tempo depois eu começava a refletir sobre o Brasil, a crise e a grande depressão mundial - o Brasil já estava efervescente...” (RANGEL I. , Ignacio Rangel, depoimento, CPDOC, 1991a, p. 04).

congregando vários setores da sociedade. Rangel relata que o ambiente era de nervosismo, por não saberem “em que condições viria o futuro”.<sup>15</sup>

Representantes da agricultura, do comércio e da indústria, tendo Roberto Simonsen como um dos principais líderes encabeçaram a empreitada e Rangel entendeu que seu Estado não poderia se ausentar de evento de elevada importância. Acionou a Associação Comercial maranhense, contatando o agrônomo italiano Alfredo Benna por meio de uma carta. Após idas e vindas à assembleia da associação, divergências políticas, pois o interventor federal se opunha à participação do Estado na Conferência, Rangel obteve auxílio, quase jeitinho, para reaver seus documentos que estavam em poder das autoridades, e ele precisava deles para viajar. Ao final, lhe são concedidos os documentos e a passagem. Para acrescentar, o avião sofre uma pane e o maranhense se perde no Rio de Janeiro (RANGEL I. , 1991a, pp. 49-51).

Muito válidas para o momento são as ideias contidas na carta que escreveu a Alfredo Benna. Rangel trata sobre uma “evolução da consciência econômica e política no país”, cujo passo lançaria bases mais robustas para a democracia que estava em formação. É possível aferir a presença de ideia de planejamento no que escreveu, inclusive com feição popular:

“O traço mais característico, a meu ver, da nossa orientação ora lançada é a inversão do método de elaboração dos programas de governo, pois, ao invés de deixar ao arbítrio dos políticos a iniciativa de traçarem suas plataformas, as próprias classes interessadas definem seus interesses, e aos políticos caberá apenas buscar os meios de defender esses interesses, ganhando o agrado ou o desagrado das partes interessadas”. (RANGEL I. , 1991a, p. 75) e (FARO & SINELLI, 2014, p. 35).

Além disso, o sertanejo que estava prestes a migrar para a vida urbana faz uma leitura acerca da participação política das classes de comerciantes e industriais daquele período, se contrapondo aos “coronéis” detentores de poder, enfatizando que a participação na Conferência detinha singular importância tendo em vista que tais grupos eram “núcleos fundamentais do nosso nascente capitalismo” e o poder político era exercido pelos “grandes senhores de terra”, ressaltando que o comércio e a indústria cumpriam um papel de menor

---

<sup>15</sup> Ver detalhes de sua entrevista em: (RANGEL I. , Um Fio de Prosa autobiográfica com Ignacio Rangel, 1991a, p. 49).

importância naquele tempo, “permanecendo atrelados ao carro deste ou daquele partido”, cuja base não estava na urbe, mas sim no âmbito rural. Percebe-se, neste trecho da carta, clara expressão de elementos da tese *dualidade básica* de Rangel, ao descrever a classe predominante e a classe ascendente do ciclo da dualidade do período, teoria estruturante de seu pensamento que emerge em 1953 e permanece em contínua lapidação ao longo de sua vida. (FARO & SINELLI, 2014, p. 35).

Prossegue com seus argumentos, em tom de protesto, ao imediatismo das ações das políticas públicas que visavam salvaguardar o latifúndio de baixa produtividade e que inibia a expansão do mercado interno e conseqüentemente o da indústria brasileira. Faz severas críticas à política de proteção ao café, ao açúcar, ao cacau e ao mate, propondo a policultura, que ao seu ver era “capaz de elevar o nível de vida das populações camponesas, satisfazendo as variadas necessidades do mercado interno”. O maranhense demonstra indignação com a política adotada, pois ante uma suposta medida que visava proteger esses produtos eram queimados, e faziam falta à população: “carecia o próprio povo brasileiro sob o pretexto de que eles é que constituíam os alicerces da nossa moeda nas bolsas de Nova York ou de Londres e que assim, deveriam ser valorizadas”. Chama particular atenção o quanto Rangel menciona sobre uma possível ação da Indústria e do Comércio visando a mobilização de massas populares, a diversificação de culturas camponesas para a industrialização nacional. Rangel conclui sua carta parabenizando os capitalistas pela iniciativa em unir diversos segmentos para discutir aquele momento adverso e propõe que outros grupos sociais sejam agregados, ou em suas palavras, “o Congresso de Teresópolis precisa de uma ampla base popular que o apoie” (RANGEL I. , 1991a, pp. 76-77).

## **1.2 Traduzindo e escrevinhando: mudanças de rumos (1945-1951)**

Uma portentosa arrumação foi feita para que Ignacio Rangel estivesse na I Conferência das Classes Produtoras – CONCLAP, onde se produziu a

celebrada *Carta Econômica de Teresópolis*.<sup>16</sup> Entretanto, nada do que foi proposto vingou efetivamente. Chegando ao Rio de Janeiro em 1945, o sertanejo, nada habituado à agitação da capital, se perde completamente do caminho a Teresópolis e não participa do evento. Mas, certamente, serviu todo este ocorrido para uma travessia definitiva em sua trajetória, pois além de passar a morar no Rio de Janeiro, Rangel retoma o curso superior que havia interrompido. O bacharelado em Direito iniciado em São Luís do Maranhão atingirá seu término dois anos depois na então Faculdade Nacional do Direito.

Nesse passo, há duas transições importantes a salientar. A primeira sobre a formação de Ignacio Rangel. Sua educação base foi difusa e com várias influências, notadamente a jurídica, que sempre esteve presente no seio familiar a ponto de Rangel iniciar o curso jurídico na Faculdade de Direito em São Luís. Contudo, apenas em 1947, já em solo carioca, conclui o curso após vários entraves, como a constrição da liberdade e o próprio fechamento periódico da escola em sua terra natal, com sua matéria de predileção definida: “comecei meu curso de Direito já no Maranhão e vim terminá-lo no Rio muitos anos depois. Formei-me em Direito, mas já na escola de Direito eu tinha escolhido economia como a matéria da minha predileção” (RANGEL I. , 1987, p. 113). Ademais, sua tese da dualidade, segundo relata, tem a primeira aparição sob a perspectiva jurídica, elaborada ainda no período da Faculdade de Direito:

“A dualidade, primeiro eu a percebi a partir da perspectiva do jurista que é a minha formação original. Tenho um primeiro texto mais ou menos corrente sobre a teoria da dualidade, uma prova de direito civil que eu fiz em fevereiro de 47 na Faculdade, na antiga Faculdade Nacional de Direito, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É provavelmente o texto mais antigo” (1987, p. 116).<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Em 1945, entre os dias 01º e 06 de maio, representantes da indústria, da agricultura e do comércio de diversas regiões do Brasil se reuniram na cidade de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar uma detida análise sobre as condições econômicas nacionais. Foi um evento marcante na história Brasileira que se chamou a Conferência das Classes Produtoras do Brasil, onde se elaborou a Carta de Teresópolis. Um dos frutos desta reunião e deste documento foi a criação do SENAC.

<sup>17</sup> Com a publicação de *Dualidade Básica* em 1957 (em 1953 ainda recebia o nome de *Duplicidade* posteriormente alterado) o autor trata também de elementos eminentemente jurídicos, como a lei da dualidade e a dualidade do direito: “O direito, como a economia, deve ser dúplice, e a esse resultado chegamos pelo conflito entre um direito civil que tende a tudo imobilizar, à semelhança da terra, e um direito comercial que tende a tudo mobilizar,

Uma nova fase se abre na vida do maranhense. E trata-se de um período de formação muito peculiar. Primeiro, convida Aliette, sua mulher, por carta, a ir para o Rio. Rangel tinha um punhado de contatos que poderiam o auxiliar e ainda fazia uso de suas atividades comerciais ligadas ao Maranhão para lhe financiar sua estada em terras cariocas. Mas Rangel e Aliette, e posteriormente seus dois filhos maranhenses, passam a residir, de maneira definitiva, no Rio.

Trata-se de um período de produtividade eclética de Rangel, haja vista ser uma pessoa de uma formação de base heterodoxa e múltipla, com intelecto ativo, participação política e o fazer no comércio e indústria. Passou a trabalhar como tradutor de novelas para importantes agências de comunicação. Ele relata que seus serviços tiveram como destino “todas as agências importantes, como a Reuters, France Press, United Press, Associated Press e todas as outras de renome: trabalhei em todas”. Contudo, enfatiza que se dedicava meio período em tais atividades, e quando atingia o orçamento necessário para cobrir as despesas mensais, se dedicava integralmente ao estudo da economia. (RANGEL I. , 1991a, pp. 52-53).

Este é um período de particular importância na trajetória de Rangel, com transições e encerramentos de ciclos, como se pretende demonstrar doravante. Indagado sobre o que fazia antes de chegar ao Rio de Janeiro e passar a integrar o corpo de servidores da Administração Pública Federal, relatou uma experiência diferenciada de suas atividades anteriores e pouco mencionada nos estudos sobre sua vida: “trabalhei numa empresa comercial no meu estado, o Maranhão. Foi quando comecei a tomar interesse pelos assuntos econômicos. Depois vim para o Rio, onde fui jornalista, escrevendo artigos assinados” (RANGEL, 2009, p. 123). Ao ponto de se constatar seu vínculo com o Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro.<sup>18</sup>

---

inclusive a própria terra” (RANGEL I. , Dualidade Básica da Economia Brasileira, 1999, p. 35).

<sup>18</sup> Rica recuperação historiográfica é feita em obra biográfica sobre Rangel recuperando diversas carteiras profissionais do maranhense. No trabalho pode-se ver a carteira profissional de 1939, a membresia junto ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro de 1950, a participação na Associação dos Funcionários do BNDE, duas identificações junto aos Conselho Regional de Economia e do Conselho Federal de Economia com mandato entre 1986/1988, sua identificação como redator auxiliar do Jornal *Última Hora* de 1961, assim como sua carteira de sócio do clube Fluminense Futebol Clube de 1959, seu time de predileção (FARO & SINELLI, 2014, p. 229).

Este *ofício* de jornalista que menciona pode ser atribuído, pelos trabalhos coligidos, mais a um homem dado às letras e à escrita do que ao jornalismo propriamente dito, dedicado ao bom registro e propagação das notícias correntes, embora trabalhasse para diversas agências de comunicação. Seus afazeres da época, como se pode pesquisar, são artigos e traduções diversas, ao passo que sua ligação com o sindicato pode ter sido um desdobramento de sua participação político-partidária que ainda perfazia.

O mercado de traduções cresce fortemente no Brasil, em especial nas décadas de 1930-1940; a Globo lidera o mercado com traduções de romances policiais, e é neste contexto que Rangel desenvolve seu trabalho como tradutor e escritor. Além das diversas agências para quem trabalhou, atua como tradutor para Calvino Editorial, empresa que editoria diversas obras com estreitas ligações com o Partido Comunista, inaugurando seu trabalho com uma volumosa tradução de trechos filosóficos de Karl Marx.

De seu ofício de tradutor, em 1946, Rangel traz para a língua portuguesa um volumoso conjunto de trechos da obra filosófica da Karl Marx, publicada originariamente em francês. Sob o título *Trechos Escolhidos sobre Filosofia* a obra passou a integrar a coleção de estudos sociais, em seu volume 19, do Grupo Editorial Calvino, que incluía estudos das áreas de sociologia, economia, história, filosofia, política e moral:<sup>19</sup>

“O marxismo, ao contrário, não se situa na vida intelectual abstrata, mas na vida cotidiana, na vida das massas, na prática. Não se trata de conciliar idealmente as contradições que existem no mundo e formar o mundo e de superar realmente, eficazmente, tôdas as contradições para atingir o humano verdadeiro - que ainda não existe a não ser em virtualidades e pressentimentos. Essa vontade de transformação, essa integração na prática e de toda a vida no pensamento, essa unidade indissociável da ação e do conhecimento, fazem do materialismo dialético mais do que uma filosofia. O filósofo supera e se torna-se um revolucionário”. (Introdução, 1946, p. 35).

Tal casa de livros, a Editorial Calvino, já existia pelo menos desde 1932, com o nome de Calvino Filho. Em 1943 publicou algumas séries, como a coleção de Estudos Sociais (em que foi publicado *Lenine*, de D. S. Mirski), A

---

<sup>19</sup> Traduzido da edição francesa *Moceaux Choisis: Marx Philosophe*. Gallimard: Paris, 1934; organizado por Paul Nizan, com a colaboração de Henri Lefebvre e Norbert Guterman. A edição brasileira foi impressa em Benfca, Portugal.

Verdade sobre a Rússia (com *O Cristianismo e a nova ordem social* de Hewlett Jonhsonn, o Deão "vermelho", de Canterbury, *Missão em Moscou*, do antigo embaixador norte-americano Joseph Davies, *Stalin*, de Emil Ludwig, *Dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed) e Luta pela Liberdade (com obras como *A China Luta por Liberdade*, de Ana Louise Strong). Em 1944, a Calvino acrescentou a seu catálogo o *Anti-Düring*, de Engels e, 1945, *URSS: Uma nova civilização*, de Sidney e Beatrice Webb, época em que se revelou ser o órgão da seção carioca do Partido Comunista.” (HALEWELL, 2017, p. 559).

A célula que Rangel participava era ativa, com reuniões semanais e debates frequentes sobre os temas que emanavam da direção central e da conjuntura política, sua criação foi “no segundo semestre de 1945 e durou até fins de 1946.”<sup>20</sup> Entretanto, segundo seus participantes, os rumos das prosas nem sempre seguiam as mesmas linhas de ideias que eram estabelecidas pelo partido. A Célula Theodore Dreiser, cujo nome foi dado em homenagem ao escritor norte-americano, tinha funcionamento regular à Avenida Rio Branco, nº 275, na esquina da Rua Santa Luiza, no Centro do Rio de Janeiro, nas dependências da Editora Horizonte. A esta época Ignacio Rangel conviveu com Graciliano Ramos e mantiveram longos debates. Junto deles participavam Floriano Gonçalves, Lia Corrêa Dutra, Benito Papi, Laura Autregésilo, Alina Paim, Israel Pedrosa e Gilberto Paim. Endossando o que Rangel testemunhou em entrevistas, Paim também descreve as idas e vindas das discussões que demonstram valor e autonomia (nem sempre bem-vistas) que o grupo possuía acerca do que era tratado:

“Tínhamos de entender e explicar as coisas que o camarada Prestes estava propondo na Constituinte ou nos informes partidários. Era nosso dever também disseminar as teses que vinham do Comitê Central através de artigos, conferências, conversas e reuniões. Éramos intérpretes do pensamento do CC, vamos dizer assim. E esse pensamento estava em evolução constante... Uma hora, a Light era uma empresa progressista; daqui a pouco, a Light era um monstro imperialista. A crença e o dogmatismo levavam o partido a aceitar rapidamente as coisas mais antagônicas” (MORAES, 2012, p. 212).

---

<sup>20</sup> Gilberto Paim, participante das reuniões, em seminário de homenagem ao maranhense, em 1993, se refere a Rangel como um *intérprete da realidade brasileira* e relata sobre o funcionamento da Célula Theodore Dreiser (1997, pp. 06-08).

Essas mudanças de compreensão, segundo Rangel, eram frequentes, mas o cerne da divergência que se formou foi a não aceitação das ideias geradas na célula, que se contrapunham às apresentadas pelo Comitê Central, a ponto de Diógenes Arruda, secretário da organização, determinar a dissolução da célula.<sup>21</sup> E um dos principais motivos, para Moraes, foi uma rara proposta de Graciliano Ramos de estabelecer na seção um estímulo e exame de textos originais de jovens escritores. Isso não foi visto com bons olhos pela direção partidária e as reuniões foram encerradas. Para Paim se tratava de uma iniciativa promissora, entretanto, a maneira como foi comunicada ao alto escalão foi enviesada, ao ponto de transparecer uma espécie de “controle paralelo sobre os jovens escritores” (MORAES, 2012, p. 212).

Mas Paim acrescenta um elemento que não colava à vontade de Rangel: a direção partidária propunha que ele voltasse a São Luís para dar continuidade aos trabalhos naquela capital, porém sua vontade era permanecer no Rio de Janeiro. Somado a isso, algumas de suas ideias eram denominadas “heréticas” para os integrantes da agremiação. A título de exemplo, pode-se aventar o processo de industrialização sem reforma agrária que Rangel já explicava àquela época. Tal tese era praticamente intocável no âmbito da esquerda, contudo, o maranhense repisava o argumento que o Brasil já estava em processo de expansão industrial sem empreender a tão aventada reforma (PAIM G. , 1997, p. 8).

Mas é em 1947 que se põe a termo a participação político-partidária de Ignacio Rangel. O registro do Partido Comunista é cassado perante o Tribunal Superior Eleitoral e as atividades da agremiação passam à clandestinidade. É nesse período que Rangel afirma que se desvincula do partido (1991a, p. 07). Acrescenta que houve divergência com as lideranças da agremiação sobre a necessidade da reforma agrária para a industrialização diante do franco

---

<sup>21</sup> Moraes descreve em biografia de Graciliano Ramos como sua sugestão gerou incômodos. A proposta era que os jovens escrevessem textos inéditos para serem publicados na *Tribuna Popular* e o veículo de comunicação reforçaria a iniciativa com uma nota fomentando os escritores a enviarem textos de cunho literário para o jornal, que ao final poderiam ser editados e publicados pelo PCB. Sua pergunta foi oportuna: “que risco isso poderia trazer ao edifício partidário?” Ao final o grupo prosseguiu os trabalhos por alguns meses até a notificação oficial para encerrar as atividades (2012, pp. 212-213).

processo de expansão econômica em andamento no país. Para a esquerda, em geral, essa era uma das necessidades inquestionáveis para o país se industrializar. Inclusive, Rangel manteve sua compreensão sobre esse fenômeno após longos anos.<sup>22</sup>

Neste mesmo período brotou mais uma mudança na vida de Rangel. Sua subsistência estava ligada a venda de traduções de novelas e textos e existia ainda a participação política que findou em 1947. Entretanto, uma guinada importante é provocada aproximadamente no ano seguinte, quando recomeça sua vida como tradutor e no jornalismo, escrevendo artigos para jornais e revistas. São estes trabalhos que lhe dão notoriedade, a ponto de receber o convite – que não foi aceito – para assessorar a Presidência no governo de Eurico Gaspar Dutra, cujo período deu início à Terceira República (RANGEL I. , 1991a, p. 6).

Gilberto Paim, seu amigo, que o acompanhara em tempos de ISEB, leva artigos econômicos de Rangel para venda e publicação em revistas especializadas:

“E assim foi, de 1945 para frente. Até que, em 1947, um amigo chega em um domingo, lá em casa, para uma visita. Eu estava escrevendo. Falei: ‘Espera um pouco, que eu já venho’. Ele retrucou: ‘O que tu estás fazendo?’ Eu abri a gaveta, e mostrei uma porção de artigos que eu escrevia, exclusiva e unicamente, para arrumar minhas ideias, que eu não estava pensando em publicar em lugar nenhum, pois eu não conhecia ninguém. Escrevia para arrumar minhas ideias, apenas para botar minhas ideias em ordem, apenas. Eu abri a gaveta, e continuei escrevendo. Ele selecionou cinco artigos e arrematou: ‘Deixe, que eu vou levar’. Eu disse: ‘Está certo. Perfeito. Pode levar’. Ele conseguiu vendê-los para a Associação Comercial: foi o primeiro dinheiro que eu ganhei como economista.” (RANGEL I. , 1991, p. 52).

Os primeiros registros de suas publicações aparecem em artigos como estudos especiais sem assinatura, mas com a estampa e larga marca de Rangel, em especial nos estudos dos ciclos longos de Kondratieff. Os trabalhos são publicados na tradicional revista *Conjuntura Econômica* que nasceu nas mãos de Eugenio Gudín, como parte do projeto de desenvolvimento de um centro de estudos econômicos na FGV – impulsionado pela criação de um sistema de Contas Nacionais, que resultou na formação do FGV IBRE. Desde então, a

---

<sup>22</sup> (RANGEL, Ignacio. *Reformular o Brasil*. Jornal do Brasil, quarta-feira, 12 de julho de 1978, 1º caderno, p. 15).

revista tem reunido opiniões das principais vozes que analisam a macroeconomia do país, bem como matérias e entrevistas dedicadas a contextualizar as políticas e cenários que influenciam esse trajeto.

Lançada em novembro de 1947, a *Revista Conjuntura Econômica* já está há mais de meio século no mercado editorial. Acompanhando as mudanças e principais transformações que ocorreram no Brasil nesse longo período, a publicação, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), é uma das mais tradicionais revistas de economia do país. (RANGEL I. , A Conjuntura no Brasil desde 1822, 1948).<sup>23</sup>

São dois artigos, divididos em duas edições. A primeira parte trata, essencialmente, sobre o ciclo de flutuações econômicas no Brasil analisado desde 1822, período da independência, até culminar no período da República. Ambos são de 1948 e a segunda parte do estudo, denominado de especial, abraça o tema dos ciclos: os ciclos de Kondratieff, os ciclos de Juglar e os ciclos de Kitchin; "Flutuação curta e rítmica da atividade econômica, batizado ciclo Kitchin devido a Joseph Kitchin, que foi o primeiro analista a estudá-lo em detalhes. O ciclo Kitchin é um ciclo regular de flutuação dos preços, da produção, do emprego etc., com duração de quarenta meses. Utilizado por Schumpeter em sua análise dos ciclos econômicos, é explicado por mudanças em estoques e por pequenas ondas de inovação, especialmente em equipamentos que podem ser produzidos rapidamente. Superpostos aos ciclos longos de Juglar e de Kondratieff, existiriam três ciclos Kitchin em cada Juglar e dezoito em cada Kondratieff." (RANGEL I. , Ano II, nº 05, maio 1948).

Um dos primeiros artigos assinados por Rangel que se pode angariar em pesquisa trata de relações internacionais, publicado em 1948, em franco período de reorganização das hegemonias dos estados-nação. *Panfleto* foi um semanário editado no Rio de Janeiro, que manteve suas colunas abertas à participação de militantes e teóricos socialistas democráticos, e se constituiu também frutífera fonte de consulta para tese de doutoramento de Hecker (HECKER, 1998, p.

---

<sup>23</sup> RANGEL, Ignacio. *A conjuntura no Brasil desde 1822*. Rio de Janeiro: Conjuntura Econômica, ano II, nº 04, maio 1948.

383).<sup>24</sup> Em essência, como seu título demonstra, aponta sobre a necessária “Boa Vontade”, ou seja, a cooperação entre os grandes regimes socioeconômicos da época, o capitalista e o socialista. Rangel aponta que foi essa a intenção da política externa elaborada por Stalin, e em razão disso, guardava amplo aspecto de aplicação prática.

Seus trabalhos foram publicados no Caderno de Economia do Jornal do Brasil, Digesto Econômico, para o Panfleto, para Diretrizes, para o Diário de Notícias” (1991a, pp. 6-7). Especialmente em *Intervencionismo e Livre empresa* o autor destaca a longínqua polêmica do campo econômico que versa sobre a atuação do Estado na economia. De início, Rangel faz a distinção entre intervenção estatal e planejamento, referindo o equívoco que é mencionar ambos os fenômenos como sinônimos. E faz um prognóstico acertado: que a polêmica entre intervencionistas e defensores da iniciativa privada “prosseguirá com força crescente”, fato confirmado pelo debate que permanece regular no campo da política econômica (RANGEL I. , 1950, p. 32). Interessante que sua exposição demonstrava uma polarização no debate; quem estava a favor da intervenção estatal era denominado totalitário, já os apoiadores da livre iniciativa recebiam a alcunha de oligarcas.

Acrescenta Rangel o elemento político à análise, definindo-o como parte complicadora do cenário, pois, segundo ele, o elemento de planificação estava presente em ambos os programas partidários dos supostos lados em oposição discursiva, fazendo menção, inclusive, não apenas a grupos políticos nacionais, mas sim aos latino-americanos em geral. Sua crítica vai no sentido de afirmar que não há como sustentar quem é mais ou menos *intervencionista* no espaço geográfico do sul da América, pois a depender da situação, se aplica a medida política necessária, independente da ideia que se sustenta previamente. E para tanto cita o exemplo da época: “as novas leis de controle cambial brasileiras, impostas pelas pela carência de divisas fortes e com plena aprovação dos EUA, os campeões do livre-câmbio. Ora, essa carência de divisas fortes nos veio precisamente em consequência do nosso ‘livre-cambismo’ do após guerra”

---

<sup>24</sup> Alexandre Hecker manteve um arquivo de exemplares com edições de agosto de 1948 a dezembro de 1953 para a redação de sua tese de doutoramento.

(1950, p. 32). Rangel prossegue no mesmo artigo ao criticar o pensamento do argentino de Geraldo O. Banaskiwitz que fez comparação sustentando que o Brasil era uma economia totalmente planificada à semelhança da Argentina, o que, particularmente, não se encontra similaridade nos estudos econômicos sobre o período.

Diante do debate que contrapunha um ao outro, sua conclusão é regada a uma compreensão integradora e sistêmica dos fenômenos econômicos e políticos ao salientar que *Intervencionismo* e *Livre Empresa* não faziam parte, essencialmente, “dos nossos países e partidos”, sendo certo, também, no seu dizer, que se constituíam em “duas tendências antagônicas” que estavam em conflito no campo da economia latino-americana e mundial. Entretanto, argumentava que não se podia deixar de lado o entendimento de que esses elementos nada mais são que “parte do mesmo todo, trocando, de quando em quando, de posição” (1950, p. 33). Ao que transparece, Rangel integra aqui sua compreensão de ciclo econômico, associando os elementos políticos que lhes dão dinamismo. E prossegue explicando o funcionamento deles no interior do ciclo, ao dizer que o livre-câmbio é o ponto de início que acaba por perder espaço de maneira intermitente ao intervencionismo, ao passo que este tem por finalidade “conservar” as formas adquiridas pela livre-empresa, concluindo que o livre-câmbio, em sua própria defesa, gera o intervencionismo estatal (1950, p. 33).

Rangel denomina esse fenômeno como um problema essencial para compreensão da história moderna brasileira e resgata a figura de Rui Barbosa denominando-o como economista clássico que passou à história como reformador.

Ao tratar do *Intervencionismo* faz importante menção histórica de um exemplo muito presente no desenvolvimento e crescimento econômico das nações: o protecionismo. Segundo Rangel, o que salvou a indústria americana da forte concorrência europeia foram as medidas protecionistas adotadas pelo governo estadunidense, salientando que “o protecionismo é, historicamente, uma das primeiras grandes formas de intervenção estatal da economia”. E, dialeticamente, com dose de *onde já se viu*, diz: “Temos aí, pois, um

‘intervencionismo’ na gênese da economia mais ‘anti-intervencionista’ dos nossos dias, que combate o intervencionismo inclusive fora de suas fronteiras nacionais” (1950, p. 34). Posteriormente, cita os exemplos de Alemanha e Japão como países assiduamente protecionistas, superando o exemplo norte-americano.

Dentro da correlação entre intervenção estatal e livre iniciativa, o autor aponta preocupação com a expansão do capital nacional e da indústria brasileira. O problema real que apresenta não se tem fácil resposta até hoje, pois, Rangel indaga ao término de sua reflexão, qual seria o caminho a trilhar para que o capital privado brasileiro ou mesmo o latino-americano, de maneira ampla, por sua própria força e capacidade, “nos dê em um futuro previsível uma indústria e uma agricultura baseadas na usina hidrelétrica”? Rangel já dizia, pelos idos da década de 1950, que por nossa geografia e história, cabia ao Brasil a criação de uma indústria e agricultura ultramodernas. Particular crítica faz à busca dos resultados imediatistas que setores da sociedade almejavam, que eram conflitantes com os próprios argumentos apresentados pelos beneficiários. O livre empreendimento demandava e tinha necessidade de produção de energia hidroelétrica e de protecionismo contra a concorrência estrangeira, ao mesmo tempo em que se opunham as ideias de intervencionismo e mais presença do Estado na economia. Para o autor, concluindo seu argumento, *intervencionismo* e a *iniciativa privada* “não passam de, pois, de extremos de um movimento pendular, representando cada situação concreta um compromisso entre os dois extremos”, citando, mais uma vez, a posição diplomática norte-americana, ao induzir com crédito a política econômica de alto grau de intervencionismo na Argentina e, em contrapartida, negando ao Brasil benesses, mas elogiando suas políticas de viés livre-cambistas (RANGEL I. , 1950, p. 34).

Em 1950, Rômulo Almeida, economista baiano, chefiava a assessoria econômica da Confederação Nacional da Indústria, e o primo de Rangel, Ewaldo Corrêa Lima, trabalhava com ele. Posteriormente este seria, como o maranhense, o Diretor do Departamento de Economia do ISEB. Em razão de diversos documentos que receberam da ONU que versavam sobre economia na Europa e África, havia o interesse de saber como aquele conteúdo poderia ser

útil para alguma reflexão sobre o Brasil. Pediram, então, a Rangel a elaboração de um relatório, que foi feito por ele mais de uma vez, e foi remunerado como economista. Desde então começou a relação de Ignacio com Rômulo, que perduraria por longo período. Segundo Rangel, seu convite à assessoria econômica de Vargas em 1952 aconteceu devido à realização destes estudos. “A medida da minha presença é de que, muita coisa do que eu escrevia de bom, tem assinado embaixo – Getúlio Vargas”. (RANGEL I. , 1991, p. 55)

Foi em 1952, precisamente em novembro, que Rangel recebe o telegrama da Casa Civil da Presidência da República para integrar a Assessoria Econômica do Segundo Governo de Getúlio Vargas (1991a, p. 07).<sup>25</sup>

### **1.3 A chegada à cidadela do Estado: “vocês me chamaram por quê?” (1951-1954)<sup>26</sup>**

*“Nós éramos confrontados com uma tarefa acima de nossas forças.”<sup>27</sup>*

No Brasil se inicia o período da Terceira República e Getúlio Vargas retorna à presidência vencendo as eleições; trata-se do preâmbulo da década de 1950 com seu contexto peculiar após a Segunda Grande Guerra. Far-se-á, assim, em tom expositivo, a mostra das principais linhas interpretativas atribuídas ao Governo exercido nos anos de 1951-1954, visando situar em que quadro Ignacio Rangel foi inserido, para analisar sua atuação na assessoria junto aos demais

---

<sup>25</sup> Vide em (FARO & COSTA, 2003, pp. 87-105).

<sup>26</sup> Ignacio Rangel passa a integrar o grupo que assessoria a Presidência da República, notadamente no campo econômico, depois de um inusitado e inesperado convite. Após ter votado em Café Filho na corrida presidencial, conta como lhe chegara a carta que mudaria sua trajetória: “Um dia fui chamado; em novembro de 52, recebi um telegrama da Casa Civil da Presidência da República me convidando. Quando cheguei lá, encontrei uma pilha de meus artigos, uma coleção mais completa que a minha. Eu disse: ‘Vocês me chamaram por quê?’. Eu me sentei logo, era uma mesa grande como esta [destacando o local da entrevista concedida ao CPDOC, *acréscimo nosso*], havia pessoas trabalhando, era uma dessas repartições singularíssimas. Era uma repartição onde não havia segredo algum, tudo estava aberto”. (RANGEL I. , Ignacio Rangel, depoimento, CPDOC, 1991a, p. 07).

<sup>27</sup> Ignacio Rangel diz isso em entrevista concedida ao Centro Celso Furtado, explicando a dificuldade que era à época de encontrar pessoas capacitadas para exercer as funções de Estado, sobretudo as que exigiam formação em economia (Memória do Desenvolvimento 3).

integrantes e cotejar, na medida pertinente, com a obra que publicou no período correlato.

Toda experiência e conhecimento heterogêneos obtidos em seu período de formação e de crescimento intelectual como tradutor, jornalista e economista desaguam quando o maranhense passa a se integrar “a um fragmento de geração que ocupa posto-chave junto à burocracia estatal” na elaboração da *política econômica instrumental*, no dizer de Pedro Cezar Dutra da Fonseca, ao retratar esse período da história econômica brasileira (2013, pp. 17-19). Rangel, ao receber o convite, não aceitou de pronto. Ainda argumentou que possuía diferenças de entendimento com o governo recém-empossado assumindo que tinha votado no concorrente (1991a, p. 07). Disse mais, que não se sentia confortável ao tratar de assuntos relevantes da nação sendo uma pessoa que não estava estritamente alinhada com as ideias propostas pelo governo, cujo histórico, ainda, tendia à oposição. Aqueles que se dedicam aos estudos rangelianos apreciam esta passagem da vida do maranhense. O presidente Vargas lhe devolve a preocupação afirmando que não era motivo de temor e que um bom atributo de Rangel é que em caso de estar errado em algum momento, teria alguém para lhe dizer sobre isso, pois de bajuladores tinha aos montes (RANGEL I. , 1991a, pp. 54-55).

O grupo de assessoramento, em verdade, começa a ser formado em fevereiro de 1951, com a nomeação do economista baiano Rômulo Almeida, cuja primeira empreitada foi, nada menos, que a elaboração da Mensagem Presidencial de Vargas ao Congresso Nacional (BARBOSA, 2021, p. 172). Em boa síntese, Rosa Freire D’Aguiar argumenta que assim que assumiu o segundo mandato à frente da presidência da República, Vargas “montou uma pequena assessoria econômica, para pensar a modernização do País”. Desde a campanha presidencial, o modelo se baseava no tripé formado por “fomento à industrialização, fortalecimento do Estado e defesa da independência nacional” (14 de janeiro de 2015, p. 42).

O segundo governo Vargas recebeu diversas classificações, como veremos adiante. Sua composição era dotada das mais amplas e diversificadas forças políticas. À Assessoria Econômica, que nada mais era que um grupo de

técnicos com faixa etária entre os 30 e 40 anos, coube planejar e aplicar o ideário getulista, instalados no Palácio do Catete. A direção da assessoria cabia ao economista baiano Rômulo Almeida; somados os esforços do maranhense Ignacio Rangel; do paraibano Cleantho de Paiva Leite e do cearense Jesus Soares Pereira. Destaca-se que “os três primeiros eram bacharéis, o último, autodidata especialista em energia” (D'AGUIAR, Ideias na madrugada, 14 de janeiro de 2015, p. 42).

A esse grupo se cunhou um nome largamente conhecido e estudado no campo da história econômica, social e política. Nome cravado pelo próprio Getúlio Vargas em suas andanças noturnas pelo Palácio do Catete fumando seu charuto. O presidente observava a frequência que a sala de sua assessoria econômica estava com as luzes acesas ao longo da noite, período em que os projetos estavam em plena elaboração. Em oportunidade, marcante e inspirada, Vargas ingressa na sala da assessoria, em mais uma noite de trabalho, e os batiza: “Vocês são uns boêmios cívicos”.

A dinâmica dos trabalhos consistia, para Rangel, em algo singular. As ideias corriam entre engenheiros, economistas, advogados, de forma que cada parecer elaborado era discutido por todos os demais: “por cima da mesa, todo mundo dava palpite” (1991a, p. 07). O que se pode depreender do caráter multifacetado que o trabalho desenvolvido pela assessoria acabou por desenvolver. O primeiro documento oficial publicado, como mencionado alhures, foi a Mensagem ao Parlamento de 1951. Para Ricardo Bielschowsky, a “Mensagem Programática”, foi o “mais amplo documento de afirmação da industrialização até então escrito no Brasil” (2000, p. 339). Alexandre de Freitas Barbosa endossa essa compreensão acrescentando que o documento é um marco na histórica econômica brasileira (2021, p. 173).

A *Mensagem ao Congresso* de 1951 trata-se, vista de perto, de substancial trabalho de Estado que procurou arquitetar as ações do governo para aquele exercício. Parte da análise da situação internacional e o contexto em que o Brasil se insere nela, retratando nuances e detalhes, necessário serem descritos, ao menos em parte: em sua fala aos parlamentares, Vargas contextualiza a situação econômica, de escassez de divisas e ausência de importações

essenciais, somado a isto taxa de inflação alta, pontos destacados pelos estudos sobre o período.<sup>28</sup> Imbuído de ideal igualitário, Vargas ressalta na mensagem que um dos princípios que norteiam o trabalho do governo é o de “promover a realização da igualdade de oportunidades, principalmente pela mais equilibrada e construtiva redistribuição dos frutos do trabalho e do capital, através do imposto e dos programas do Estado” (VARGAS, 1951, pp. 11-14).

A *Mensagem* inicia tratando do contexto do mundo que emerge após a Segunda Guerra e a constituição das Nações Unidas. Dentre os pontos internacionais, versa sobre a estrada de ferro entre Brasil e Bolívia, relações com o Japão, o litígio entre o Peru e o Equador, demarcação de fronteiras, plataforma submarinas, política aérea, a Organização Internacional do Trabalho, dentre outros (1951, pp. 22-36). Vale acrescentar o que fora bem exposto tanto por Bielschowsky como por Barbosa, ao destacarem a *Mensagem* de 1951 como um dos documentos mais importantes para a história econômica brasileira, em especial para a industrialização brasileira, fato é que ao se analisar a fundo o texto da *Mensagem Programática* se encontra uma infinidade de detalhes qualitativos para fins de ações governamentais.

Após tratar do panorama internacional, há exposição do tema da *situação política administrativa*. A visão ali impressa é interessante, pois se trata de proposta integrativa e aborda a colaboração entre os poderes da República, assim como a mútua colaboração entre os entes federativos, à época apenas Estado e União (pois o município se torna ente federativo apenas com a Constituição de 1988). Prosseguindo com o tema da Defesa e da Segurança Nacional, com tópicos específicos para cada uma das forças armadas, associa às forças de segurança pública atreladas a essas, e não em apartado (1951, pp. 37-66).

A parte econômica é muito detalhada. Oportuna síntese desta é exposta por Bielschowsky, à qual se faz menção ao destacar que três argumentos básicos deram base ao projeto ao longo da *Mensagem Programática*. O primeiro deles foi a ideia de “estímulo à produção nacional;” o segundo, a necessidade de se

---

<sup>28</sup> Dentre eles: Pedro Cesar Dutra da Fonseca (2013); tratando objetivamente sobre os Boêmios Cívicos, mas expondo a conjuntura da época, ver Rosa Freire D’Aguiar (14 de janeiro de 2015).

“preparar a economia contra as incertezas da importação de equipamentos e matérias-primas;” e o terceiro e fundamental argumento, de expor a visão da transformação estrutural por que estava passando a economia brasileira,” que Bielschowsky, ao se deparar com o conteúdo da *Mensagem*, diria que “se não tivesse a assinatura de Vargas, dir-se-ia ter sido escrita pela equipe de Prebisch” (2000, pp. 339-340).

A última parte da *Mensagem* trata do *Progresso Social* que engloba desde a alimentação, população, endemias rurais, educação e cultura, problemas sanitários, enfim, diversos temas, mas há um elemento em especial que retrata e bem o *espírito* desse grupo de assessores e do governo ao qual serviram, que é o *levantamento das necessidades como base do planejamento*. O que se poderá ver é que Ignacio Rangel junto aos Boêmios Cívicos elaboraram planejamentos para o Brasil.

Em seu estudo clássico sobre o processo de industrialização brasileira, Sônia Draibe (2004) afirmou que não existia, ao menos formal e sistematicamente, um verdadeiro “plano de industrialização, com diretrizes e metas consubstanciadas e quantificadas sob a forma orgânica de um planejamento econômico e social”. Prossegue Draibe, argumentando que no período do segundo governo Vargas não foi elaborado um documento ou um plano similar ao Plano SALTE, ou mesmo ao aplicado no período do Estado Novo (2004, p. 169). Ao se observar as *Mensagens* formuladas ao Congresso Nacional dos anos de 1951 e 1952, é possível formular um questionamento sobre tal afirmação, haja vista existir em seu conteúdo fortes elementos de um programa voltado para ação estatal com metas e objetivos, em especial à industrialização. Contudo, um elemento especial é ofertado para acrescer à compreensão deste período. No ano de 1952 a Assessoria Econômica da Presidência da República elaborou um plano sistemático, com metas e objetivos tangenciáveis, incluindo escopos sociais: Trata-se do Plano Vargas, elaborado no início do ano e em julho de 1952. Inspirado no conteúdo das *Mensagens* ao Congresso Nacional dos anos anteriores (CPDOC & Pereira, 1952).

A definição que Draibe traça para o período com a finalidade de sintetizar o programa, é dotada de boa precisão ao mencionar que se trata de um programa

capitalista da agricultura, permeado por um bloco integrado de inversões cujo escopo é a industrialização pesada, interligado a um projeto de desenvolvimento urbano e “vinculações orgânicas entre campo e as cidades”, assim como, agregando, “as massas trabalhadoras urbanas no processo de desenvolvimento, através de políticas de bem estar social” (2004, p. 169). Essas premissas descritas na síntese de Draibe emergem em detalhes no Plano Vargas da Assessoria Econômica. O documento, com notas cuja grafia se assemelha muito à de Rômulo Almeida, segundo nos afirma Barbosa (2021), perpassa por notas preliminares, preocupações com o lançamento do documento oficial, análise com o contexto eleitoral que se avizinhava, e objetivos estatais que visavam soberania substancial.

Descritivamente, constam do documento para exemplificar: os principais objetivos, que destacava a preocupação do governo em não se deixar influenciar excessivamente por temas eleitorais, e deixar sem a devida atenção os assuntos de estado. Como salientado e expressamente exposto no Plano, o documento “corresponde ao programa de base anunciado nos discursos de propaganda eleitoral e nas mensagens anuais de 1951 e 1952, na abertura do Congresso” (CPDOC & Pereira, 1952). A assessoria deixou registrado que não se tratava de um plano a ser implementado em sua integralidade, em razão de boa parte dele já ter ocorrido no início da execução, acrescentando que síntese do que fora feito estava na parte expositiva.

Há uma robustez nacionalista na proposta, que não é difícil se aperceber. Os objetivos gerais do Plano Vargas, elaborado pela Assessoria Econômica, versa sobre organização do País e da Administração Federal para uma fase de maior desenvolvimento econômico e projeção internacional; estruturar os setores fundamentais da economia brasileira, que serão descritos adiante, com o fim de elevar a produção, reduzir custos, ampliar o abastecimento, elevar salários reais, aperfeiçoar as condições de independência econômica e de defesa nacional; induzir o desenvolvimento regional de maneira equilibrada; e por fim, elevar as condições de vida do povo em geral, promovendo possibilidades de acesso a bens e redução de desigualdades sociais (CPDOC & Pereira, 1952).

Após setenta anos da sua elaboração o documento guarda uma atualidade inquestionável, ao menos, de sua parte principiológica.

A visão da Assessoria Econômica perpassa da modernização do sistema financeiro, do orçamento, se detém muito aos preceitos da cooperação entre os entes federativos, da base do sistema de produção que é a energia, incluindo a nuclear.<sup>29</sup>

Importante síntese de Rangel ao analisar o campo que ocupa no pensamento e sua compreensão ideológica:

“Eu me considero, honestamente, um marxista. A autoria fundamental, que virou a página, para mim, foi o Manifesto Comunista. Neste sentido, eu colocaria toda a obra de Karl Marx. Não poderia esquecer o impacto do que estudei, sobre a classificação das ciências, em diversos escritos de Littré, Laffite e Augusto Comte. Afora isso, saindo de autores, a leitura da história. Ficam as três partes – o marxismo, um capítulo do positivismo e a cultura histórica. Só? Não. Eu li tudo, e desde cedo” (1991a, p. 61).

Embora a afirmação de Rangel seja categórica no sentido de lhe atribuir a tradição marxista, o que é possível depreender de seus estudos e trabalhos é que essa convicção cabe para o plano ideológico, pois o que se extrai de sua obra ultrapassa as linhas delimitadas, em boa parte, por este campo do pensamento econômico. É possível assimilar, em primeiro lugar, partindo de seus próprios dizeres, como está no prefácio de *Dualidade*,<sup>30</sup> assim como em outros trabalhos como, por exemplo, nos projetos elaborados no interior da

---

<sup>29</sup> O Plano era assim sumariado: Organização básica; 1. Saneamento financeiro; 2. Modernização do Orçamento Público; 3. Reforma do Código de Contabilidade; 4. Organização da iniciativa pública nas atividades industriais e retáveis; 5. Saneamento e organização administrativa; 6. Reestruturação da administração; 7. Cooperação e auxílio federal aos Estados e Municípios; 8. Política Monetária; 9. Orientação dos capitais (incentivo ao crédito, nota de Rômulo Almeida); 10. Perigo de superinvestimento; 11. Reformas tributárias; 12. Políticas comercial e cambial; 13. Preparação de quadros de alta categoria para a administração e os grandes empreendimentos econômicos e sociais; 14. Pesquisa e levantamento dos recursos do País; 15. Reformas da legislação substantiva; Política Nacional de Energia; 1. Programa do Petróleo Nacional; 2. Programa Nacional de Eletrificação; 3. Programa Nacional do Carvão; 4. Programa de Energia Florestal; Programa de Aparelhamento dos Transportes e Comunicações; Programa de Silos, Armazéns, Frigoríficos e Matadouros Industriais (Pesca, nota de Rômulo Almeida); Programa de Fomento Agrícola; Reforma Agrária; Indústrias Básicas; Planos Regionais; Programas econômicos sociais.

<sup>30</sup> “Preliminarmente, não se trata de abandonar a ciência econômica estrangeira – antiga ou contemporânea, ‘radical’ ou ‘conservadora’ – ou de demoli-la, para, sobre seus escombros, erigir uma ciência autóctone, mas ao contrário, de salientar um aspecto próprio de nossa economia, a fim de facilitar o emprego dos instrumentos científicos tais quais os importamos e que, não raro, nos são úteis sem essa precaução”. (RANGEL I. , 2012, p. 286).

Assessoria Econômica. Com essas características, compreende-se a diversidade de categorizações que o pensamento rangeliano recebe. No laborioso estudo de Bielschowsky este é definido como independente,<sup>31</sup> pois ao compará-lo com as correntes predominantes no período de 1930-1964, por ele denominadas como neoliberais, desenvolvimentistas (subdividas em de setor público nacionalistas, não nacionalistas e de setor privado), e socialistas, conclui que existe *independência* em razão de substancial diferenciação, a qual podemos destacar pela própria formação do pensamento, alicerçada em Smith, Keynes e Marx, e em especial, na tese da dualidade básica. Já Bresser-Pereira equipara a interpretação rangeliana à de autores que, embora tenham recebido influências do marxismo, não ficaram circunscritos a esses estudos e transbordaram para outras linhas de pensamento, incluindo-os ao grupo de estudiosos que dá origem à interpretação nacional-burguesa nos anos 1940 (1982 , pp. 273-274). Em apreciação diferenciada, Elias Jabbour classifica o pensamento ora estudado como marxista com diversas influências recebidas (2017). Luiz Fernando de Paula atrela-o à vertente do pensamento estruturalista. (2017) e (2017a).

---

<sup>31</sup> Lugar comum nos estudos sobre Ignacio Rangel, como já fora exposto, é ressaltar a originalidade e a singularidade teórica (CASTRO M. H., 2012, p. 16), com isso, a título de exemplo, Bielschowsky ressalta que se trata do analista de maior criatividade do desenvolvimento econômico brasileiro (2000, p. 209).

## 2 UM MAPA SOBRE A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DE IGNACIO RANGEL

Após esse breve percurso acerca da formação do pensamento de Ignacio Rangel, busca-se, nesta parte do estudo, identificar quatro etapas de conhecimento a respeito dos estudos rangelianos. O primeiro é deflagrado com a publicação de *A Inflação Brasileira* de 1963, momento em que o economista passa a ser conhecido por um público de maior contingente. A partir desta obra se dá início a fase das *Análises Temáticas* do pensamento rangeliano, sobretudo no que se refere à inflação e à questão agrária, assunto recorrente nos estudos econômicos no Brasil, em que pese ser possível localizar poucos estudos abordando o tema da dualidade. Já na década de 1980, há a transição para um conjunto de *Análises Sistemáticas* do pensamento rangeliano, haja vista a substancial obra produzida pelo economista antes mesmo da publicação do livro de 1963, da qual estudiosos trazem para o centro da reflexão a tese da dualidade básica da economia brasileira, originária de 1953, mas publicada apenas em 1957. Tal trabalho inovador, criativo, original e *sui generis* apresenta uma compreensão da dinâmica capitalista no Brasil, jamais apresentada antes. Já na década de 1990 verifica-se outra transição, quando se depara com as *Análises Totalizantes* ou com estudiosos considerando Ignacio Rangel como Intérprete do Brasil. E, por fim, um movimento em formação, de difícil constatação, é o de *Análises Instrumentais*. São aqueles estudos que se subsidiam das teses e conceitos rangelianos para instrumentalizar novas compreensões e interpretações de fenômenos sociais e econômicos como, no Brasil, a tese da inflação inercial, e sobre uma compreensão da ascensão chinesa no concerto das nações, a formulação dos conceitos de nova formação econômico-social e de nova economia do projeto.

Nos estudos elaborados com base nas ideias do pensador, escritor e estudioso dos problemas brasileiros que atuou como um intelectual orgânico do Estado Brasileiro,<sup>32</sup> vinculado à função pública desde a década de 1950, com

---

<sup>32</sup> Ignacio Mourão Rangel foi um Boêmio Cívico. Quando Getúlio Vargas retorna à Presidência da República em 1951 constitui um grupo específico incumbido de o assessorar em temas econômicos e propor soluções para problemas nacionais, com vistas à

longo percurso até a década de 1990, notadamente iniciando como técnico subordinado à época ao BNDE (atual BNDES) e encerrando como consultor da mesma instituição, depara-se, com regularidade, com afirmações de que o autor é simplesmente desconhecido;<sup>33</sup> ou seu pensamento é apenas conhecido de maneira fragmentada;<sup>34</sup> ou existem poucos trabalhos abrangentes sobre sua obra;<sup>35</sup> e tudo isso por motivos diversos.<sup>36</sup> Por estas razões, este estudo propõe-

---

industrialização e ao desenvolvimento do Brasil. “Vocês são uns Boêmios Cívicos!’ Foi a afirmação de Getúlio Vargas, que no Palácio do Catete observava regularmente uma luz acesa numa das salas do primeiro piso do palácio, e abrindo a porta da sala, ali encontrou a sua Assessoria Econômica trabalhando em plena madrugada.” *vide* (LIMA, 2013, p. 11). Tratava-se de Jesus Soares Pereira, Rômulo Almeida, Cleantho de Paiva Leite e Ignacio Rangel, considerados como “principais formuladores dos pilares do Estado brasileiro moderno” (D’AGUIAR, 14 de janeiro de 2015, pp. 42-43); destaque se faz ao que é salientado por Alexandre de Freitas Barbosa, especialmente no que refere a este grupo específico: “A trajetória de Rômulo de Almeida e de seu fragmento de geração no serviço público (ao qual Rangel se insere – *grifo nosso*), durante o Brasil Desenvolvimentista, permite aprimorar estas categorias, destacando o papel de algumas elites governantes – com potencial de contra elites – sediadas na burocracia estatal, sem contudo, transformá-las em tipo ideal, já que a sua posição de classe convive com outras que também compõem o variegado quadro de grupos dirigentes desse período. Mais importante ainda, no caso em questão, os intelectuais orgânicos do Estado não tendem a se colocar plenamente a favor e nem contra nenhuma das classes econômicas fundamentais, à exceção dos interesses oligárquicos ou anacrônicos que devem ser deslocados ao longo do processo. Tampouco defendem uma conciliação de classe. Procuram calibrar os seus interesses que sabem apenas potencialmente convergentes” (2017, p. 149); *vide*, outrossim, acerca dos Boêmios Cívicos, (MOTTA, 2005, pp. 01-13) e (KLÜGER, 2016, pp. 44-52); sobre o contexto político da época englobando o trabalho da assessoria econômica ver (D’ARAÚJO, 1992, pp. 148-194); sobre a atuação dos economistas no governo ver (LOUREIRO, 1997, pp. 23-60).

<sup>33</sup> Dos estudos que argumentam o desconhecimento acerca do pensamento de Ignacio Rangel destaca-se, inicialmente: (FERNANDES, 2011, pp. 9-15); (PEREIRA M. F., 1982); e (PEREIRA & CARVALHO, 2019, pp. 523-549).

<sup>34</sup> Ressalta-se o trabalho de Márcio Henrique Monteiro de Castro, economista do BNDES e doutor em Economia pela UNICAMP, tratando acerca do conhecimento fragmentado do pensamento de Ignacio Rangel, o que motivou, inclusive, o significativo projeto editorial coordenado por César Benjamin e apoiado pelo BNDES, com o fim de reunir as obras recuperadas do autor: “Não se trata, certamente, de um autor desconhecido. Mas é conhecido de forma fragmentária e apenas pelo público especializado... Esta edição, em dois alentados volumes, reúne todos os trabalhos de Rangel, - livros, monografias e artigos – que puderam ser localizados por meio de extensa pesquisa. *Vide* (Nosso Mestre Ignacio Rangel, 2005, p. 15).

<sup>35</sup> Incluem-se nesta classificação as pesquisas realizadas por: (MAMIGONIAN A. , 1987, pp. 63-71); (BIELSCHOWSKY & CASTRO, 1987, pp. 199-216); (BRESSER-PEREIRA & RÊGO, 1993, pp. 98-119); (BIELSCHOWSKY, 2000, pp. 209-240); (GRAZIANO DA SILVA, 2000, pp. 07-37); (CRUZ, 2000, pp. 246-266); (CASTRO M. H., 2005, p. 15); (BIELSCHOWSKY, 2014a, pp. 99-116) e (BIELSCHOWSKY, BENJAMIN, & CASTRO, 2014, pp. 527-543).

<sup>36</sup> Dos estudos que salientam os motivos diversos, preliminarmente, ver: (BRESSER PEREIRA L. C., Prefácio à 3ª Edição, 1977, p. 10); em especial o que afirma Elias Jabbour: “o desafio de situar o corpo científico construído por Ignacio Rangel ainda está em aberto... O contrário é totalmente verdadeiro, tanto quanto as próprias ideias de Rangel ainda estão na sua infância de desenvolvimento, o que significa que o todo explicativo de sua obra ainda tem um largo caminho a trilhar, diante dos caminhos palmilhados pela história econômica

se a um exame com vistas a criar um mapa que responda às indagações: quem citou as obras de Ignacio Rangel ou se utilizou da reflexão do autor para desenvolver pesquisas; quando essas obras foram estudadas; e quais foram os principais pontos abordados nesses trabalhos, ressaltando, contudo, que não se pretende aqui atingir a totalização das abordagens elaboradas, mas sim, estabelecer parâmetros e organizar os elementos já estudados.

Antes da publicação da obra *Inflação Brasileira* (1963) - muito embora Rangel houvesse apresentado trabalhos consistentes como *Duplicidade*<sup>37</sup> *Básica da Economia Brasileira* (1953),<sup>38</sup> estudo originariamente feito para concurso de ingresso no BNDE, posteriormente publicado pelo ISEB, integrando a série Textos Brasileiros de Economia (1957), *Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1954), tese apresentada como conclusão de curso na CEPAL-ONU, *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro* (1957) e *Elementos da Economia do Projeto* (1959), considerada por ele mesmo sua grande contribuição ao pensamento brasileiro,<sup>39</sup> assim como traduções e artigos em revistas especializadas - seus escritos ficavam circunscritos a grupos especializados nos temas abordados, geralmente no interior da estrutura estatal.

Todavia, é no início da década de 1960 que ocorre uma mudança substancial no conhecimento e recepção das ideias rangelianas. Neste período,

---

recente do Brasil e, principalmente, do futuro da nossa construção nacional e seu impacto à própria América Latina” (2017, p. 578).

<sup>37</sup> Testemunhou Rangel que o primeiro estudo desenvolvido por ele que se tem registro sobre a complexidade e a coexistência de modos de produção na economia subdesenvolvida brasileira é de 1947: “A dualidade, primeiro eu a percebi a partir da perspectiva do jurista que é minha formação original. Tenho um primeiro texto mais ou menos corrente sobre a teoria da dualidade, uma prova de direito civil que eu fiz em fevereiro de 47 na Faculdade, na antiga Faculdade Nacional de Direito, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É provavelmente o texto mais antigo.” (RANGEL I. , 1987a, p. 116).

<sup>38</sup> Curiosamente o título foi alterado de *Duplicidade* para *Dualidade* por sugestão do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos; antes de consultá-lo Rangel estava em dúvida de utilizar a expressão *pseudomorfose* (no lugar de *Duplicidade*), cuja influência veio do pensamento alemão de Oswald Spengler. Ao final prevaleceu a sugestão de Guerreiro Ramos e fixou a expressão *dualidade básica*: “As teses deste livro estão associadas às discussões que, por volta de 1953, o seu autor manteve conosco a respeito do que, nessa data, chamava de ‘pseudomorfose’. Com esta palavra, utilizada por Spengler, em sua famosa obra sobre ‘A Decadência do Ocidente’, pretendia focalizar uma das características da nossa formação, ou seja, o fato de que no Brasil se verificava uma imposição de estilos culturais e institucionais estrangeiros, sobre uma realidade original, cuja expressão e estilização são dificultadas pela própria artificialidade daqueles elementos adventícios” (RAMOS, Apresentação, 1957, p. 05).

<sup>39</sup> Vide em (RANGEL I. , Ciclo, Tecnologia e Crescimento, 1982).

afirma Eduardo Mattos Portella,<sup>40</sup> vigorava no debate público brasileiro uma polarização ideológica infrutífera, à qual tece agudas críticas, tanto ao campo da direita como ao campo da esquerda. Em razão desta situação, Portella identifica a necessidade de se criar o que ele denomina como “tribuna”, o que na verdade consistiu na criação de um aparelho<sup>41</sup> de comunicação cujos atributos almejados eram o de promover a emancipação do pensamento, que fosse ao mesmo passo propositivo e desprovido de influxos ideológicos, “tanto do capitalismo selvagem quanto da vulgata marxista” (2010: 24; (69), p. 239). Com base no que Portella definiu como *argumento tempo brasileiro*, alicerçado em uma tríade de ações programadas, se originou a tradicional Revista Tempo Brasileiro, as Edições Tempo Brasileiro e o Colégio do Brasil. Com uma série de publicações, cursos e sucessivas edições de Tempo Brasileiro, esta tríade foi apresentada à imprensa como a “ressureição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB”, por Gustavo Corção, no *Diário de Notícias* (p. 241), argumento rechaçado por seus fundadores. Em seu período longo de existência, afirma Portella, nunca faltou a cooperação de grandes personalidades nacionais como Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Afrânio Coutinho, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, João Cabral de Melo Neto, Carlos Guilherme Mota, Antônio Houaiss, Celso Furtado, dentre outros importantes. E junto a estes, acrescenta a pessoa de Ignacio Rangel.

Foi precisamente com a publicação do livro *A Inflação Brasileira*, no ano de 1963, pela Edições Tempo Brasileiro, que acontece uma guinada no

---

<sup>40</sup> Eduardo Portella (1932-2017), nascido na Bahia, foi advogado, escritor e professor emérito da UFRJ. Fundou o Colégio do Brasil e integrou a Academia Brasileira de Letras. Foi Ministro de Estado da Educação, Cultura e Esportes, cumulando com as áreas de Ciência e Tecnologia em razão de à época não existir ministério específico no Executivo Federal, além disso, foi eleito para direção geral da UNESCO.

<sup>41</sup> Faz-se uso da expressão aparelho pois o fundador atribui várias funções àquilo que foi criado. Segundo Portella: “O ponto de partida da Tempo Brasileiro – reproduzo textualmente – é um esforço coletivo que se faz no sentido de trazer uma reflexão objetiva, isenta, consequente, sobre e para o desenvolvimento brasileiro. Não se trata de mais uma revista. Trata-se de um órgão de militância, intransigentemente comprometido com a condição humana e a causa do Brasil. Com eles, onde quer que estejam em jogo. É a tribuna do intelectual que se sabe responsável e não pretende fugir à sua responsabilidade. De quem, pelo contrário, empenha-se por ser rigorosamente fiel a essa responsabilidade. E está certo de que ela é tanto maior quanto menos desenvolvido é o seu país. É, portanto, revista deste tempo e deste espaço. Mas, como somos dinamicamente, não procuraremos o instantâneo de máquina fotográfica, apenas o Brasil 1962: seremos um percurso” (PORTELLA, O argumento Tempo Brasileiro, 2010: 24; (69), p. 240).

conhecimento e recepção do pensamento de Ignacio Rangel. Não é demasiado afirmar que “o argumento Tempo Brasileiro” se tornou um aparelho ideológico com capacidade de influência e disseminação do que era produzido.<sup>42</sup> E a escolha de Ignacio Rangel para inaugurar a Coleção Brasil Hoje, segmento temático da editora, não foi aleatória.

A série editorial mencionada foi formulada para ser uma “brasiliana dinâmica.”<sup>43</sup> E o diretor da coleção, Eduardo Portella, afirma na apresentação da obra de referência de Rangel que sua escolha não se deu por acaso. Justificou-a com base nas características do autor de manter em sua trajetória um “esforço permanente de meditação autêntica” sobre a existência nacional. Destacou Portella a capacidade de Ignacio Rangel em “pensar o Brasil brasileiramente”. O que em verdade consiste na constatação de uma formulação teórica diferenciada, desprovida de meras cópias ou transplantação de ideários

---

<sup>42</sup> Eduardo Portella relata em artigo referente à celebração dos 48 anos da Tempo Brasileiro na Revista Estudos Avançados do IEA-USP, que “O argumento tempo brasileiro se sustentava em um tripé a todo instante ameaçado: a revista, as Edições Tempo Brasileiro e o Colégio do Brasil”. Destaca também o franco caráter de intervenção cultural, pois havia a pretensão de se promover uma seara de promoções teatrais com a criação do Teatro de Repertório (PORTELLA, O argumento Tempo Brasileiro, 2010: 24; (69), p. 240). Oportuna reunião de artigos apresentada por Vamireh Chacon demonstra premissas do pensamento de Portella e retoma o histórico da Tempo Brasileiro (Introdução, 2012, pp. CHACON, 2012, pp. 09-34-223-247)).

<sup>43</sup> As *Brasilianas* foram iniciativas editoriais tomadas sobretudo a partir de 1930, que na precisa definição do antropólogo Gustavo Sorá, parafraseando Nelson Werneck Sodré, consiste no conjunto de livros que devem ser lidos para se conhecer o Brasil (2010, p. 28). Aqui vale a citação de trecho da tese de Fábio Franzini: “Como também se sabe, a Documentos Brasileiros não foi a única coleção lançada na década de 1930 destinada à apresentação e discussão dos temas nacionais. No contexto do movimento intelectual que, segundo Gilberto Freyre, então agitava o país – movimento visto, não sem certa mistificação, por uma ampla gama de autores contemporâneos e pósteros como decorrência da “Revolução de 30” –, várias editoras realizaram empreendimentos semelhantes, como a Companhia Editora Nacional e sua Brasiliana (esta, a pioneira, lançada em 1931), a Schmidt e sua Coleção Azul (1932), a Martins e sua Biblioteca Histórica Brasileira (1940). Ainda assim, mesmo tomada sob a perspectiva do conjunto das brasilianas da época, a série da José Olympio se distingue das demais por duas características, cruciais para os propósitos deste trabalho: a primeira diz respeito a seu caráter “nacional”, uma vez que contemplava tanto representantes do campo intelectual do eixo Rio de Janeiro–São Paulo quanto do nordeste, enquanto suas congêneres voltavam-se mais para a produção de seus locais de origem (São Paulo, no caso da Nacional e da Martins, Rio de Janeiro, no caso da Schmidt); a segunda é o prestígio que adquiriu junto aos círculos letrados da época, que fazia dela ‘o local de máxima consagração para os autores’ (FRANZINI, 2006, p. 14). Sobre o mesmo tema ver Heloisa Pontes (Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘Coleções Brasiliana’ nas décadas de 30, 40 e 50, 2º semestre de 1988, pp. 56-89). Obra especial de caráter segmentado visando a difusão da historiografia nacional tem-se a de Antonio Paim (Brasiliana Leve: Uma Coleção para difundir a Historiografia Nacional, 2019).

produzidos por outras culturas, sem a mínima tentativa de mediação. Ou seja, uma produção autêntica, legitimada no que o diretor da coleção denominou como maturidade, que atingiu a conquista dos instrumentos do pensar. Isto posto, se apresenta a assertiva de que Portella reconheceu um traço do perfil intelectual de Ignacio Rangel que se coadunou com o projeto proposto pela Coleção Brasil Hoje e pela Edições Tempo Brasileiro (Apresentação à 2ª edição, 1963, pp. V-VII). Característica esta que será reconhecida por outros estudiosos.

Com esses fatos constata-se a deflagração do processo de amplificação do conhecimento e disseminação das ideias rangelianas pelo Brasil, que transborda de um círculo restrito de técnicos da alta burocracia estatal, ou mesmo de grupo de pessoas especializadas em temáticas econômicas, ou daqueles que conviviam com o maranhense nos institutos de altos estudos ao qual era vinculado, como o IBESP e depois o ISEB, ou mesmo do Clube dos Economistas, cuja primeira onda consiste na produção de análises temáticas ou setoriais sobre o pensamento de Ignacio Rangel.

## **2.1 A primeira onda de recepção do pensamento rangeliano: as análises temáticas**

O primeiro a que se faz menção é a Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, em seu marcante ensaio *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista* (1972) produzido nos meandros do CEBRAP,<sup>44</sup> cuja reedição foi acrescida de outra obra de destaque, *Ornitorrinco* (2003), produzida após 30 anos. O estudo que é apresentado inicialmente a um círculo restrito de pensadores na década de 1970, entendido como uma interpretação da economia brasileira após a consolidação da industrialização, ao longo do tempo passa a ser uma referência interdisciplinar para compreensão da realidade nacional,

---

<sup>44</sup> Nas palavras de Ângela Alonso o tradicional centro de estudos e pesquisas Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP é um “lapidador de cérebro”. Detém longa participação na história intelectual brasileira: *vide* (ALONSO, 2019, pp. 5-7) e as teses de Milton Lahuerta (Intelectuais e Transição: entre política e a profissão, 1999) e Karina Aparecida Baptista (O CEBRAP como centro de referência para as Ciências Sociais nos anos sessenta, 2009).

tanto que na reedição da obra a expressão *Economia Brasileira* é suprimida.<sup>45</sup> Oliveira atuou tanto nas esferas privada, estatal, como na acadêmica, cuja apresentação, aqui, supõe-se fazer por rigor metodológico.<sup>46</sup> Este é um trabalho relevante para os Estudos Brasileiros, forjado no seu nascedouro sob viés interdisciplinar, que fomentou debates em diversas frentes, apoiado em método histórico-estrutural. Sobre este aspecto, o da metodologia, vale lembrar o que Maria da Conceição Tavares expõe com a contundência que lhe é peculiar:

“(...) é por isso que eu digo que o método que utilizo é sempre histórico-estrutural. Eu e todos os demais, os mais velhos que fizeram alguma coisa relevante, neles incluído o Delfim Netto. Ninguém ficou imune a um Furtado, a um Caio Prado, a um Rangel, a um Gilberto Freyre. Ninguém ficou imune aos grandes pensadores brasileiros. E são todos históricos-estruturalistas, todos! (1997, p. 150)”.

Argumento corroborado por Antônio Delfim Netto em entrevista concedida para esta dissertação. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o economista salientou que sua trajetória foi influenciada por Ignacio Rangel,<sup>47</sup> afirmando, entretanto, que muitas vezes existia divergência de entendimentos, o que tratou com naturalidade, assim como, enfatizou, sobre o método de estudo, realçando ponto importante ao salientar que o que produz conhecimento efetivamente, em Economia, é o método histórico (NETTO, 2019).<sup>48</sup> Faz-se

---

<sup>45</sup> Revista Brasileira de Ciências Sociais (MELLO E SILVA, 2003, pp. 177-180).

<sup>46</sup> Francisco de Oliveira (1933-2019) foi um dos mais importantes sociólogos brasileiros. Em razão da demanda, disse ele, foi economista também (vale a leitura da sua bem-humorada entrevista em (MANTEGA & REGO, Conversa com Economistas Brasileiros II, 1999, pp. 91-118). Foi professor titular da Sociologia da Universidade de São Paulo e Diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP. Atuou na SUDENE junto a Celso Furtado no período em que Gilberto Freyre integrava o Conselho Deliberativo.

<sup>47</sup> Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares sustenta que há convergências no pensamento rangeliano com o de Antônio Delfim Netto, leitura esta formulada com base em Lênin, cuja escrita foi feita com a finalidade de ser apresentada em sua tese de livre-docência (SOARES P. d., 2014, pp. 162-201). Abordaremos adiante junto a outro estudo de Soares.

<sup>48</sup> Na realização da entrevista, Antônio Delfim Netto ressaltou a importância da economista Alice Piffer Canabrava para História do Pensamento Econômico Brasileiro, primeira professora catedrática da Universidade de São Paulo. Sobre sua vida e obra *vide* (JÚNIOR, A Trajetória Intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdotício (1935-1997), 2019). Sobre pesquisa elaborada com base nos arquivos da economista que estão no IEB-USP, ouvir o Podcast IEB elaborado no pós doutoramento de Otávio Erbereli Júnior (2020) que sintetiza a trajetória e fortuna crítica de Piffer, enfatizando o trabalho de descrição do acervo e variedade de seus diversos documentos; (<https://anchor.fm/difusieb/episodes/017-O-Fundo-Alice-Piffer-Canabrava-do-IEBUSP-por-Otvio-Erbereli-Jnior-edeot1/a-a2a7fos>, acesso em 07 de julho de 2020). Acrescenta-se, outrossim, a ênfase dada à obra de Alice Canabrava realçando o aspecto da participação feminina na construção de novas disciplinas,

breve menção à questão do método e das influências intelectuais, citando dois dos pilares do Pensamento Econômico Brasileiro, justamente para demonstrar que o ensaio que adota o pensamento rangeliano como um de seus alicerces, assim como o método histórico-estrutural como meio de elaboração da obra, apresenta estas duas características, e de fato, se torna no que Conceição define como um trabalho “relevante”, e ao perpassar do tempo este ensaio marca os estudos sobre Brasil, ou nos melhores dizeres, se torna um clássico do pensamento brasileiro, dá concretude às palavras de Tavares. Fazer algo relevante passa pelo método histórico-estrutural, e, com isso, destaca-se a forma como Rangel e Oliveira empreenderam seus trabalhos.

Em sua *Crítica à Razão Dualista*, Francisco de Oliveira afirma que o Brasil ingressa na modernidade capitalista com uma permanente inter-relação entre setores *modernos e atrasados* da economia, demonstrando que existe uma unidade onde há coexistência de estruturas díspares e contraditórias, com funcionamento e operação intermitentes, nos quais os polos avançados se utilizam dos que não são. Com isso, Oliveira se diferencia de outras interpretações que afirmavam antagonismos entre essas estruturas. E Oliveira não restringe apenas às estruturas econômicas, mas tangencia o campo sociológico tratando dos arranjos entre coronéis e empresários, ou, em outras palavras, a burguesia nacional e os setores agrário-exportadores. Sobre a questão trabalho, vai identificar que o setor informal promove a superexploração da parcela assalariada da força trabalhadora, projetando a acumulação para via diversa do conflito entre capital e trabalho.<sup>49</sup> O ponto que

---

no caso em específico, na historiografia econômica brasileira, *vide* em Flávio Azevedo Marques Saes (1999).

<sup>49</sup> Rangel suscita divergência com Francisco de Oliveira, dizendo que o sociólogo procurava endosso em seus escritos para fins de distributivismo que justificasse regimes populistas: “Ora estamos apenas procurando explicar por que, apesar de tudo, isto é, da hegemonia do latifúndio feudal, (que Oliveira prefere chamar de ‘predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial’, que teria substituído a ‘hegemonia agrário-exportadora’), a industrialização se fez, e com notável vigor. Prefiro chamar as coisas por seu nome e, se isso põe em evidência uma contradição, melhor, porque poderemos estudá-la. Ora, até agora (1978), a industrialização brasileira prosseguiu sob a *presidência* e *patrocínio* de latifúndio feudal, o que não pode senão suscitar complexíssimos problemas, que não podem ser suprimidos ou resolvidos pelo expediente de trocar o nome às coisas (por exemplo, quando apelidamos a dualidade capital-mercantil/latifúndio-feudal de pré-1930 de *estrutura agrário-exportadora*, expressão que nada nos diz das relações de produção vigentes” (A Inflação Brasileira, 2012, p. 591).

se destaca é que Oliveira aperfeiçoa a interpretação apresentada por Ignacio Rangel em *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Entretanto, ater-se-á ao que Oliveira manifestou literalmente sobre a obra *A Inflação Brasileira*:

“Alguns preconceitos ideológicos, comuns entre os economistas, como a quase lei da escassez de capital nas chamadas economias subdesenvolvidas, constituíam o pano de fundo das abstrações que lastreavam o instrumento de combate à inflação. [...] Em condições de poupança crescente, ampliação do exército industrial de reserva e salários reais urbanos deprimidos, o sistema encontra seus limites e *não transforma essa poupança em acumulação real*. Para tanto, é necessário que a velocidade de crescimento das relações interindustriais entre departamentos 1 e 2 da economia seja mais alta que a velocidade do crescimento da poupança; caso contrário, o sistema tende a “afogar em excedente” (2003, p. 94 e 103).

Francisco de Oliveira ressalta que o único latino-americano que escapou do repeteco ideológico foi Ignacio Rangel, ao demonstrar que o problema a ser enfrentado, para fins de equilíbrio monetário e conseqüentemente o controle da inflação para se estabelecer um ambiente que propicie os investimentos, na realidade não é a escassez de capital, mas o excedente. Tal fato aponta, de início, a dificuldade intrínseca da compreensão do pensamento rangeliano, pois como será constatado, é uma reflexão de difícil classificação ou topologia, situação esta que levou Ricardo Bielschowsky a simplesmente denominá-lo como um pensador independente dentre as correntes do pensamento econômico brasileiro, tendo em vista não se amoldar precisamente a nenhuma das que identificava (2000, pp. 209-240).

Tratando de outro aspecto, inclui-se estudo também elaborado por Francisco de Oliveira, só que agora juntamente com Henri-Philippe Reichstul, publicado pelo mesmo centro de estudos, o CEBRAP, cujo tema versa sobre alterações na divisão inter-regional do trabalho (1974, p. 134). Mais uma vez, Ignacio Rangel é citado como um atuante no debate público propositor de interpretação distinta das demais existentes.<sup>50</sup> Aqui, Oliveira e Reichstul têm o

---

<sup>50</sup> A Confederação Nacional das Indústrias promoveu amplo e longo debate no ano de 1959, cuja duração perdurou do dia 25 de abril a 03 de maio. O Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste foi realizado na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco. A instalação dos trabalhos feita pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ao lado de outras personalidades de destaque nacional, como Celso Furtado, Ignacio Rangel foi o relator de uma das comissões de trabalho, abordando o tema geral Financiamento de Empreendimentos Regionais, e agregando a este os assuntos como crédito para o Nordeste; capital de investimento e capital de giro; cooperação de agências financeiras internacionais

objetivo de avaliar as perspectivas brasileiras para a década vindoura ao da elaboração dos escritos, com o fim de apresentar no Simpósio de Economia da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Os autores questionam se há um problema regional no Brasil; dando por pressuposto que há a questão regional, a indagação é como ela se apresenta, após três décadas de robusto crescimento econômico industrial. Reichstul e Oliveira expõem que o problema, por volta do final da década de 1950, era identificado como uma intensificação das desigualdades entre as regiões Sudeste (denominada à época de centro-sul) e Nordeste, e isso em razão do crescimento industrial da primeira, e pela perda de potencial exportador da segunda região.

Afirmam os autores que esta era a tese contida em documentos oficiais, citando, especificamente, Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste,<sup>51</sup> elaborado pelo GTDN, realçando que a partir dele se desenvolveu uma estratégia e política pública visando a resolução do problema. E neste aspecto, Oliveira e Reichstul argumentam que a interpretação do processo em curso estava equivocada, todavia acertou no “atacado”, e que Rangel se apercebeu claramente sobre a distinção das duas ordens de fenômenos. A primeira, como já foi mencionada, é o alargamento das disparidades dos níveis de renda pela intensificação do processo de industrialização. A segunda, que os autores salientam como correta e defendida por Ignacio Rangel, era a redefinição das relações regionais. O economista maranhense entendia que a questão regional

---

e dos capitais estrangeiros privados; mercados de títulos; e II Programa de Metas. Em dois alentados volumes a revista Desenvolvimento e Conjuntura da CNI publicou o resultado dos trabalhos (Confederação Nacional das Indústrias - Desenvolvimento e Conjuntura, 1959).

<sup>51</sup> O tema da Operação Nordeste e a criação da SUDENE foi motivo de muitos estudos. Faz-se menção aqui apenas: a obra de Direito Econômico de Lea Vidigal que retrata a saga do BNDES no Brasil e trabalha em detalhes a questão do planejamento, com precisa menção ao plano (2019, pp. 79-85); ao próprio relatório do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, cujo título é “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (1967, p. 14); este tempo na vida de Celso Furtado, o principal idealizador e dirigente da SUDENE no período, foi a concretização do que foi predito “de um dia contribuir de forma decisiva para mudar o Nordeste”, *vide* (FURTADO, A saga da Sudene, 2009, p. 7); sobre trabalho da lavra de alguém que escreve sob o signo da paixão, de quem nasceu na região, viu a SUDENE nascer e trabalhou por ela, ver (OLIVEIRA F. , 2008, pp. 119-275); por fim, o instigante artigo comparativo de Carlos Sávio Teixeira correlacionando as ideias apresentadas no relatório formulado pelo GTDN, encabeçado por Celso Furtado, de 1959 e outro plano de ação, já de 2009, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cujo ministro-chefe à época era Roberto Mangabeira Unger e o documento ofertado foi “O Desenvolvimento do Nordeste como Projeto Nacional” (2014, pp. 201-214).

nordestina carecia de uma assimilação longe de abstrata, que ensejasse ao crédito, compreendendo as especificidades de estruturais do subdesenvolvimento de uma economia periférica:

“O problema do crédito não pode ser apreciado abstratamente, isto é, fora das condições concretas de operação de uma economia específica, em momento determinado, sendo mister ainda ter em vista o resultado que se quer obter. Em vão buscaríamos normas de validade universal, de modo que o objetivo de nossa Comissão deve ser recomendar normas de financiamento destinadas a elevar ao máximo a contribuição da região Nordeste para a formação da renda nacional brasileira e melhorar dita contribuição para expansão desta. O Nordeste é parte integrante do sistema econômico brasileiro e, não obstante certas peculiaridades de origem histórica e geográfica, seus problemas são ininteligíveis fora desse contexto” (RANGEL I. , Financiamento dos Empreendimentos Regionais, 1959a, p. 419).

A visão integrada, multifacetada, complexa e interligada dos fenômenos é uma característica de estudo de Rangel. É possível constatar a forma que ele se debruçava sobre o que entendia ser questão nacional, sendo a regional nordestina, parte integrante desta:

“Ao estudarmos o problema do Nordeste devemos ter presente, portanto, que apreciamos um problema, indivisivelmente nacional, se bem que qualificado por certas peculiaridades regionais” (1959a, p. 430).

Passa-se à obra de outra figura proeminente no pensamento econômico brasileiro. Não obstante ser um livro publicado em 1973 no Brasil, tratar-se-á na sequência de obra reconhecida no campo econômico, escrita por Maria da Conceição Tavares. Os estudos ali reunidos foram desenvolvidos ao longo de um período de dez anos (Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira, 1983). Contudo, por ser uma compilação de ensaios escritos em datas diversas, dar-se-á atenção ao seu trabalho *Notas sobre o problema do financiamento numa economia em Desenvolvimento - O caso do Brasil*, de novembro de 1967,<sup>52</sup> mas publicado em

---

<sup>52</sup> Maria da Conceição Tavares é economista de origem portuguesa naturalizada brasileira. É Professora Titular da Universidade de Campinas (UNICAMP) e Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); representando o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE do Rio de Janeiro a autora apresentou o estudo que se faz menção de forma preambular no Seminário de Programação Monetário-Financeira, realizado em Santiago do Chile, na sede do ILPES – Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, em novembro de 1967. Posteriormente foi publicado em forma de livro cujo título é *Discusiones sobre programación monetário-financiera*, editado por Editora Siglo Ventiuno Editores no ano de 1972.

1972 (1983A). Isso se justifica pela influência rangeliana sobre seu conteúdo. O escopo adotado por Tavares visava analisar os aspectos de financiamento e o como se configurava o fenômeno da inflação naquele período que antecedeu o denominado “Milagre Brasileiro” (1969-1973), pois estes dois aspectos, no seu entender, eram os meios que possibilitariam a retomada do crescimento econômico no Brasil. Neste período, ressalta a autora, em que dentre os economistas heterodoxos predominava a interpretação estagnacionista, que, em síntese, analisava e defendia a compreensão do esgotamento do modelo de substituição de importações. Daí Tavares mencionar que Ignacio Rangel foi um dos poucos economistas brasileiros de que tinha conhecimento que não partilhava da mesma interpretação, ressaltando que devia ao economista maranhense “as mais importantes intuições sobre a natureza do problema central da acumulação naquele período de transição – a necessidade de transferir excedentes dos setores atrasados ou pouco dinâmicos para os de maior potencial de expansão” (1983, p. 18).

Com boa dose de ironia Tavares expressa que as ideias sobre inflação, superinvestimento e capacidade ociosa foram apresentadas antes mesmo da consolidação da crise de 1963 e que o governo daquele tempo aplicou de maneira “ortodoxa” as propostas heterodoxas de Rangel sugeridas em *A Inflação*, sobretudo no que atinava aos temas de financiamento público e o de mercado de capitais, aplicando, segundo Tavares, formato distinto do que sugeria Rangel: “Infelizmente, ao invés da visão otimista e nacionalista de Ignacio Rangel, tenho de reconhecer, parodiando o velho provérbio, que ‘a história parece ter escrito torto por linhas direitas’. A chegada do ‘reino dos céus’ deixa a economia brasileira no limbo da integração dependente aos grandes grupos internacionais que, apesar de extremamente dinâmica, não resolve tão satisfatoriamente o problema da harmonia de interesses entre as distintas classes da Nação, como imaginava Rangel em seu livro precursor” (1983, p. 19).

A economista se penitencia após efetuar uma releitura de seu ensaio, já para a publicação do livro, cinco anos após sua elaboração, por não dar ênfase à criatividade e ao vigor do pensamento rangeliano:

“A inflação parece ter funcionado, no contexto do desenvolvimento brasileiro, até alguns anos atrás, não só como mecanismo de poupança forçada (em sentido global) mas principalmente como uma força capaz de dissolver uma certa rigidez da institucionalidade financeira e de proporcionar brechas e canais subterrâneos para transferências intersetorial de recursos entre unidades familiares, as empresas, e o setor público e o particular, dos setores menos dinâmicos para os de maior potencialidade de crescimento. A inflação como mecanismo de financiamento tende, porém, a esgotar rapidamente as suas possibilidades. A partir de um certo patamar da espiral inflacionária, variável conforme a capacidade de defesa e reação dos diversos setores econômicos e sociais, começa a tomar corpo uma série de reações em cadeia, determinadas pela articulação das expectativas de todos os agentes econômicos e sociais, os quais passam a antecipar e extrapolar conjuntamente a tendência inflacionária” (TAVARES, 1983A, p. 131).

É curioso observar como surgem os argumentos apresentados por Rangel no que Conceição está demonstrando. Estes são previamente escritos tanto em trabalhos técnicos no interior do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República como no Plano Nacional (1962),<sup>53</sup> até esta dissertação, trabalho

---

<sup>53</sup> O inédito documento preliminar Plano Nacional para o Desenvolvimento coordenado por Ignacio Rangel e elaborado no interior do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Presidência da República foi recuperado em pesquisa feita no CPDOC-FGV no Estado do Rio de Janeiro. Extenso, com a rubrica de “Grupo de Estudos Gerais”, ao longo de suas 92 páginas discorre sobre metodologia de elaboração de programas, algo incomum de se ver em documentos dessa natureza, assim como as questões nacionais que denomina e as reformas que buscam suas respectivas soluções, como, exemplificando, a monetária para combater o fenômeno inflacionário; a questão agrária e a reforma agrícola; a revisão do pacto federativo; a reforma do comércio exterior visando a solução do problema do balanço de pagamentos; a superprodução de certos produtos por um lado e a capacidade ociosa da economia por outro; reforma urbana cuja solução passa pela resolução dos problemas das “favelas e mocambos”; a modernização do aparelho do Estado; a reforma tributária; reformas bancárias e para infraestrutura; dentre outras. Este documento será abordado na terceira parte da dissertação (RANGEL I., Plano Nacional de Desenvolvimento, 1962). Há elementos que se extraem dos próprios trabalhos do autor maranhense, confirmado por membros de sua equipe, que este documento poderia integrar o segundo Programa de Metas que estava em fase de elaboração; *vide*: o “segundo” Programa de Metas (1959a, pp. 429-430); em apresentação assinada por Alberto Guerreiro Ramos, Zoroastro Ramos, Domar Campos e Jesus Soares Pereira, afirma-se: “O estudo de Ignacio Rangel prosseguiu no Conselho de Desenvolvimento, quando o Almirante Lúcio Meira foi investido do seu cargo de secretário geral. Submeteu-se Ignacio Rangel ao debate preliminar dos companheiros de trabalho, que com ele concordaram em ser indispensável levar tal estudo ao conhecimento de quantos se interessam pelos problemas nacionais... Tem o leitor diante dos olhos, portanto, um estudo de Ignacio Rangel, por nós aceito como de maior valia, aliás como tudo o que esse companheiro de trabalho vem produzindo.” (Apontamentos para o 2º Programa de Metas, 1961, pp. III-V-03-64); editado posteriormente à elaboração a este documento Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, tem-se *O Escopo de um Programa para o Próximo Lustrro*, atualiza o programa para problemática da época: “Nestes três anos, desde 1959 mudou muito a problemática brasileira, o que exige a fixação de novos objetivos. Ao invés de buscarmos simplesmente a complementação do setor de bens de produção da economia, tornou-se imperativo voltar as vistas principalmente para a reorganização do mercado de capitais e para reestruturação dos grandes serviços de utilidade pública (RANGEL

desconhecido. Elaborado por ele com equipe técnica que contava com Jesus Soares Pereira, tanto no próprio livro *A Inflação Brasileira*, de maneira pormenorizada (1963), como em manifestações que antecederam a publicação da obra a que se dá ênfase, como, por exemplo, em artigo com título idêntico ao do livro (1962, pp. 120-130).<sup>54</sup> Identifica-se, outrossim, na mesma revista, em artigo posterior, a assertiva que “Inflação sozinha não leva ao abismo” (1968, pp. 39-41), ou mesmo, ao dizer ao pé da letra, em entrevista concedida a veículo de comunicação de grande circulação,<sup>55</sup> que mecanismo inflacionário opera como sistema defensivo na economia nacional. Por outro lado, explicando esses pontos, Rangel escreve uma síntese de sua obra atendendo pedido especialmente formulado pelos editores da Revista da Confederação Nacional das Indústrias (dezembro de 1963).

Tavares problematiza o financiamento da capacidade da expansão produtiva nacional. Conforme argumenta, a ênfase dada a essa questão econômica está atrelada a reduzida taxa de poupança interna, como corolário aos baixos níveis de renda, e a conclusão que se depreende dessa situação é que houve necessidade de complementação via poupança externa. Considerando os aspectos dos recursos internos da nação, explica que o problema do

---

I. , *Inflação Brasileira*, 1963, p. 5); quase 25 anos depois Rangel publica artigo intitulado *O Segundo Programa de Metas* no jornal Folha de S. Paulo, veículo no qual foi colunista por mais de década, dizendo: “na etapa final do Programa de Metas, fui coordenador da equipe técnica do Conselho de Desenvolvimento, como competia ao chefe do Departamento Econômico do então BNDE” (*Dualidade Básica da Economia Brasileira*, 2012, p. 479).

<sup>54</sup> Neste artigo de 1962 nominado também de *A Inflação Brasileira*, já há apontamento de que Ignacio Rangel é equiparado aos grandes pensadores econômicos de sua época. O mesmo trabalho que inicialmente é apresentado ao público na tradicional revista do Clube dos Economistas Mundo Econômico é republicado no volume 3 da série *Caminhos Brasileiros*, da Editora Vozes, com o título *Inflação e Desenvolvimento*. Nela se reúnem oito autores renomados, no Brasil e internacionalmente, oriundos de diversas escolas econômicas, cujo mote é a correlação entre a inflação e o subdesenvolvimento. Dentre os autores, além de Rangel estão Celso Furtado, Otávio Gouvêia de Bulhões, Aníbal Pinto, Luis Carlos Lessa, Osvaldo Sunkel, Thewatt E. Kanitz e Werner Baer (RANGEL I. , *A Inflação Brasileira*, 1970). Francisco Sá Jr., organizador da obra, salienta que a interpretação “de Ignacio Rangel tem o mérito de se afastar tanto da escola monetarista como da escola estruturalista, sem se meter num meio-termo ambíguo ou eclético, em que se colocou o economista da Confederação Nacional das Indústrias Sr. João Paulo Almeida Magalhães. Partindo de um modo de interpretação original, baseado unicamente nas peculiaridades da inflação tal como se tem apresentado no Brasil, Rangel constrói uma teoria da inflação brasileira e não uma teoria da inflação em geral. Sua leitura nos leva a duvidar seriamente da possibilidade de ser cientificamente válida qualquer teoria geral da inflação em abstrato” (1970, p. 10).

<sup>55</sup> Entrevista concedida a Revista *Veja* nas famosas páginas amarelas (RANGEL, *A Inflação é uma defesa*, 1976).

financiamento se desdobra em níveis distintos embora inter-relacionados, quais sejam: a produção corrente, a do consumo e a formação de capital. A economista desenvolve sua argumentação em dois grandes eixos, sendo o primeiro acerca da influência das mudanças da estrutura produtiva sobre os problemas do financiamento, e estes, respectivamente, sobre os setores primário, industrial e de serviços da economia, até mencionar a questão dos serviços de utilidade pública e destacar a essência do que Ignacio Rangel sustenta acerca da constituição do financiamento do Estado para constituição do capital financeiro, demonstrando que a inflação é um mecanismo de apoio à expansão industrial:

“Vários autores sustentam a importância crescente dos lucros ‘ilusórios’ (associados à inflação) na atividade industrial. No entanto, a tese mais audaciosa é a do economista Ignacio Rangel em seu livro sobre a inflação brasileira e em vários artigos publicados nos últimos quatro anos, nos quais sustenta que a taxa de eficiência marginal do capital se fosse calculada em termos reais (como a taxa de desconto entre a receita antecipada e o custo verdadeiro de reposição do capital) seria negativa. O único motivo pelo qual a taxa de lucro das empresas se apresenta positiva é o fato da inflação permitir uma taxa de juros fortemente negativa. Deste modo, a inflação funcionaria como um mecanismo de defesa do sistema econômico, impedindo, a curto prazo, a parada do processo de investimento e crescimento. Na verdade, ela conduziria mesmo a um superinvestimento dada a tendência natural das empresas a comporem os seus ativos com uma forte dose de imobilização dos recursos próprios. Isto, a longo prazo, levava à criação de uma sobre capacidade em quase todos os ramos industriais, coexistindo com escassez de recursos para desenvolver os setores de utilidade pública. Segundo o autor, a crise seria inevitável e retomada do desenvolvimento só se tornaria possível à medida que, na raiz da própria crise, se fosse gastando os mecanismos institucionais de transferência de recursos dos ‘setores’ supercapitalizados para aqueles com escassez de capital, e particular o setor público (TAVARES, 1983A, p. 149).

Especialmente se traz esta parte do ensaio de Tavares, em razão de a autora sintetizar a tese rangeliana descrita em a Inflação Brasileira. No decorrer de seu segundo eixo textual<sup>56</sup> as ideias rangelianas estão ali muito bem descritas, quase que resenhadas, o que levou Tavares, anos depois da

---

<sup>56</sup> Considerações sobre a Inflação como mecanismo de apoio à expansão industrial (TAVARES, Notas sobre o problema do financiamento numa economia em Desenvolvimento - O caso do Brasil, 1983A, p. 148).

elaboração do artigo, a francamente afirmar que seu ensaio “não faz jus” à imaginação de Rangel no que respeita à tese formulada (1983, p. 18).

No final da década de 1970, inicia-se um processo de estudos e análises da contribuição rangeliana ao pensamento brasileiro, com trabalhos como *Ciclos na Economia Brasileira: segundo Ignacio M. Rangel*, concebido por Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares (1977), versão modificada de seu estudo de conclusão de curso, cuja finalidade era a circulação restrita a docentes e discentes da Universidade de São Paulo vinculados ao Instituto de Pesquisas Econômicas.<sup>57</sup> Interessante destacar que o próprio autor enfatiza que o trabalho foi elaborado com fim de dialogar com o próprio Rangel, visando esclarecer se suas ideias foram bem assimiladas ou não (p. 2). O tema dos ciclos econômicos é um dos eixos do pensamento rangeliano, e Soares aborda como Rangel concebeu sua busca por racionalização de o porquê do processo inflacionário ser tão acentuado no Brasil. O que significava desempenhar uma outra compreensão sobre o fenômeno inflacionário, diferente da interpretação neoclássica derivada de modelos hipotéticos dedutivos. Ressalta ainda o autor que a inflação, na visão de Rangel, “atua como solução para os problemas de demanda efetiva pois leva a um aumento de taxa de imobilização do sistema” (SOARES P. d., 1977, p. 7). O autor desenvolve longa resenha sobre a obra *Inflação*. Soares menciona ainda a importância de se entender as expressões “imobilização” e “investimento”, segundo o pensamento de Rangel, cuja compreensão define que todo acúmulo de estoque é investimento, seja de bens de consumo duráveis ou de produção. Soares afirma que

“na realidade ele usa um conceito Fisheriano de investimento. Em outras palavras, a compra de um liquidificador é tão investimento quanto a compra de uma máquina, sendo a diferença entre elas o fato de que uma é improdutiva (a primeira) e a outra é produtiva; que a primeira não gera quantidades adicionais de mais valia e o segundo o faz. Alguma objeção poderia ser levantada a esta definição de investimento, sob a alegação de que ela não se coaduna com a das contas nacionais. Queremos, no entanto, anotar que a definição que Rangel usa tem o mais forte respaldo teórico, para tal veja-se ‘*The Theory of Interest*’ e ‘*Purchasing Power of Money*’, ambos de autoria

---

<sup>57</sup> Trabalho pesquisado na Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo registrado com seguinte nota: “Trabalho para discussão interna nº 17/1977 – Circulação restrita aos Professores e Alunos do Instituto de Pesquisas Econômicas e do Departamento de Econômica da Faculdade e Administração da Universidade de São Paulo”.

de Irving Fischer. Outro ponto que queremos salientar é que a escolha, pelo sistema de contas nacionais, de classificar todos os gastos de famílias como consumo, se prende a problemas de ordem prática” (SOARES P. d., 1977, p. 8).<sup>58</sup>

Muito embora tratar-se de um estudo exploratório, que vai detalhando os pontos em que Rangel desenvolve seu raciocínio acerca do fenômeno inflacionário, não nos deparamos com nenhum outro trabalho que salientou que o maranhense fazia uso de conceitos deste economista neoclássico em sua obra mais notória. Oportuno, entretanto, perceber o quão diferenciado é o pensamento rangeliano, pois é possível constatar ao longo da sua obra a influência das mais diversas linhagens teóricas e autorais, utilizadas como ferramental interpretativo e com objetivo de intervenção concreta na realidade brasileira.

Ao escrever o prefácio à terceira edição de *A Inflação Brasileira*, que na oportunidade foi publicado por Caio Graco Júnior, filho do historiador Caio Prado Júnior, dirigente da Editora Brasiliense, o economista e cientista social Luiz Carlos Bresser-Pereira<sup>59</sup> enfatiza, sem medir palavras: “o importante é que este livro extraordinário está novamente à disposição do público”, pois houve uma lapso temporal de quinze anos entre primeira e segunda edição, ambas no mesmo ano, para a terceira (1977, p. 7). Esta obra é considerada como uma das principais contribuições rangelianas à teoria econômica, cuja primeira edição

---

<sup>58</sup> Valiosa menção a Irving Fischer é feita por John Kenneth Galbraith ao qual se transcreve a seguir: “o início daquela que viria a ser uma verdadeira ruptura na ortodoxia clássica na noção de que o dinheiro, ainda que não exatamente uma mercadoria como as outras, era passivo e não-administrado e não controlado em seu papel de facilitador do intercâmbio comercial. Um passo decisivo foi a nomeação em 1898 de Irving Fischer (1867-1947), na época com trinta anos, para professor de economia política na Universidade de Yale. Além de economista, Fischer foi matemático; inventor dos indicadores financeiros e de um sistema de fichários pelo qual obteve um bom lucro vendendo-o para a Remington Rand; um dos economistas pioneiros... Em 1911, em *The Purchasing Power of Money*, Fischer publicou sua imortal contribuição ao pensamento econômico, a sua equação de troca ou transação. Ele sustentava que os preços variam com o volume de dinheiro em circulação, considerando-se devidamente a sua velocidade de circulação (ou taxa de rotatividade) e o número de transações em que foi usado” (GALBRAITH, 1989, pp. 136-137). Ver também sobre Fischer no compêndio sobre a História do Pensamento Econômico em Stanley L. Brue e Randy R. Grandy (BRUE & GRANT, 2016, pp. 330-336).

<sup>59</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira nasceu em São Paulo, em 1934, foi amigo de Ignacio Rangel e se declara discípulo do economista. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo; doutor e livre docente pela Universidade de São Paulo, é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, onde leciona economia, teoria política e social desde 1959. Suas principais influências teóricas têm origem no pensamento de Karl Marx, Max Weber, John Maynard Keynes e nos expoentes do estruturalismo latino-americano.

é de 1963. Bresser ressalta que desde sua publicação, e pela característica abrangente abordada em suas páginas, se trata de um clássico da Economia Política brasileira. Ao publicar essa obra, afirma ainda, Rangel torna-se o primeiro macroeconomista desenvolvimentista em razão de não localizar na literatura disponível sobre Desenvolvimento Econômico o que pode ser denominado de “teoria estruturalista do desenvolvimento”. O que levou Bresser a afirmar que nenhum autor, antes de Rangel, pode ser definido como macroeconomista.<sup>60</sup> Um dos pontos que chama atenção é o fato de que a obra foi escrita no transcurso da crise inflacionária da década de 1960, o que nada impediu sua atualidade no período em que o prefácio à terceira edição era escrito (metade dos anos de 1970). Bresser faz menção, com destacada ênfase, que a característica fundante de seu pensamento é a imaginação criadora, o que é reconhecido por outros estudiosos da obra de Rangel, como citado por Bielschowsky e Portella anteriormente.

Mesmo pouco conhecido no Brasil no ano de 1963, ano em que *A Inflação Brasileira* foi publicada, tem-se a impressão de que Rangel faz uso da teoria macroeconômica do polonês Michal Kalecki, em seu trabalho. Contudo, afirmou Bresser em entrevista para este estudo (2019), que certamente Rangel não conhecia o citado autor, o que mostra o quanto era a sua contribuição destacada em qualidade. Considerando a teoria econômica, afirma o prefaciador Bresser-Pereira que havia algo inovador na obra: ao trabalhar a taxa de exploração com a relação de investimento-consumo, ou seja, ao fazer a propensão a consumir depender dos salários e os investimentos dos lucros, noutras palavras, ao concentrar importância na distribuição de renda nacional no sistema econômico capitalista, Ignacio Rangel integrava a macroeconomia keynesiana com a teoria marxista de uma forma que nunca antes tinha sido realizada (1977, p. 8). Com esse pressuposto teórico, Rangel avança para estudar a inflação no Brasil se opondo aos dois grandes campos de divergência teórica à época: monetaristas e estruturalistas. Chega à conclusão de que a

---

<sup>60</sup> Junto a Roberto Saturnino Braga, a Maria da Conceição Tavares e a Maria Mello de Malta, Bresser-Pereira faz essa exposição em 2014, na sede do BNDES, em celebração aos 100 anos de nascimento de Ignacio Rangel em seminário comemorativo organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; *vide* em ([www.bresser-pereira.org.br](http://www.bresser-pereira.org.br); acesso em 14 de julho de 2020).

inflação no Brasil é um mecanismo de defesa da economia. Uma descoberta inovadora e peculiar da economia brasileira, no mesmo sentido que foi dito por Tavares e Oliveira, já abordados aqui.<sup>61</sup>

Já sobre agricultura e questão agrária, este estudo faz referência às pesquisas dos economistas Fernando José Cardim de Carvalho<sup>62</sup> (1978) e José Graziano da Silva, sendo que o segundo manifesta expressa homenagem a Rangel, a Caio Prado Jr. e a Alberto Passos Guimarães em uma delas (1980) e respalda seus estudos em outra (1981). Nestes estudos, os autores avaliam a contribuição de Ignacio Rangel especificamente no que refere ao tema agrário. Sumariando os argumentos de Rangel pertinentes ao tema em questão, que servem de base às obras, em mais de uma oportunidade o maranhense é identificado como um pensador não atrelado às linhas de pensamento da época, ao sustentar a desnecessidade de realização de reforma agrária para a modernização nacional, ou, como afirmou Bielschowsky, “Rangel pensava a questão agrária de forma inteiramente distinta do restante da esquerda brasileira” (2000, p. 229).<sup>63</sup>

Pelo contrário, Rangel passa a expor que a reforma agrária serviria para corrigir os males provocados pelo processo de modernização empreendido no país, tendo em vista que a expansão capitalista no meio rural foi realizada de maneira acelerada, o que provocou o aumento substancial da produtividade agrícola. Este fato, intenso em nosso processo, inevitavelmente levaria a desequilíbrios e crises nas relação urbano-rural, ou, como Rangel já expunha

---

<sup>61</sup> No que atina à retomada do interesse pelo trabalho rangeliano, inclui-se também o prefácio à edição de *Ciclo, Tecnologia e Crescimento* escrito por Wilson Cano (Prefácio escrito em 1979, 1980, pp. 07-10).

<sup>62</sup> Fernando José Cardim de Carvalho (1954-2018) foi professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e uma referência do pós-keynesianismo no Brasil. Os pós-keynesianos retomam a obra do britânico John Maynard Keynes, que, sumariamente, sustentam que economias de mercado não tendem, por si só, ao equilíbrio com pleno emprego e precisam da intervenção do governo para impulsionar o crescimento. Concluiu o mestrado pela Unicamp em 1978, trabalho este que estuda parte da obra rangeliana, e o doutorado, também em economia, pela Universidade Rutgers, de Nova Jersey (EUA). Após seu falecimento eminentes economistas organizaram uma publicação em homenagem a Cardim reunindo ensaios e temas trabalhados pelo pós-keynesiano; *vide* (OREIRO, PAULA, & SOBREIRA, 2019).

<sup>63</sup> No mesmo sentido ilustra a tese de doutoramento de Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz defendida no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, nos idos de 1992, que versa sobre a defesa da reforma agrária no Brasil partindo de um estudo da obra de Lenin (1992, pp. 12-38).

em artigos na década de 1950, nas relações entre indústria e agricultura (1955, pp. 248-249). Daí decorreram excedentes de produtos agrícolas sem mercado suficiente para consumir, assim como excedente de mão-de-obra, sem realocação no processo produtivo, que se desdobrou em dois problemas: o primeiro foi que o excedente de produtos gerou desequilíbrio no comércio exterior e no balanço de pagamentos e o segundo, provocou o enorme exército de reserva de mão-de-obra em regiões urbanas e a decorrente queda nos salários. Na ótica rangeliana, com a reforma agrária também era possível combater precisamente estes problemas concretos que foram abordados, visando reduzir o êxodo rural, o exército de reserva de mão de obra e promover majoração salarial. Vale dizer que Ignacio Rangel compreendia que reforma agrária era um caminho óbvio e natural para promover a redistribuição de renda, provocando, destarte, elevação do consumo e maior dinamismo econômico. Entretanto, oportuna observação de cunho político é registrada pelo autor, demonstrando a dificuldade de se ver empreendida tal reforma:

“Via de regra a questão agrária é estudada abstratamente como se fosse algo independente, e não parte da problemática geral, sem outra base factual se não imprecisas estatísticas sobre a divisão da propriedade fundiária e sem qualquer cuidado para com as relações reais de produção que essa divisão esconde. Essas pessoas costumam especular com a possibilidade de que a burguesia – uma das classes dominantes do país, nos quadros da dualidade básica – se decida a apoiar o seu programa utópico... Ora, nada mais ilusório do que esperar que a burguesia – ligada ao latifúndio, inclusive por laços de sangue – rompa seu pacto de poder com o latifúndio” (RANGEL I. , *A Inflação Brasileira*, 2012, pp. 583-584).

Carvalho, assim como Graziano da Silva, desenvolvem seus trabalhos a partir do que Rangel classifica como a crise agrária brasileira. Graziano elabora obra introdutória destinada à Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense. Muitos pontos são trabalhados igualmente em sua tese de doutoramento (1981).

Já a reflexão de Chagas Cruz (2000)<sup>64</sup> indica o pioneirismo do pensamento rangeliano (1980). Seu trabalho se concentra no debate econômico dos anos de 1960 e sua inspiração para desenvolver o estudo vem da leitura de *A Inflação Brasileira* (p. 1). O ponto de partida é o contexto histórico-

---

<sup>64</sup> Pesquisador do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), o estudo que elaborou sobre Ignacio Rangel teve como orientador o economista Carlos Lessa.

econômico brasileiro do período estudado, englobando as crises inflacionária, de financiamentos e a desaceleração da expansão econômica. Com isso, o autor prossegue para o debate do período, concentrando-se, especialmente, na controvérsia entre monetaristas e estruturalistas, alicerçando seu estudo em dois pensadores dessas vertentes, respectivamente: Roberto Campos e Celso Furtado. Além de estudar as teses defendidas pela esquerda brasileira no período. Após essas demonstrações, o autor dedica uma parte do seu estudo ao pensamento rangeliano, focando “o processo de acumulação de capital visto a partir de suas determinações internas e em sua trajetória de expansão e de crise” (p. 3). Muito embora o trabalho delimite o período ao debate dos anos de 1960 e não trate do elemento estruturante do pensamento de Rangel, que é a *dualidade* (contudo a tese central de Rangel está na obra *A Inflação Brasileira*), ressalta o autor que a inclusão da compreensão dos ciclos econômicos, para discernir os demais fenômenos como a crise inflacionária e a desaceleração econômica, é de um pioneirismo e de uma capacidade analítica invulgar. A proposta inicial era estudar a obra completa de Ignacio Rangel, entretanto, ao se deparar com sua complexidade, entendeu por bem restringir o objeto de estudo, e o que fez foi incluir, ao final, uma síntese das ideias do economista como apêndice ao seu trabalho (CHAGAS CRUZ, 1980, p. 124).

Na mesma linha de resgate da análise da obra de Rangel citamos mais uma vez Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares, só que agora elaborando um amplo estudo comparativo que versa sobre quatro interpretações da crise dos anos 1960 no Brasil (1981). Nele, Soares compara os diagnósticos econômicos de Maria da Conceição Tavares, Ignacio Rangel, Paul Singer e Mário Henrique Simonsen no que tange ao crescimento, inflação, balanço de pagamentos e tensão social. Aponta os pontos de divergência e de concordância sobre esses temas no pensamento dos autores e, ao final, elabora uma forma de compreender as razões pelas quais estes atribuem tamanha ênfase ao tratamento da inflação.

Já Manoel Francisco Pereira<sup>65</sup> trilhou o caminho da sua obra visando “facilitar a possibilidade de toda uma geração de economistas, técnicos e

---

<sup>65</sup> Estudou a obra de Ignacio Rangel em curso de Pós-Graduação na Escola de Economia e Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas sob orientação do professor Luiz Carlos Bresser Pereira.

estudiosos da nossa realidade, terem contato com nosso pensador original” (1982). Para tanto, dissertou sobre aspectos pontuais do pensamento do economista maranhense pertinentes ao tema que se propôs. Seu estudo se volta para o projeto de desenvolvimento brasileiro, segundo o pensamento de Rangel. Ao expor seus objetivos, afirma almejar a formulação de uma exposição didática e simples da obra de Rangel, correlacionando com o respectivo período em que a obra é produzida. O autor inicia com breve esboço do surgimento do movimento industrialista no Brasil e com a desagregação da economia natural. Como outros estudiosos, critica a aplicação do liberalismo por estas terras, chegando a afirmar que “ao importar os tecidos ingleses, importávamos as teorias clássicas inglesas” (p. 12). Como seu trabalho é da década de 1980, Pereira resgata pontos da obra rangeliana sobre o processo de industrialização que são trabalhados praticamente até *A Inflação Brasileira*, de 1963, sem, contudo, abordar os demais trabalhos produzidos pelo autor. Em suma, ele descreve, na primeira parte, o período histórico da industrialização brasileira com pontuais introduções do pensamento rangeliano. Já na segunda, volta-se para o que denomina “visão histórica” (PEREIRA M. F., p. 74), que reúne o estudo do método de Ignacio Rangel, que denomina materialismo histórico-dialético. Nesta segunda parte, que Pereira compreende como visão histórica, há a inclusão das dualidades e dos ciclos econômicos de longa duração. Em que pese a sua organização deste tópico, destacaremos, adiante, que essa maneira de expor limita em muito a teoria da dualidade. E, por fim, conclui seu estudo (p. 99) com tópico sucinto sobre a questão agrária. (PEREIRA M. F., 1982)

Em obra com título nada despretensioso, Guido Mantega e sua obra *A Economia Política Brasileira* dedica, em capítulo específico de sua tese de doutoramento, atenção especial à proposta rangeliana, no que trata do fenômeno inflacionário. Afirma-se que até o período em que a obra foi publicada, era a primeira a sistematizar ideias de economistas de escol como André Gunter Frank, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Paul Singer, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Luiz Carlos Bresser-Pereira, dentre outros pensadores estruturalistas, marxistas, neokeynesianos, um verdadeiro apanhado geral, só o que, para o autor, resulta na *Economia Política Brasileira*. Em se tratando do

economista maranhense, é bom lembrar que em meados da década de 1980 seu reconhecimento é incontestável. Para Mantega, Rangel incluía-se

“no rol dos pensadores que detiveram a primazia de contribuir para uma interpretação em profundidade do funcionamento da economia brasileira, inscrevia-se, ao lado de Celso Furtado, Ignacio Rangel, cuja extensa obra, surgida nas décadas de 50 e 60, ajudou a lançar as bases do Modelo de Substituição de Importações e fundar a Economia Política Brasileira” (1984, p. 102).

Como feito por outros autores, Mantega destaca a característica rangeliana de associar pensadores de diferentes matizes. Segundo ele, Rangel busca associar, em sua compreensão sobre a inflação no Brasil, a teoria marxista da acumulação com complementação da teoria do economista inglês John Maynard Keynes. Conclui o autor que se trata de trabalho completamente inovador e enfatiza a articulação de temas como a questão agrária, microeconomia e capacidade ociosa. Por se ater apenas à obra *A Inflação Brasileira*, critica a proposta rangeliana, classificando-a como dotada de uma dinâmica social determinista e uma posição irreal das classes sociais no processo de desenvolvimento (1984). Fugindo da regularidade de estudos produzidos por economistas, chega-se ao trabalho elaborado pelo engenheiro agrônomo José Sidney Gonçalves (1993). Conforme sustenta Rangel, citado pelo autor, a questão agrária se torna uma questão estritamente política em razão de, no Brasil, a industrialização ter sido promovida sem se reorganizar previamente suas relações de produção na esfera agrícola. Desta forma, já se deparando com as contradições internas do setor capitalista (entre trabalho e capital) e do setor feudal (entre o latifúndio feudal e o servo da gleba), existe contradição entre o seu lado moderno e o seu lado arcaico. Rangel já expôs que a economia e a sociedade brasileira são, a um só tempo, modernas e arcaicas, e perfaz a coexistência entre os polos moderno e o arcaico. Fato que não se demonstra por uma contraposição apenas, mas por um conflito que perpassa a história nacional. Sendo assim, a unidade entre esses dois aspectos é uma unidade dialética, uma unidade de contrários. (GONÇALVES, 1993). A conclusão de Gonçalves é uma crítica às elites conservadoras do país, pois estas impedem as transformações da sociedade limitando-as, historicamente, por predomínio de seu poder político.

Ainda na seara temática, embora no aspecto de comparação de análises haja pesquisas mais recentes como a de Fabiana de Cássia Rodrigues (2005), no campo econômico destaca-se o debate entre Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignacio Rangel e Alberto Passos Guimarães (2005), que focou analisar o “papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais, no período de intensificação da industrialização brasileira, entre 1951 e 1964”. Gonçalves desenvolveu seu trabalho em duas etapas. Na primeira, contextualizou o debate no período, destacando a relação de desequilíbrio entre capital e trabalho. Já na segunda parte, faz uma comparação entre os autores citados, considerando como cada um deles interpreta a questão agrária. Por fim, analisa como os argumentos dos autores impacta no desenvolvimento nacional.

Cássia Rodrigues aborda, ainda, estratégias diversas desenvolvidas sobre a questão agrária. Registra desde as propostas do Partido Comunista do Brasil que sugeria, segundo ela, uma linha de reforma radical e ampla, cujo fim era extinguir os resquícios feudais existentes no campo. Para os autores que sustentavam esta interpretação, como Alberto Passos Guimarães, esse momento de superação do que restava de “feudal” era condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e, com sua superação, o socialismo.

Conforme expõe Rodrigues, o historiador Caio Prado Jr. afirmava, no mesmo sentido, acerca da necessidade de intensas transformações no campo por meio da elevação dos padrões de vida e trabalho no próprio campo. Já Celso Furtado dava especial ênfase à estratégia de se desenvolver a região nordestina do Brasil, através da racionalização de sua estrutura agrária, usufruindo qualitativamente de seus recursos, assim como do espaço e da força de trabalho. A autora destaca que o objetivo em Celso Furtado, ao propor essas mudanças, é estabelecer um equilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra, capaz de garantir uma crescente melhora no padrão de vida dos trabalhadores, assim como viabilizar meio contínuo de avanço tecnológico (2005, p. 109). Sobre a interpretação de Ignacio Rangel, a autora dá ênfase ao elemento político ao mencionar o aspecto do interesse de classe pois, como salientava o economista maranhense, não seria possível uma confrontação com os detentores de

propriedade de terra, mas levá-los a propor solução por meio do Estado atuando no mercado de terras, trabalho e bens agrícolas, ou seja, uma ampla reforma no campo. Rodrigues diz que há um elemento peculiar nesta interpretação, exatamente no ponto em que a proposta rangeliana se vincula à intervenção Estatal no mercado fundiário, com vistas à constituição de um mercado financeiro no Brasil, fazendo com que não haja um direcionamento de capital especulativo para aquisição desses bens. Prossegue Rodrigues, tratando ainda do pensamento de Rangel, que a resolução da questão agrária no Brasil estava adstrita à constituição do capitalismo nacional, considerando que os problemas da população rural se estendiam como um todo. Conclui ainda que “apesar das divergências entre os autores, o ponto que os fazia convergir era a necessidade de resolver a questão agrária a fim de conformar as bases nacionais e democráticas do desenvolvimento capitalista autocentrado” (2005, p. 109).

Dentre as pesquisas mais recentes, pertinentes às análises temáticas, estão as de Hugo Carcanholo Iasco Pereira<sup>66</sup> e André Roncaglia de Carvalho,<sup>67</sup> que abordam a controvérsia monetarista em contraposição à visão estruturalista e à interpretação de Ignacio Rangel acerca do fenômeno inflacionário, entretanto, de início, os autores apresentam o pensador maranhense já como um importante intérprete da sociedade brasileira, o que nos permitiria incluir o estudo na terceira onda de recepção das ideias rangelianas, que são aquelas que o têm como intérprete do Brasil (2019, pp. 523-525). A inflação, nos idos de 1950, recebia duas grandes linhas de interpretação teórica: a monetarista e a estruturalista, como já apresentado neste tópico. Os autores resgatam, em tradicional revista da área econômica, a explicação alternativa apresentada por Rangel. Declaram Carvalho e Pereira que os resultados obtidos com o trabalho indicam que a tese rangeliana acerca da inflação se apresenta como fato nunca visto na seara acadêmica. Além disso, que a obra detinha manifesto objetivo contestatório ante o Plano Trienal formulado por Celso Furtado, em seus

---

<sup>66</sup> Hugo Carcanholo é doutorando em Economia Aplicada pelo Centro de Desenvolvimento Regional e Planejamento (CEDEPLAR) de Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>67</sup> Professor Roncaglia é do Departamento de Economia da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP).

aspectos analíticos e como política de estabilização.<sup>68</sup> Após explicarem as interpretações monetaristas e estruturalistas, os autores concluem, de maneira similar aos anteriores estudados, que “para Rangel o problema da inflação brasileira seria a falta de demanda - capacidade ociosa, e não excesso de demanda. Tem-se claro que Rangel rompe com as interpretações monetaristas e estruturalistas para explicar a inflação brasileira” (2019, p. 534). Outro ponto abordado por Carvalho e Pereira, inovador, destaca-se, é a testagem da relação funcional entre a capacidade e inflação partindo da abordagem desenvolvida por Bresser-Pereira e Nakano (1986, pp. 60-80), trabalho que se convencionou chamar a Curva de Rangel<sup>69</sup>.

Na primeira onda de recepção das ideias rangelianas constata-se a predominância de estudos baseados na obra *A Inflação Brasileira* e em *A Questão Agrária Brasileira*, delimitando esse período, visando estabelecer parâmetros na história das ideias, predominantemente entre 1963 e 1984 (embora tenhamos nos deparado com estudos variados posteriormente), como o período das análises temáticas acerca do pensamento rangeliano.

## **2.2 A formação da segunda onda de recepção das ideias rangelianas: as análises sistemáticas**

A partir de meados da década de 1980 se iniciam os primeiros esforços de sistematização do pensamento de Ignacio Rangel. É neste período que acontece uma transição na compreensão do pensamento rangeliano, que passa do eixo inicial apoiado proeminentemente em sua tese sobre a inflação para uma assimilação com maior ênfase na tese da dualidade básica da economia

---

<sup>68</sup> Roncaglia e Carcanholo endossam a assertiva de Thiago Leone Mitidieri: “A obra possui um objetivo político franco de contestação do Plano Trienal e de refutação de seus alicerces teóricos, principalmente nos aspectos relacionados ao diagnóstico da inflação e das medidas propostas para combatê-las. Para rechaçar as medidas do receituário monetarista contido no plano Trienal” (MITIDIERI, 2014, p. 277).

<sup>69</sup> Há três etapas marcantes para a formação da curva de Rangel: a contribuição inicial com a obra *A Inflação Brasileira* em 1963; em um segundo momento, a explicação e formalização por Bresser-Pereira e Nakano de uma relação funcional positiva entre recessão e inflação, em 1984; e a identificação da crise no balanço de pagamentos, em momentos de recessão, na aceleração inflacionária, analisadas por Bresser-Pereira e José Márcio Rego em 2013. *Vide em* (MORENO & MODENESI, 2014, pp. 565-586).

brasileira, assim como surgem os primeiros esforços de sistematização de toda obra conhecida e publicada de Ignacio Rangel.

Pela amplitude e abrangência do conteúdo formulado pelo economista, um estudioso oriundo do campo do saber da Geografia, Armen Mamigonian (1987), que se considera discípulo do pensador, escreveu um trabalho inicial de sistematização propondo uma introdução ao seu pensamento. Mas, em objetivo claro, afirma que sua pretensão é apenas apresentar aos alunos de graduação em Geografia um estudo didático que permita a iniciação ao complexo e amplo pensamento rangeliano. Mamigonian delimita seu estudo em quatro eixos, como expressamente diz: “A contribuição de Ignacio Rangel à interpretação da história, da política, da economia brasileira é muito vasta e rica. Pretendemos, tão somente, chamar à atenção para algumas de suas ideias fundamentais: 1) dualidade básica da economia brasileira, 2) papel dos ciclos longos ou Kondratieff, 3) papel dos ciclos breves ou Juglar e 4) capacidade ociosa e pontos de estrangulamento na economia” (1987, p. 1). Mamigonian sustenta que tanto Ignacio Rangel quanto Celso Furtado são tributários do pensamento de Caio Prado Jr. No entanto, alega que o economista maranhense teve suas ideias “ocultadas” pela propaganda maciça dos trabalhos oriundos da CEPAL e os elaborados pelo economista paraibano Celso Furtado.

Em outro esforço de síntese e sistematização há o estudo que conclui a edição de *Economia Brasileira Contemporânea*, coletânea de artigos escritos por Rangel, denominado *Contribuições de Ignácio Rangel ao Pensamento Econômico Brasileiro*, formulado pelo estruturalista Ricardo Bielschowsky e o economista do BNDES Márcio Henrique Monteiro de Castro (1987). Nele se encontra uma estruturação pouco mais detalhada que o anterior de Mamigonian, muito embora sejam similares. Ambos partem da tese da dualidade básica da economia e sociedade brasileira e tratam dos ciclos longos e de curta duração, especificando que são elementos determinantes da dinâmica e do funcionamento da economia capitalista. Já em seu terceiro ponto abordam a questão da inflação como elemento estruturante do pensamento de Ignacio Rangel, afirmando que se trata de “leitura obrigatória de qualquer curso que trate do tema” (1987, p. 206). Neste estudo há detalhamento mais apurado da

obra rangeliana: destacam-se com tópicos próprios as temáticas da questão agrária, assunto muito trabalhado pelo autor, e outro tema estrutural no pensamento rangeliano: o Estado e o Planejamento, que para ele “é o fato mais universal e importante de nossa época”.<sup>70</sup>

Constata-se que, até o momento, o estudo mais abrangente sobre a obra rangeliana ainda é atribuída a Ricardo Bielschowsky, que dedicou uma parte especial da sua tese de doutoramento publicada pelo IPEA/INPES em 1988 (2000), que consistiu em uma análise ampla e, salvo melhor juízo, o mais detido esforço de sistematização dos estudos sobre Ignacio Rangel. Esmiuçando os detalhes e a unidade em torno da teoria da dualidade básica, mapeou a diversidade da sua matriz teórica e a correlacionou com as conjunturas nacionais das décadas de 1940 a 1960, fazendo um paralelo com as demais linhas de pensamento econômico da época. Em razão do recorte temporal (1930-1964), seu trabalho não versa sobre o que Rangel diz a respeito da concessão dos serviços públicos, de utilidade pública para o empresariado nacional, uma questão importante que aparece nos trabalhos do autor após esse período.<sup>71</sup>

Em capítulo exclusivo de sua tese Bielschowsky apresenta a teoria de Ignácio Rangel destacando os principais pontos de forma mais acurada que seu trabalho elaborado com Castro. Neste, da mesma forma, parte da teoria da dualidade básica como elemento estruturante da reflexão rangeliana, ao mesmo tempo que o compara com teóricos contemporâneos; e para demonstrar suas influências, apresenta o quadro teórico que lhe é peculiar. Enfatiza ainda outras questões econômicas relativas à realidade brasileira, relevantes à sua época:

---

<sup>70</sup> Ao final desta obra (RANGEL I. , *Economia Brasileira Contemporânea*, 1987, pp. 212-216) há farto levantamento bibliográfico de trabalhos feitos por Ignacio Rangel que abarca o período de 1955-1985 elaborado por Gilberto V. de Carvalho, editor-assistente de *Literatura Econômica* e por Fernanda Machado Pinto, editora-executiva de *Literatura Econômica*, ambos à época da Editora Biental, o qual formulamos de maneira ampliada para este estudo. *Vide* anexo II.

<sup>71</sup> Ricardo Bielschowsky publica sua obra em 1988 por meio do Programa Nacional de Pesquisas Econômicas do IPEA/INPES. O economista, premiado pela ANPEC – Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, elabora um esforço de síntese acerca do ciclo ideológico do desenvolvimentismo, suas diversas interpretações, a evolução do pensamento e suas características no período de 1945-1964. Adotando uma perspectiva histórica e analítica para sistematizar a literatura do período, Bielschowsky busca utilizar a “história de sistemas de economia política” com a “história do pensamento econômico”, recorrendo as categorias utilizadas por Joseph Schumpeter.

mantendo a estruturação apresentada em trabalho anterior destaca a reforma agrária, a inflação, a crise econômica e o planejamento. Desta forma, o autor analisa a peculiar teoria elaborada por Ignacio Rangel dando ênfase ao argumento de que o desenvolvimento econômico brasileiro, segundo o pensamento rangeliano, se estrutura a partir da teoria da dualidade básica da economia brasileira.

Por sua vez, dois economistas que hodiernamente se declaram discípulos de Rangel, sustentam a tese que a concepção rangeliana sobre o desenvolvimento econômico e político brasileiro está alicerçada em duas ideias fundamentais, os ciclos longos e a dualidade básica. Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego desenvolvem detalhada argumentação para definir essa premissa, além de incluir notas biográficas, bibliográficas e metodológicas acerca do autor (1998). Neste trabalho também há um esforço de síntese e compreensão da totalidade do pensamento rangeliano, incluindo elementos não encontrados no estudo elaborado por Bielschowsky, por exemplo, em razão de integrar na análise os trabalhos desenvolvidos por Ignacio Rangel após o ano de 1964. Vale a pena registrar que o estudo de Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rêgo teve um longo período de maturação. Seu primeiro registro está como Texto de Discussão da Fundação Getúlio Vargas, de dezembro de 1992, cuja apresentação inicial se deu no 20º Congresso da ANPEC – Associação Nacional de Pós-graduação em Economia, realizado na cidade de Campos do Jordão, região do Vale do Paraíba, interior de São Paulo. Todavia, sua publicação original ocorreu no ano seguinte, na tradicional Revista de Economia Política (1993). Posteriormente, no ano em que Rangel completaria seu centenário, o trabalho é revisitado e complementado pelos autores (Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel revisitado, 2014). Destaque-se a apresentação biográfica de Rangel, seguido do que os autores consideram como estruturantes em seu pensamento, que são as teorias da dualidade e dos ciclos, a metodologia rangeliana, e por fim, a capacidade ociosa e a inflação.

Este é um período de consolidação da figura de Ignacio Rangel dentre aqueles que contribuíram de forma marcante com o Pensamento Econômico Brasileiro. Anteriormente, a qualidade e o trabalho destacado eram

reconhecidos pontualmente. Na década de 1980, o economista é elevado ao posto de patrono da tradicional Revista de Economia Política ao lado de Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Praticamente todas as suas obras publicadas entre as décadas de 1950 e 1970 recebem reedição. Firma-se como assíduo articulista do jornal *Folha de S. Paulo*<sup>72</sup> com centenas de artigos publicados, assim como escreveu para os jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil*. E é neste tempo que surgem as primeiras tentativas de sistematização ou estudos totalizantes sobre a obra conhecida de Ignacio Rangel.

### **2.3 A terceira onda de recepção e o reconhecimento de Ignacio Rangel como Intérprete do Brasil**

A partir da década de 1990, é possível identificar uma outra transição nos estudos produzidos com base no pensamento rangeliano, cujo objeto das reflexões trazem o Brasil ora como tema central ora como acessório. Além disso, constata-se também que os estudos rangelianos transbordam do campo econômico e passam para outras áreas do saber.

Iniciamos no campo da Geografia, formulado por Miguel Gimenez Benitez (1995). Este estudo aborda a análise do processo de implantação e o crescimento da indústria de frigorificação de carne bovina, de capital nacional, no contexto da atividade pastoril de corte na região do Brasil central pecuário, anteriormente dominada pelos frigoríficos anglo-americanos, o que determinou mudanças na dinâmica do espaço geográfico estudado. As determinantes históricas, metodológicas e teóricas concernentes ao funcionamento da economia e sociedade, no âmbito nacional e internacional, propostas por Ignacio Rangel, constituem o foco da reflexão e da análise elaborada. Ressalte-se que o estudo se orientou segundo dois eixos estruturantes: a implantação e o crescimento da atividade frigorífica no Brasil central pecuário e os conflitos e alianças associados aos grupos de interesses presentes nesta atividade, privilegiando o caráter econômico da atividade pastoril de corte na região do Brasil central.

---

<sup>72</sup> Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* foram 216 artigos escritos no período de 1978 a 1992.

No ano de 1995, uma edição integral da Revista Archétypon<sup>73</sup> é dedicada a Ignacio Rangel, em homenagem póstuma; nela há seis estudos que retomam assuntos já trabalhados sobre a obra do economista. O primeiro é de Soares, que classifica o trabalho rangeliano como uma *grande obra*; o segundo é da autoria de Mamigonian, que se concentra em descrever as raízes do pensamento e da originalidade da interpretação elaborada pelo economista; o terceiro é desenvolvido por Castro, que explica a tese da dualidade básica da economia; o quarto artigo, escrito por Filho e Martins, aborda o tema *A Empresa Pública no Pensamento de Ignacio Rangel: o caso do Setor de Energia Elétrica no Brasil*; o quinto e penúltimo coube a Monteiro, que versa sobre questão agrária; e o último, de caráter biográfico, foi elaborado por Ribeiro (1995).

O próximo estudo a que se faz menção é o elaborado por Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (1997). De início, a autora deixa claro seu objetivo de analisar o longo percurso da história nacional brasileira dando ênfase às determinações e aos momentos decisivos do processo de formação do Brasil. A teoria da dualidade básica é seu suporte metodológico para a investigação da formação da nacionalidade brasileira, tendo em vista que se situam como marcos fundamentais as datas que coincidem com os processos de independência política, abolição da escravatura, Proclamação da República e a Revolução de 1930, compreendidas e assimiladas com os movimentos de longa duração e cíclicos de economia mundial. E sua observância sobre a questão nacional é bem pertinente para o presente estudo:

“A análise do processo de construção da nacionalidade brasileira numa perspectiva geográfica, tornou necessária a busca dos elementos definidores desse processo, reconhecendo inicialmente que o Brasil (e os demais países latino-americanos) tem uma formação social marcada pelo passado colonial. A questão nacional nesses casos emerge num quadro de identidade problemática, agravado em razão de uma história que se por um lado parece negar o fundamento comum indispensável à construção de projeto nacional, por outro, no entanto, oferece elementos que precocemente – desde o descobrimento – atuam como determinantes neste processo.” (PEREIRA R. M., 1997, p. 3)

---

<sup>73</sup> Archétypon é uma revista interdisciplinar, editada quadrimestralmente pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.

Em Simpósio Nacional realizado em Florianópolis, Mamigonian e Campos (1997) publicaram a versão integral do evento contendo as exposições e debates dos participantes, aqui cabe o destaque que se tem do primeiro registro de um autor identificando expressamente Ignacio Rangel como intérprete da realidade brasileira; este foi Gilberto Paim, seu companheiro de ISEB (1997, p. 6). No ano seguinte, Mamigonian e Rego organizaram publicação em homenagem a Rangel (1998). Esta segunda publicação consiste apenas nas exposições dos preletores, algumas delas já publicadas em outros lugares e já citadas neste estudo.

Por sua vez, mesmo fazendo uso da compreensão do processo histórico brasileiro segundo o ensino de Rangel, Fernando Antônio Faria apresenta uma inovação na forma de análise. Apoiando-se na teoria rangeliana, para Faria a formação nacional é constituída, sobretudo, por quatro etapas sucessivas de dualidades, destacando que em cada uma dessas fases há duas formações econômicas predominantes: uma situada no polo interno, que é a agricultura e outra no polo externo, que são sucessivamente comércio, serviços, indústria e governo; todos esses polos, umbilicalmente orquestrando a economia nacional. O autor, em sua distinta análise, procura examinar a visão rangeliana partindo do trinômio Estado-Desenvolvimento-Crise (2000 - v. XXVI). O que é salutar nesta compreensão é que o autor destaca que a composição de dualidades de grupos no poder enseja crises, e por esta razão implica em dificuldades acrescidas na superação dos entraves para o desenvolvimento.

Dá-se aqui relevo especial às palavras de Milton Santos, considerado um dos maiores geógrafos do mundo e um dos intérpretes do Brasil, que faz uma referência ao pensamento rangeliano. Segundo o geógrafo baiano, não houve alguém como Ignacio Rangel que compreendesse tão bem a questão do *processo*, e ressalta, se o que se almeja é resolver os problemas nacionais, há de se observar os processos que se sucedem<sup>74</sup> (2000).

Outro grande estudioso da realidade brasileira que salienta a interpretação rangeliana é o jurista Fábio Konder Comparato. Em festividade

---

<sup>74</sup> Tal registro está na ministração da aula inaugural no curso de pós-graduação em Geografia na Universidade de São Paulo, cujo registro está no acervo pessoal doado ao arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade São Paulo – IEB-USP.

de 25 anos do CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, houve um seminário especial para a celebração, com uma edição da revista deste instituto, integralmente dedicada ao evento. O tema *Pensar o Brasil* foi debatido por dois dias e norteado por três questionamentos: por que pensar, como se pensa, e como pensar. O evento recebeu a contribuição de Marco Aurélio Nogueira, Boaventura Souza Santos, Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Gildo Marçal Brandão, Jorge Luiz Werneck, Amélia Cohn, Jacques Marcovitch, Renato Lessa, dentre outras pessoas. As palavras de Comparato em relação a Rangel são preciosas e valem ser citadas aqui:

“Se nós tomarmos um outro, já não digo demiurgo, mas enfim um grande pensador da realidade brasileira, o único não citado por Chico de Oliveira, Ignacio Rangel, nós vamos encontrar a mesma capacidade de análise crítica da nossa especificidade. Tal como Caio Prado Jr., Ignacio Rangel vem do marxismo, mas sempre soube utilizar o marxismo como método de análise, não como repositório de soluções já preparadas. É de Ignacio Rangel a tese do dualismo básico da economia brasileira, o desdobramento das relações de produção, no esquema marxista, em relações internas e relações externas, ou seja, o Brasil voltado para o passado e o Brasil que tenta vislumbrar o futuro. A descoberta do dualismo básico de toda a sociedade subdesenvolvida, onde convive o arcaico com o moderno, o latifúndio com a empresa capitalista de alta tecnologia, o coronelismo com a democracia urbana. Isso não se encontra em nenhum dos autores clássicos e durante muito tempo os economistas, sociólogos e os cientistas políticos tiveram muita dificuldade em ver que a realidade do país subdesenvolvido é esquizofrênica: o que todos nós encontramos, ao lidar com sociedades subdesenvolvidas, é o fato de que não existe uma receita pronta, e de certa forma, todas as soluções preparadas têm que ser adaptadas às diferentes reações do paciente, pois as reações da sociedade arcaica são muito diferentes daquelas da sociedade moderna” (2001, p. 99).

Retornando ao campo da Geografia nos deparamos com o trabalho de Fernando dos Santos Sampaio. Resultado da reflexão do ponto de vista geográfico, histórico e econômico do desenvolvimento do complexo citrícola brasileiro, apresenta uma caracterização da cadeia de produção do suco de laranja concentrado e congelado. As referências teóricas utilizadas no estudo foram: Karl Marx (em relação à dinâmica capitalista), Vladimir Lênin e Karl Kautsky (no que tange à agricultura capitalista e seu desenvolvimento na era do imperialismo), Ignácio Rangel (especificamente ao desenvolvimento econômico brasileiro) e Armen Mamigonian (sobre papel da pequena produção mercantil no desenvolvimento industrial brasileiro). A tese teve por escopo três

pontos essenciais: Primeiro, se considera que foi o processo de urbanização acelerada, iniciado na década de 1930, nos polos urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro, que forneceu a base sobre a qual se desenvolveu a indústria citrícola; segundo, que na década de 1960 a indústria provocou importantes mudanças nas normas de produção e comercialização da laranja e, conseqüentemente, na organização do espaço citricultor paulista. E, por fim, para compreensão de tais mudanças, consolidadas na década de 1990, urge, segundo o autor, o aparecimento de uma nova proposta de regionalização da citricultura paulista (SAMPAIO, 2003).

O ano de 2005 é um divisor de águas para os estudos do pensamento de Ignacio Rangel. Por um projeto apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sob a presidência do economista Guido Mantega, ocorre o lançamento das *Obras Reunidas* de Rangel, que foi um marco editorial no Brasil e contou com o apoio de diversos intelectuais e entidades. Isso se deve, primeiro pela dificuldade de reunir muitos trabalhos esparsos, raros, inéditos e esgotados do autor em dois volumes, que somam mais de 1.500 páginas. Segundo que o evento de lançamento reuniu muitas pessoas que contribuíram fortemente para a Economia Nacional e que conheceram o trabalho de Ignacio Rangel de perto, lotando a sede do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro em 28 de abril de 2005 (CORECON-RJ E SINDECON-RJ, pp. 15-17).

Resultante do trabalho de duas distintas instituições brasileiras: o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA-USP e a Ordem dos Economistas do Brasil – OEB, originou-se dossiê sobre o pensamento econômico brasileiro. Um dos seus capítulos é dedicado a Ignacio Rangel sob a incumbência de Fernando Cardoso Pedrão (2007). A obra é organizada pelos tópicos: as correntes teóricas; os grandes temas em debate; as principais vias institucionais de formulações econômicas; e as personalidades brasileiras mais representativas do pensamento econômico. Dentre elas está o maranhense, a quem o autor atribui, logo no título do trabalho, a característica de *razão contestatória* (p. 355). Pedrão faz um breve testemunho de sua convivência com Ignácio Rangel. Munido de elaborado aparato teórico

econômico, descreve o percurso do maranhense citando a assessoria de Vargas, do governo Kubistchek, sua ida à CEPAL, e ao final conclui, em tom de crítica:

“O próprio Rangel foi precursor de um debate crítico montado numa compreensão da totalidade e detentor de uma compreensão de totalidade da formação social brasileira. Mas ficou presa na contradição de pretender resolver os problemas definidos na perspectiva marxista com categorias keynesianas.” (PEDRÃO, 2007, p. 364).

Pela interdisciplinaridade intrínseca da obra de Rangel, encontramos estudos em diversas áreas do conhecimento, como já foi exposto, em certa medida: História, Economia, Ciência Política, Geografia, entre outras. Para exemplificar, há o estudo de Leandro Figueiredo, centrado especificamente na dualidade básica, ressaltando sua perspectiva *histórica* (2009), e a forma com que Rangel recorre às referências de Karl Marx, Joseph Schumpeter e Nicolai Kondratieff, aplicando-os à interpretação da realidade nacional brasileira. Salienta, ainda, Figueiredo, que Rangel formulou e introduziu o conceito de dualidade básica da economia brasileira no debate nacional, realçando o papel dos ciclos econômicos e demonstrando, com sua análise, que o processo de industrialização brasileiro agravou o problema existente entre setor arcaico e rural com o setor moderno e urbano que se consolidou no século XX.

Assim como o estudo que buscou uma síntese e interpretação das principais características geográficas na obra de Ignacio Rangel (LAGE & EMERIQUE, 2009).

O estudo de Arissane Dâmaso Fernandes (2011), um dos mais elaborados sobre a vida e obra do economista, cujo objetivo central foi “compreender a atuação político-institucional e o significado da trajetória de Ignacio Rangel para a história do Brasil”, trabalhou várias etapas importantes para compreensão do pensamento rangeliano. O autor destaca que Rangel desempenhou papel preponderante na consolidação das condições de produção capitalistas no Brasil, com ênfase nos anos 1950-1970. Contudo, mesmo assim, foi uma pessoa cuja obra era desconhecida por parte de estudiosos em geral e historiadores em particular. Já Amanda Pavanello Alves dos Santos (2017), sob a perspectiva da Ciência Política, elabora sua dissertação visando “abordar principalmente as influências intelectuais e as tangentes da teoria marxista na

obra de Rangel, mapeando o lugar das ideias na originalidade de sua interpretação marxista da periferia”; e na seara da geografia, José Messias Bastos (2017), afirma que as ideias rangelianas foram chaves para compreender a instalação de redes de lojas de múltiplas filiais comerciais no Brasil.

Dois trabalhos devem ser registrados aqui, os quais contribuem ao objetivo deste estudo. O primeiro deles assevera que a categoria da dualidade, que também é uma teoria, se trata de uma interpretação do Brasil, com especificidade e método próprio (MALTA M. M., 2014). E o segundo aponta que Rangel

“defendia que a dinâmica histórica brasileira se distingue dos casos clássicos porque aqui os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção internas, mas também da ligação que, desde a origem e tão profundamente, o país mantém com as economias centrais. Essas relações externas têm sido determinantes no desenvolvimento das nossas forças produtivas e, conseqüentemente, também das nossas relações de produção.” (BIELSCHOWSKY, BENJAMIN, & CASTRO, 2014).

#### **2.4 Uma onda em formação: os conceitos e teses de Rangel como fonte para análises instrumentais**

Há uma linha em formação que são os estudos que recorrem ao pensamento rangeliano de forma instrumental visando compreender e dirimir problemas concretos da realidade nacional brasileira em alguns casos, como há, também, iniciativas ousadas do ponto de vista intelectual que são voltadas ao esforço de compreensão de fenômenos políticos, econômicos e sociais altamente complexos, de vitalidade e pujança, de franco destaque no cenário internacional da atualidade. Faz-se menção à nação chinesa, neste segundo elemento. E os conceitos e teses rangelianos são utilizados, literalmente, como instrumentos para compreender e apresentar inovações diante de situações concretas, assim como Ignacio Rangel operacionalizava várias vertentes do conhecimento.

De início há a descoberta da tese da inflação inercial por Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano, a qual, posteriormente, vai receber a denominação de Curva de Rangel como um desenvolvimento contínuo em três

etapas subsequentes, conforme salienta Moreno e Modenesi (2014, p. 585). A primeira, com a contribuição a partir da publicação da obra de Rangel, *A Inflação Brasileira*, em 1963, trata, para os autores, de formulação fundadora e dá destaque à compreensão da dinâmica dos ciclos longos e sua influência na economia nacional; já a segunda, iniciando em 1984, é a explicitação e formalização realizada por Nakano e Bresser, apresentando uma relação funcional positiva entre recessão e inflação. Estes economistas, na afirmação de Moreno e Modenesi, identificam em sua análise a ação dos oligopólios em situação de recessão, que implica em majoração de lucros, denominadas de “agressivas”, o que contribuiu para uma formulação explícita da curva de Rangel; e por último, considerando a terceira etapa, em período recente, dar-se-á especial destaque às crises de balanço de pagamentos em quadros recessivos com aceleração inflacionária, elemento acrescido por Bresser-Pereira e Rego (2014, pp. 144-145).

A trilha percorrida por Bresser-Pereira para compreensão do fenômeno inflacionário sempre esteve influenciada pelo pensamento rangeliano. Segundo este intérprete da realidade nacional,<sup>75</sup> seu entendimento acerca da inflação sempre foi fortemente influenciado por Rangel. Ressalta, aliás, a evolução histórica de sua formulação; explica que em 1980 apresenta em artigo a primeira ideia de inflação inercial, com o título *A Inflação no Capitalismo de Estado*. No entanto, a reflexão amadureceu e, em 1983, juntamente com

---

<sup>75</sup> A atribuição de intérprete aqui dada a Bresser-Pereira é na justeza de seu significado: “aquele que interpreta, esclarece” (HOUAISS, 2009, p. 1099). Com uma obra que remonta desde a década de 1960 e trajetória pessoal, acadêmica e profissional permeada por ampla experiência em setores públicos e privados da sociedade brasileira, atribui-se o reconhecimento a este autor, sobretudo, salvo melhor entender, com a obra *A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência* (2016). Vide Estratégias de Desenvolvimento e Coalisões de Classes na Obra de Bresser-Pereira (OREIRO J. L., 2015, pp. 191-196); em consonância ao que se salienta, expõe Marcus Ianoni e Felipe Maruf Quintas: “*A construção política do Brasil é um livro apto a ocupar um lugar de destaque nas interpretações contemporâneas do país. Acima de tudo, trata-se de uma obra nacionalista, mas de um nacionalismo econômico, desenvolvimentista, e não o xenófobo e totalitário, como o fascista. Trata-se de um nacionalismo democrático do século XXI, que resgata o papel estratégico da Nação e do Estado para elevar o conjunto da população ao máximo de dignidade proporcionada por uma economia de mercado plenamente desenvolvida e integrada às cadeias globais de comércio, estimulando a riqueza nacional e a produção, metas coletivas de um povo que se reconhece como tal*”. (2015, p. 336).

Yoshiaki Nakano, estabelecem distinção entre os fatores aceleradores dos mantenedores da inflação, o que, entendem, foi um significativo avanço teórico.

Enfrentando um desafio teórico contemporâneo de expressiva relevância, Elias Kalil Marco Jabbour instrumentaliza os conceitos e teses rangelianas para empreender interpretação do fenômeno chinês, considerando, como premissa, que ao se recorrer às formulações tanto ortodoxas quanto às heterodoxas, para compreensão da China, em suas complexas vertentes, há indícios que levam à conclusão de que tais abordagens atingiram limites e não permitem avanços nos estudos chineses, e sua devida assimilação. Em razão disso, Jabbour identifica uma transformação acelerada originada desde a crise de 2008, do que denominou de “socialismo de mercado” em uma nova formação econômico-social (NFES), expressão esta inspirada e apresentada em estudo em homenagem a Armen Mamigonian e Ignacio Rangel (JABBOUR E. K., *Emerge na China uma nova Formação Econômico-Social*, 2019, pp. 95-125).

Segue em sua inovação teórica ao empreender esforço interpretativo acerca da conjugação entre inovações institucionais, diversidades de modos produtivos, cuja proeminência é do setor público com enunciada política socialista. Sendo o mercado uma figura de grande relevância, entretanto, sua ação é coordenada e interligada, ou seja, agrega a isso tudo rigoroso processo de planificação estatal contínuo e periódico, o que, nos dizeres de Jabbour, “redundou no surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica no país, que, por sua vez, faz reemergir a insígnia da ‘Nova Economia do Projeto’”. Assevera o autor que se trata de um importante movimento de transição na maneira de produzir na China e compreender essas transformações é um dos principais desafios para as Ciências Sociais hodiernas (JABBOUR E. K., 2019).

Traço marcante dessa onda que se considera em formação é a apropriação do pensamento rangeliano a tal ponto que conduz o teórico a utilizar seus conceitos e categorias com o fim de interpretar fenômenos sociais e econômicos, bem aos moldes que Rangel empreendeu. Utilizava livremente os autores que estudava apenas mantendo rigor ao processo histórico ao qual se debruçava, pois fora deste contexto se recai em meras abstrações infrutíferas

que não conduzem a soluções para problemas concretos. Como o pensamento rangeliano foi moldado pelo método histórico-estrutural e sua experiência pelo enfrentamento de problemas concretos, não parece demasiada a afirmação que o empírico e a compreensão do processo histórico do objeto estudado são elementos indissociáveis dos estudos desta linha de compreensão.

## QUADRO SÍNTESE

Ano	Autor	Título	Temas
<b>ANÁLISES TEMÁTICAS</b>			
1963	Eduardo Portella	Apresentação à 2ª Edição In: Rangel em <i>A Inflação Brasileira</i> .	Eduardo Portella justifica sua escolha com base nas características do autor de manter em sua trajetória um “esforço permanente de meditação autêntica” sobre a existência nacional
1967	Maria da Conceição Tavares	Notas sobre o problema do financiamento numa economia em Desenvolvimento - O caso do Brasil	Financiamento do Estado e Inflação
1972	Francisco Maria da Cavalcante de Oliveira	Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista	Dualidade básica e com base em <i>A Inflação Brasileira</i> afirma que o único economista a defender a tese de excedente de capital, e não o inverso, é Ignacio Rangel
1974	Francisco de Oliveira e Henri Philippe Reichstul	Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil	Oliveira cita Rangel e afirma que este tem uma proposta diferente para solução da questão regional, distinta da que constava no documento “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”. Refere-se à proposta defendida em seminário de setembro de 1966 em Garanhuns
1977	Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares	Ciclos na Economia Brasileira: segundo Ignacio M. Rangel	Ciclos econômicos e inflação
1977	Luiz Carlos Bresser-Pereira	Prefácio à 3ª Edição In: Rangel em <i>A Inflação Brasileira</i> .	Trabalha a taxa de exploração com a relação de investimento-consumo, ou seja, ao fazer a propensão a consumir depender dos salários e os investimentos dos lucros, ou seja, ao concentrar importância na distribuição de renda nacional no sistema econômico capitalista, Ignacio Rangel integrava a macroeconomia keynesiana com a teoria marxista de uma forma que nunca antes tinha sido realizada
1978	Fernando José Cardim de Carvalho	Agricultura e Questão Agrária no Pensamento Econômico Brasileiro 1950-1970	Questão Agrária em Rangel e a especificidade em decorrência da tese da dualidade básica

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Temas</b>
<b>1980</b>	Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz	Ignacio Rangel, um pioneiro – o debate econômico no início dos anos 60	Dedica uma parte do seu estudo ao pensamento rangeliano focando “o processo de acumulação de capital visto a partir de suas determinações internas e em sua trajetória de expansão e de crise”
<b>1980</b>	Wilson Cano	prefácio à 1ª edição de Ciclo, Tecnologia e Crescimento	-
<b>1980</b>	José Graziano da Silva	Que é Questão Agrária	-
<b>1981</b>	José Graziano da Silva	Progresso técnico e relações de trabalho na Agricultura	-
<b>1982</b>	Manoel Francisco Pereira	Ignacio Rangel e a Economia Política Brasileira	Dualidade básica e Desenvolvimento
<b>1984</b>	Guido Mantega	A Economia Política Brasileira (Ignacio Rangel e a Inflação brasileira)	Inflação
<b>1992</b>	Um Estudo sobre Lênin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil	Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares	Aborda as teses de Rangel sobre a reforma agrária e inflação
<b>1993</b>	José Sidney Gonçalves	A questão agrária como questão política: o "feudal" em Ignacio Rangel e o predomínio histórico das forças conservadoras	crítica às elites conservadoras do país, pois estas impedem as transformações da sociedade, limitando-as historicamente, por predomínio de seu poder político
<b>1995</b>	Miguel Gimenez Benitez	Brasil central pecuário: interesses e conflitos.	com base nos estudos de Rangel
<b>2005</b>	Fabiana de Cássia Rodrigues	O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional entre 1950 e 1964, em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignacio Rangel e Autores Pecebistas	Questão agrária e desenvolvimento capitalista

Ano	Autor	Título	Temas
2019	Hugo Carcanholo Iasco Pereira e André Roncágua de Carvalho	A controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignacio Rangel em A Inflação Brasileira	Objetiva apresentar a diferente visão de Rangel sobre a Inflação comparando com os estruturalistas e os monetaristas
<b>ANÁLISES SISTEMATIZADORAS</b>			
1995	Miguel Gimenez Benitez	Brasil central pecuário: interesses e conflitos.	com base nos estudos de Rangel
1987	Armen Mamigonian	Introdução ao Pensamento de Ignacio Rangel	1) dualidade básica da economia brasileira, 2) papel dos ciclos longos ou Kondratieff, 3) papel dos ciclos breves ou Juglar e 4) capacidade ociosa e pontos de estrangulamento na economia
1987	Ricardo Bielschowsky e Márcio Henrique Monteiro de Castro	Contribuições de Ignacio Rangel ao Pensamento Econômico Brasileiro	a reforma agrária, a inflação, a crise econômica e o planejamento
1988	Ricardo Bielschowsky	Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo ideológico do desenvolvimentismo	O pensamento independente de Ignacio Rangel: a reforma agrária, a inflação, a crise econômica e o planejamento
1997	Armen Mamigonian, Monteiro de Castro e José Márcio Rego (org.)	O pensamento de Ignacio Rangel	Coletânea de ensaios
1998	Armen Mamigonian e José Márcio Rego (org.)	O pensamento de Ignacio Rangel	Coletânea de Ensaio
1998	Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rêgo	Um Mestre da Economia Brasileira: Ignacio Rangel	Artigo biográfico de Rangel, seguido do que os autores consideram como estruturantes em seu pensamento, que são as teorias da dualidade e dos ciclos, a metodologia rangeliana, e por fim, a capacidade ociosa e a inflação

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Temas</b>
<b>2004</b>	Ignacio Rangel (prefácio e organização de José Graziano da Silva)	Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil	Sistematiza e formula uma introdução ao pensamento de Ignacio Rangel
<b>2017</b>	Fabian Scholze Domingues e Pedro Dutra da Fonseca	Ignacio Rangel, a correção Monetária e o PAEG: recontando a história	Destaca a aplicação das ideias heterodoxas de Rangel em plano econômico ortodoxo
<b>ANÁLISES TOTALIZANTES OU DE INTERPRETAÇÕES DO BRASIL</b>			
<b>1999</b>	Francisco de Oliveira	Conversa com Economistas Brasileiros II	Rangel como intérprete do Brasil
<b>1997</b>	Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira	A Geografia e as bases da formação nacional brasileira: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignacio Rangel	A questão nacional e a dualidade básica
<b>2000</b>	Fernando Antônio Faria	Estado, desenvolvimento e Crise no Pensamento de Ignacio Rangel	Estado, desenvolvimento, dualidade e ciclos econômicos
<b>2000</b>	Milton Santos	Aula inaugural do curso de pós-graduação em Geografia na USP - base em Ignacio Rangel	Rangel reconhecido como um dos maiores pensadores do Brasil e intérpretes dos processos históricos
<b>2001</b>	Fabio Konder Comparato (outros)	Seminário PENSAR O BRASIL. Por ocasião dos 25 anos de existência do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC um grupo de intelectuais convidados discute três dimensões do problema de pensar o Brasil. São elas: por que pensar, como se pensa e como pensar. As exposições e debates cobrem a totalidade deste número da revista.	Rangel é identificado como intérprete do Brasil
<b>2003</b>	Fernando dos Santos Sampaio	Made in Brazil: dinâmica socioespacial da indústria citrícola paulista	Estudo elaborado com base em Rangel

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Temas</b>
<b>2004</b>	Isa de Oliveira Rocha	O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina	Estudo elaborado com base em Rangel
<b>2005</b>	Marly Silva da Motta	Os “boêmios cívicos” da Assessoria Econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-1954)	A questão nacional e os construtores do Estado
<b>2011</b>	Arissane Dâmaso Fernandes	Ignacio Rangel: História, Política e Tecnocracia no Brasil (1930-1960)	Rangel como um grande construtor do Estado Brasileiro
<b>2014</b>	Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco (orgs.)	Intérpretes do Brasil – clássicos, rebeldes e renegados (Ignacio Rangel por Ricardo Bielschowsky)	A consolidação da figura de intérprete nacional
<b>2015</b>	Elias Marco Kalil Jabbour	Sobre as raízes e as influências intelectuais do pensamento de Ignacio Rangel	Sociologia da Cultura
<b>2017</b>	Leandro Mendes Nogueira	A interpretação de Ignacio Rangel e o Brasil do “milagre” e “antimilagre” econômico	-
<b>2019</b>	Márcio Nuno Rabat	A dimensão política da interpretação do Brasil de Ignácio Rangel: modos de produção, coalizões de classe e instituições	Questão nacional, intérprete do Brasil e correlação de forças políticas
<b>ANÁLISES INSTRUMENTALISTAS</b>			
<b>1984</b>	Luiz Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano	Inflação e Recessão	Criação de Tese de inflação inercial
<b>1997</b>	José Márcio Rego	Precusores da Teoria da Dependência – Rangel e a Dualidade Básica Brasileira	Teoria da Dualidade Básica como fundamento para elaboração da Teoria da Dependência

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Temas</b>
<b>2014</b>	Osmani Pontes Moreno e André de Melo Modenesi	A curva de Rangel: origem, desenvolvimento e a formalização de Bresser-Pereira e Nakano	Três etapas para a formação da curva de Rangel: a contribuição inicial com a obra A Inflação Brasileira em 1963; a explicação e formalização por Bresser-Pereira e Nakano de uma relação funcional positiva entre recessão e inflação, em 1984; e a identificação da crise no balanço de pagamentos, em momentos de recessão, na aceleração inflacionária analisadas por Bresser-Pereira e José Márcio Rego em 2013
<b>2019</b>	Elias Marco Kalil Jabbour	Emerge na China uma Nova Formação Econômica e Social	Esforço para compreender um modo de produção complexo dotado de cinco lógicas gerais de seu funcionamento
<b>2020</b>	Elias Marco Kalil Jabbour	Ignacio Rangel na China e a “Nova Economia do Projeto”	Criação da Tese da Nova Economia do Projeto

### 3 A QUESTÃO NACIONAL EM IGNACIO RANGEL

*“Sob essa luz torna-se fácil definir subdesenvolvimento ou país subdesenvolvido: subdesenvolvido é o país que tem ainda um resíduo agrário demasiado complexo para impedir a especialização (a racionalização e a mecanização, conseqüentemente) absorvendo as energias da maior parte da sua população. Subdesenvolvimento seria a predominância da economia residual agrária na produção” (1953, p. 73).*

Para atingir o objetivo proposto, após reflexão acerca da formação e os influxos sobre o pensamento de Ignacio Rangel, assim como as ondas de recepção de seu pensamento, cabe a esta parte conclusiva tratar da especificidade da sua interpretação do Brasil, presente, sobretudo, na Teoria da Dualidade Básica da Economia e da Sociedade Brasileira, além de uma compreensão do que seja a *questão nacional* presente em sua obra. Em suma, o presente estudo demonstrará uma visão panorâmica da contribuição deste cientista social brasileiro, analisando segundo sua Teoria da Dualidade e identificando a questão nacional como um processo interpretativo com um objetivo delimitado.

Assim, retoma-se a ideia que Rangel traz no prefácio da obra mencionada, expondo sucintamente a linha estruturante de sua tese: “nossa peculiaridade por excelência é a dualidade”, e esta dualidade permeia todas as instituições brasileiras da nossa formação. De início, considera-se que há, também, a dualidade do nacionalismo brasileiro; embora seja comum a associação do tema *questão nacional* e *nacionalismo*, procura-se demonstrar que este está incluído naquele, mas não se trata do mesmo objeto.

Parece salutar buscar a essência da expressão: Mas o que é dualidade? Houaiss cita o significado de dualidade como algo que é ou o que se liga a outro elemento em relação de correspondência e reciprocidade. Em certas línguas, como no indo-europeia, no grego antigo, hebraico, no sânscrito, diz ser uma subdivisão da categoria mínimo, distinto do singular e do plural, e que expressa a quantidade de dois substantivos contábeis. A dualidade é a qualidade daquilo

que é dual ou duplo por natureza, substância ou princípio; uma categoria que é oposta à singularidade é a dualidade (VILLAR & HOUAISS, 2009).

Em uma obra que versa sobre a vida de Ignacio Rangel extrai-se uma da definição do termo dualidade, dita em uma entrevista concedida ao CPDOC – FGV (RAMOS, A Dualidade Básica da Economia Brasileira, 1957). Na mencionada entrevista, Rangel atribui (1991) a Guerreiro Ramos, e isso se dá pelo fato que o termo “dualidade” – ou mesmo duplicidade – que mostra a estruturação teórica formulada, foi criada em função de uma conversa com o sociólogo Ramos. Esclarece Rangel que Guerreiro Ramos lhe apresentou um dos seus trabalhos, uma adaptação de uma teoria alemã para a realidade brasileira a chamada “pseudomorfose”, e pediu a opinião de Rangel sobre essa adaptação. Rangel não concordou, pois não se tratava de pseudomorfose, que seria uma forma falsa, mas na verdade o que havia era uma dualidade ou uma duplicidade. Esse foi o marco fundamental da teoria rangeliana” (FARO & SINELLI, *Ignácio Rangel: Elogio à Ousadia*, 2014).

Nas palavras de Guerreiro Ramos, Rangel “desenvolveu a lei básica da formação econômica do Brasil” (RAMOS, A Dualidade Básica da Economia Brasileira, 1957). Com essa formulação, Rangel vai desenvolvendo seu raciocínio de que o capitalismo periférico, sobretudo no Brasil, com dinâmica própria empreendida no processo de formação nacional porque nele pressões internas (das classes sociais dominantes) e pressões externas (sofridas no plano da produção e comércio ou na esfera político-estatal das nações desenvolvidas) caminham juntas, impedindo os processos estruturais de mudanças. Temos assim um bacharel em direito que visa compreender a lei fundante da economia brasileira, segundo Guerreiro Ramos, que define dessa forma seu objetivo: “Determinar as leis desse comportamento, eis a tarefa que me propus e que proponho ao pensamento econômico nacional – porque não está cumprida, nem mesmo na forma em que aparece neste trabalho” (RANGEL I. M., 2005, p. 286).

Rangel parte da ideia do aproveitamento crítico das ideias estrangeiras para se estudar um aspecto que ele entendia não ser novo, mas que não teve uma atenção precisa, que era o da dualidade. Ele destaca o pensamento de Visconde de Mauá para aplicar o que chamava das “forças das circunstâncias”,

que se atinge pela interpretação das nossas peculiaridades. O centro da ideia da dualidade rangeliana é:

“meus estudos levaram-me a conclusão que nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribuí a um termo, isto é, o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional – são mistas, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas do interior ou do exterior, respectivamente”.

O campo escolhido por Rangel é a Economia Política. Alicerçado, abertamente, na história econômica, ao afirmar que fora dela, a economia fica restrita ao campo abstrato. Suas bases de reflexão são o marxismo e a história econômica, seguindo a premissa dada por Marshall:

“Embora seja certo que atribuí universalidade elevada e transcendente ao esquema central do raciocínio econômico, não atribuo nenhuma universalidade aos dogmas econômicos. Não constituem um corpo de verdade concreto, mas uma máquina para a descoberta.”<sup>76</sup>

Outro aspecto do nacionalismo exposto por Rangel em *dualidade*. Rangel fala em uma natureza humana nacional, diversa da natureza humana em geral. Aqui ele expõe a especificidade do ser nacional: “O homem nasce em seu ser e em sua consciência segundo a realidade social e telúrica<sup>77</sup> em que surge e cresce” (RANGEL I. M., 2005, p. 288). Assim como Mauá, Rangel enfatiza o aspecto histórico e temporal para analisar os problemas nacionais.

Os estudos em economia evoluem conforme os meios de produção. E existe a historicidade das leis econômicas. Aliando ideias marxistas e keynesianas, Rangel mostra domínio na teoria econômica que reforça o seu posicionamento em investigar a particularidade brasileira, se aprimorando em reflexões importantes que o precederam, mas sabendo que o trabalho de investigar, estudar, registrar é grande e por isso ele afirma: “O que importa é conhecer como nossa sociedade concreta se comporta em sua vida econômica, na produção de sua própria vida, da vida dos seus membros”. A seguir o autor aborda outras bases do seu pensamento: os ciclos longos e curtos do

---

<sup>76</sup> Alfred Marshall. *The Present Position of Economics*, 1885, *apud* Rangel.

<sup>77</sup> Relativo à terra e ao solo.

Capitalismo. Ao longo das flutuações cíclicas ordinárias (os ciclos de Juglar)  
78.

Rangel aplica a teoria dos ciclos de Juglar e analisa que as leis (econômicas e externas) que eram consideradas verdadeiras, já não subsistem a nossa realidade, pois a realidade brasileira é permeada por aspectos modernos e arcaicos, uma economia que é composta virtualmente por todas as formas que a história clássica registra. Ponto fundamental de sua tese é a questão da Economia moderna e antiga, cujos elementos mais avançados e arcaicos atuam no funcionamento econômico interagindo e atuando mutuamente em uma mesma formação socioeconômica.

Rangel usa como exemplo de seu raciocínio a aplicação da lei *des debouchés*.<sup>79</sup> Ele afirma que mesmo essa lei que, segundo seu parecer, foi muito bem elaborada e estudada, se aplica a uma economia baseada na produção destinada ao autoconsumo e à pequena produção de mercadorias. Mesmo a economia agrária brasileira dos tempos do texto, que tinha uma aplicação da lei mencionada, o tinha com limitações, pois essa produção está diretamente ligada com a produção capitalista nacional e mundial em que as pequenas unidades produtivas funcionam realmente como células de um vasto e único organismo mundial e, portanto, refletem os processos que se verificam no

---

<sup>78</sup> Ao estudar a forma de utilização de referências teóricas na obra de Rangel, identifica-se nas páginas de Celso Furtado uma postura similar. Chamou-me atenção uma similitude do seu raciocínio com o de Rangel. Ressalta Furtado que “se pretendêssemos utilizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão repressiva favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social”. Celso associa a teoria clássica, o marxismo e o keynesianismo para a construção de uma teoria própria que é a do subdesenvolvimento. Vide Celso Furtado (Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar, 1980) e (Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico estrutural, 2000).

<sup>79</sup> A lei dos mercados do economista Jean Baptista Say – também chamada lei de Say – desenvolvida no livro I, capítulo XV – “As oportunidades”, no seu tratado de políticas econômicas de 1803, que pode ser sintetizado em três frases: 1) É a produção que cria oportunidades para os produtos; 2) A compra de um produto só pode ser feita com o valor de outro; 3) Um produto avaliado oferece, a partir desse momento, um mercado para outros produtos para a totalidade do montante de seu valor. Apesar da clareza da sua enumeração esta lei tem dado azo a muita discussão e controvérsia. Muitas vezes reduzida a fórmula concisa: toda oferta cria sua própria demanda, ainda divide muitos economistas. Lei de Say foi, assim, o foco do debate há mais de cem anos, e as suas origens remontam mais de duzentos anos).

conjunto. Nessa passagem sintetiza-se o entendimento de Rangel acerca da dualidade:

“A economia brasileira tem, portanto, um setor capitalista e outro pré-capitalista. O próprio setor capitalista, no entanto, não é homogêneo, uma vez que como elemento do mercado mundial, o Brasil é parte deste sistema econômico mundial e, portanto, o Brasil é parte de um sistema econômico avançado, representando assim um capitalismo que perdeu a capacidade de reajustamento automático e se acha no ramo descendente de sua curva evolutiva. Por outro lado, internamente, a própria crise mundial do capitalismo está fazendo surgir um vigoroso capitalismo nacional, com uma problemática própria, centrada não na procura, mas na oferta, à maneira clássica. O capitalismo nacional desenvolveu-se na base da substituição de importações, mas de tal modo que cada substituição feita induz e precipita novas inversões em substituição de importações” (RANGEL I. M., 2005, p. 292).

Rangel tem uma perspectiva evolutiva em seu pensamento, tanto que elabora uma obra chamada *Evolução do Brasil* (inédita por ora), que será abordada adiante. Em “dualidade” inicia seu texto expondo a necessidade de se analisar criticamente a formação brasileira e os estudos de economia política. Vai revelando a insuficiência desse estudo para aplicação à realidade brasileira por sua insuficiência e por sua complexidade. Mostra que o Brasil detém todas as etapas históricas da evolução dos sistemas econômicos, deste modo, como aplicar um modelo que não seja formado propriamente com raízes em sua complexidade? Traz em seu estudo a peculiaridade da formação brasileira e a especificidade do funcionamento da economia. Rangel disseca, separa, para compreender o todo.

Para Rangel, o conhecimento das leis peculiares a cada uma das economias não é, pois, senão um primeiro passo. O que o economista realizou foi analisar e observar as leis – reflexos da estrutura jurídica do seu pensamento – de cada um dos integrantes da economia brasileira. Ao destrinchar essas unidades começa a analisar o seu funcionamento inter-relacionando as partes. Com isso, conclui-se que o centro da tese rangeliana: “A economia se rege basicamente em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (RANGEL I. M., 2005, p. 298).

A tese da dualidade básica foi uma elaboração *sui generis* envolvendo teoria econômica, materialismo histórico e, como sustentamos, direito. Seu fim

foi extrair leis gerais da formação e funcionamento da economia brasileira, com a descrição do processo de expansão das forças produtivas do País e das respectivas relações de produção. A particularidade de Ignacio Rangel consistiu em criar o conceito singular de dualidade (brasileira) pela combinação dialética dos modos de produção (GUIMARÃES, 1994).

Neste ponto, menciona Bielschowsky que o elemento-chave da teoria desenvolvimentista de Rangel é a tese da dualidade, que corresponde ao método de análise da história brasileira com o qual o organiza sua interpretação sobre o significado histórico da etapa de ‘desenvolvimento das forças produtivas’ que estaria transcorrendo no País (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 211). Nas palavras de Rangel: “A economia se rege basicamente em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (RANGEL I. M., 2005, p. 298).

Como aspectos secundários de sua tese vale destacar as afinidades entre o estudo de Rangel e a interpretação prebischiniana, com o propósito de mostrar que elas não chegam a obscurecer as diferenças de interpretação. Além disso, outra característica importante da posição teórica de Rangel: “sua visão de que a economia brasileira, não obstante ser subdesenvolvida e dual, não escapa às leis de funcionamento próprias do capitalismo, porque seu setor moderno é capitalista” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 211).

A novidade analítica da conceituação de Rangel reside na subdivisão do conceito marxista de “relações de produção” em “relações internas” e “relações externas” (BIELSCHOWSKY, Ignacio Rangel, 2014, p. 101). Rangel afirma: “não quer dizer que a economia que estudamos em livros estrangeiros e adotamos em nossas escolas não seja científica. Significa que, afora a técnica de tratamento dos fenômenos econômicos (...) tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada” (RANGEL I. M., 2005). Rangel, segundo Bielschowsky, “decidiu construir um modelo teórico próprio. Sua teoria do desenvolvimento foi uma criativa adaptação do materialismo histórico marxista e um original arranjo de elementos das teorias econômicas de Smith, Keynes e Marx”.

A tese central é a de que a superestrutura política acompanha as mudanças na infraestrutura “dual”, num movimento que, como a da própria infraestrutura, passa por rupturas violentas. A dualidade é ao mesmo tempo teoria e método que junte o processo socioeconômico e as classes sociais, ou melhor, as forças políticas. O método rangeliano consiste na arguta observação do processo histórico sob influência dos ciclos econômicos e de como se dinamiza a organização e articulação das forças. A partir dessa conjugação é que Rangel passa a examinar os fenômenos econômicos e como eles se dão no Brasil. O princípio da dualidade é a combinação de relações de produção heterogêneas para compor um só e mesmo modo de produção complexo ou dual (RANGEL, Ignacio. *Dualidade e Escravismo Colonial*. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 3, 1978). “O Brasil costuma reagir às flutuações econômicas de longo prazo (...) de forma muito ativa e dinâmica” (RANGEL, Ignacio. *A História da Dualidade*. *Revista de Economia Política*, 1981).

Dois trabalhos devem ser registrados aqui, que contribuem com o objetivo da dissertação. O primeiro deles assevera que a categoria da dualidade, que também é uma teoria, se trata de uma interpretação do Brasil, com especificidade e método próprio (MALTA M. M., 2014). E o segundo aponta que Rangel

“defendia que a dinâmica histórica brasileira se distingue dos casos clássicos porque aqui os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção internas, mas também da ligação que, desde a origem e tão profundamente, o país mantém com as economias centrais. Essas relações externas têm sido determinantes no desenvolvimento das nossas forças produtivas e, conseqüentemente, também das nossas relações de produção.” (BIELSCHOWSKY, BENJAMIN, & CASTRO, 2014).

Em *A Dualidade Básica da Economia Brasileira* encontramos a heterodoxia de Rangel, onde ele explica que a dualidade não é só da economia, mas é também da sociedade. Esta tese é composta pela formulação de que se estabelece sempre um polo interno e um polo externo no corpo social. No polo interno estariam as relações de produção centrais e a correspondente classe dominante, já no polo externo se encontrariam as relações de produção emergentes e o correspondente sócio menor no firmado pacto do poder.

Para o autor, na primeira dualidade histórica do Brasil, no polo interno e na classe hegemônica do pacto estão os barões feudais, o latifúndio açucareiro e a escravidão. No polo externo está a classe dos comerciantes, principalmente exportadores e importadores associados ao capital estrangeiro. Por conseguinte, na segunda dualidade, a classe acima referida, por estar no polo externo – que se mantém até a II Guerra Mundial -, passa a ser dominante e a classe subordinada passa a ser a burguesia industrial. Mas, já na II Guerra Mundial a burguesia industrial passa a ser hegemônica e a industrialização passa a ser o processo, por excelência, de desenvolvimento do mercado interno e do Brasil (A Dualidade Básica da Economia Brasileira, 2005).

Com essas breves noções acerca da dualidade básica, passa-se a compreender o método rangeliano de interpretação do Brasil e como se associam sua teoria e sua forma de compreender a questão nacional.

### **3.1 Um método para interpretar o Brasil**

A primeira qualidade desta aplicação, ou melhor, o exercício de interpretar o Brasil está na fixação de uma premissa que parece um dos pontos altos do pensamento rangeliano: ao estabelecer uma compreensão que parte da dinâmica do capitalismo mundial, associado aos ciclos econômicos de longa duração, assim como os de média duração internalizados pela industrialização, agrega elementos dinâmicos à forma de analisar e interpretar. Pois, assim, não se reflete sobre o Brasil como uma extensão do capitalismo mercantil, uma forma eminentemente estanque, ou como um fato posto. Como Rangel ensina a dualidade é uma unidade contraditória em que o capitalismo muda lá fora, com os influxos dos ciclos de Kondratieff, quem dá ritmo são os ciclos; quem dá o sentido às dualidades são as classes sociais internamente”. Têm-se assim uma Formação social periférica e uma economia dependente. (RANGEL I. , Dualidade Básica da Economia Brasileira, 2012, p. 304).

O método de produção intelectual de Rangel é descrito por pormenores em parte de seu “testamento intelectual” (Ciclo, Tecnologia e Crescimento, 2005, pp. 256-257) . Há elementos tratados por Bresser que também podem ser

trabalhados. Faço um acréscimo aqui após a leitura da entrevista do Chico de Oliveira tratando sobre o método em Economia. Ao ser questionado sobre qual é o melhor método de abordagem econômica, dentre eles o enfoque histórico-institucional ou o analítico-clássico, Oliveira expõe que há uma complexidade intrínseca à questão e que ambos os métodos se complementam, que na escrita rangeliana é observada exatamente esta característica.

Antes de ingressar propriamente no método rangeliano, questiona-se se o economista maranhense, com sua produção teórica e trajetória obteve, em alguma medida, êxito em se sobrepôr à dependência cultural.<sup>80</sup> Esta questão está exposta nos termos explicados por Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (2002). Para estes historiadores que se dedicam ao tema de métodos em historiografia há uma dificuldade inerente aos que produzem conhecimento em regiões periféricas ou dependentes, ligada à utilização do instrumental teórico, tipo de problematização, “critérios metodológicos, técnicas e conceitos elaborados nas regiões mais adiantadas”.

Ademais, Cardoso e Brignoli (2002) ressaltam que as realidades históricas são amplamente distintas da localidade e do tempo em que esses instrumentais foram elaborados e das realidades em que são aplicadas. Os autores criticam a formação, em especial na América Latina, de uma “*tendência ao sincretismo*” ou *eclétismo*, cujo entendimento é uma adaptação de cultura importada. Sustentam que o sincretismo é combinação de elementos pinçados de teorias díspares pouco compreendidas e sequer suportam a crítica acurada.

Acrescentam, também, que o fenômeno da dependência cultural é algo estritamente ligado à palavra “*pouco adequada subdesenvolvimento*”. Prosseguem explicando que o conhecimento produzido nos centros culturais, diga-se nas economias e países centrais, da economia-mundo, invariavelmente chega com relativa demora e incompletos aos centros de cultura dos demais países ocasionando distorções, importâncias sobrelevadas a teorias, correntes e autores. Concluem os historiadores uma das evidências “dos efeitos da dependência cultural é ausência de uma verdadeira teoria econômica adaptada

---

<sup>80</sup> Não se tem a pretensão de aprofundar o tema da dependência cultural por extrapolar o objeto desta dissertação, e por essa razão se faz menção apenas ao estudo de Cardoso e Brignoli.

às realidades coloniais latino-americanas”. Apontam como exceção o trabalho realizado por Celso Furtado destacando o estudo sobre as crises econômicas do período colonial brasileiro (CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, pp. 63-67).

Dar-se-á atenção pontual, neste aspecto, ao que os historiadores destacaram acerca da metodologia e dependência cultural. Embora passível de críticas, e adotada meramente como ponto de partida e não premissa inquestionável, problematiza-se sobre as afirmações expostas por Cardoso e Brignoli se há na produção rangeliana, em algum aspecto, em especial neste momento do estudo que versa sobre o método, algo que esteja transpondo à delimitação da dependência cultural segundo o que foi salientado pelos autores. Guarda boa similitude com a maneira de Rangel se expressar ao iniciar sua tese da dualidade ao afirmar que não pretende “demolir” a teoria econômica já produzida para então erigir outra, mas sim enxergar partindo da realidade histórica o que pode ser interpretado de maneira válida fazendo uso da teoria que já angariou.

Embora ao se estudar a obra rangeliana seja possível incidir em uma interpretação de que o economista se enquadre no que Cardoso e Brignoli denominaram como “tendência ao sincretismo”, ou seja, uma somatória de partes de diversas teorias sem aplicabilidade alguma, da metodologia rangeliana pode-se extrair não apenas produções teóricas com qualidades similares às de Celso Furtado, como Cardoso e Brignoli ressaltaram, mas, além disso, sua produção técnica somada à teorização se tornaram em ações de Estado com resultados concretos.

Oportuno fazer menção ao modo de pensar rangeliano sob este aspecto, cuja forma é empreendida nos seus estudos. Rangel a denomina como a *tarefa do economista* e há indícios suficientes para concluir que são partes inerentes ao método próprio que desenvolveu. O sertanejo afirma que após se apropriar da ciência *universal*, antes da economia, o que se subentende que se trata da história e da filosofia, bases de sua formação na primeira etapa da vida, como foi demonstrado por sua formação na primeira parte do estudo. Na sequência, fala sobre o *manejo dos seus instrumentos* cujo emprego deste ferramental deve ser direcionado para compreender os diversos aspectos da vida (leia-se,

formação social), que segundo Rangel são composições de naturezas multifacetadas e dúplices, complexas e com relações intermitentes. O que se depreende da especificidade da compreensão rangeliana e de seu método é a capacidade de análise e de múltiplos elementos dinâmicos da sociedade e da economia com interações inerentes aos ciclos longos da economia.

Acerca do método e do pensamento de Ignacio Rangel passa-se a um dos seus principais intérpretes. Sobre a Teoria do Desenvolvimento Econômico, em especial no Brasil, faz-se menção, uma vez mais, à classificação exposta por Ricardo Bielschowsky. Dentre as múltiplas vertentes que existem no pensamento econômico brasileiro, seu trabalho identifica a corrente neoliberal com emprego da teoria econômica clássica, tendo seu principal expoente na figura de Eugênio Gudín. Identifica, por outro lado, uma linha “ecclética” de teoria econômica associando-a Roberto Campos, assim como outra linha que faz uso do estruturalismo cepalino pelos desenvolvimentistas nacionalistas, e o materialismo histórico como elemento estruturante para a reflexão teórica para os intelectuais ligados ao PCB (BIELSCHOWSKY, *Pensamento Econômico Brasileiro*, 2000, p. 211).

Para Bielschowsky, o economista maranhense Rangel “preferiu construir um modelo teórico próprio”. É possível problematizar essa assertiva ao observarmos a primeira parte da reflexão ora produzida nesta dissertação. É possível extrair de seus estudos que o modelo teórico rangeliano não é fruto de uma construção volitiva, direcionada e planejada deste intérprete da realidade nacional, mas bem às bandas da contextualização linguística de Quentin Skinner (2002), ao considerar que não apenas seu modelo teórico, assim como seu método, que são elementos distintos, mas imbrincados, emergem de uma fricção entre realidade e teórica, como ele próprio expõe, e a partir dela, se forma uma criativa e distinta interpretação do desenvolvimento econômico nacional, articulando forças políticas, modos de produção díspares, ciclos longos, médios e curtos, ou seja, diversos elementos em constante interação cuja formação atinge uma *unidade nacional dual*, compreendendo uma dinâmica de formação e funcionamento da sociedade e economia do Brasil, com especial nuance de como está inserido no sistema capitalista mundial, se contrapondo a

compreensões que o analisam como um ente desassociado deste. Sustenta Bielschowsky que a reflexão rangeliana é um amalgama de elementos das teorias econômicas de Adam Smith, Keynes e Marx alicerçada de forma peculiar sobre o materialismo histórico marxista.

Ao identificar essa linhagem de pensamento em Rangel, Bielschowsky inviabiliza a integração dele em outras correntes, embora existam similitudes, com ênfase na corrente que é denominada desenvolvimentista nacionalista, contudo, seu trabalho desemboca em uma categorização de “independente” que, em verdade, denota um passo antecedente ao que se procura demonstrar, no qual está a teorização rangeliana no interior do pensamento nacional.

Wanderley Guilherme dos Santos (FARO & COSTA, 2003) certa vez mencionou que Rangel estava por ser descoberto, denotando, com isso, seu caráter de demiurgo desconhecido do Brasil. Ao que parece, não apenas a rica trajetória do boêmio cívico está por ser descoberta propriamente, mas talvez hoje caiba com maior precisão não a descoberta em si do autor objeto deste estudo, mas sim a difusão de seu trabalho e pensamento, por sua interdisciplinaridade e diversidade teórica, enfatizando, sobretudo, por ser apto a embasar uma vertente do pensamento nacional que não apenas demonstre seus múltiplos elementos integradores, mas, em especial, apresente uma forma de pensar com a capacidade de solução de problemas concretos, especificamente voltados a promover o desenvolvimento nacional.

Sobre a questão do método, Rangel nos relata no início do seu “testamento intelectual”, como ele próprio denominava, como organizava sua maneira de pensar, grosso modo, sua *metodologia*. Uma premissa bem firmada, para Rangel, exposta em *dualidade*, é que ao se estudar os fenômenos econômicos e o tratamento a eles aplicados, há substancial alteração na ciência econômica a depender da realidade que se estuda, ou, em suas palavras, “tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada” (1957, p. 26-27). O que significa que seu olhar é histórico, seu estudar observa o processo dado pela história, ou mesmo, seu método é histórico-estrutural. Bresser e Rego são enfáticos ao salientarem que ao se tratar do método, nos estudos rangelianos, o

instrumental utilizado para “analisar a economia brasileira sempre foi essencialmente histórico” (2014, p. 121).

Particular interesse é gerado ao observar Rangel relatar como “brotavam” suas ideias. Estas surgiam em seu espírito “no terreno preparado pelo Direito”, ideias que maturaram durante longo período para serem apresentadas. Após o alicerce jurídico, Rangel faz especial menção a Jorge Ahumada, Guerreiro Ramos, Jesus Soares Pereira, aos membros do ISEB e do BNDE que o influenciaram. Isso é dizer, em outras palavras, que a economia e o planejamento de Ahumada e da CEPAL, a sociologia de Guerreiro Ramos, o robusto conhecimento sobre energia elétrica do cearense Soares Pereira, o ambiente diversificado e multifacetado do ISEB e do Banco Nacional o influenciaram sobremaneira a estabelecer como padrão um pensamento, digase, interdisciplinar.

A respeito do pensamento rangeliano, oportuna síntese é apresentada por Bresser e Rego, jungindo-o à teoria da dualidade aos ciclos longos da economia. Precisamente sobre o método ressaltam que Rangel emprega o pensamento marxista com ampla liberdade, fazendo uso do materialismo histórico e dialético como um ferramental heurístico sem amarras, ou como dizem, não o utiliza como “receita pronta”. Apontam a utilização das categorias kantianas em seu método quando “Rangel afirma que a ciência econômica está submetida a um processo evolutivo duplo: o fenomenal (‘como representação, como ideia da coisa, como coisa para nós no sentido kantiano’) e o nomenal (‘como objeto, coisa representada em si’)”. Além disso demonstram que Rangel, ao analisar o problema concreto da inflação, rompe com a lógica formal e mergulha em uma reflexão complexa fazendo uso da dialética, considerando que no pensamento rangeliano as relações não são puramente de causa e efeito, mas relações complexas de elementos interdependes, “em que as consequências muitas vezes se transformam em causas”, compelindo a uma interpretação em que o objeto estudado é analisado por mais de um ângulo distinto (Bresser e Rego, 2014, p. 128-130).

O que é possível concluir, acerca do método rangeliano, é o alicerce histórico-dedutivo e filosófico. Trata-se do antecedente da *ciência universal*

que integra a tarefa do economista que o maranhense relata na introdução à *dualidade*. Contudo, estes alicerces não o prendem à condição de unir pontos de teorias díspares sem aplicação concreta. A metodologia rangeliana consiste na capacidade de compreensão e análise de processos amplos, dinâmicos e complexos com ferramental integrativo de elementos diversos em níveis não equiparáveis, seja no âmbito político, seja no econômico. Ao teorizar o funcionamento dos ciclos da economia mundial e nacional, da formação social brasileira, da estrutura de classes e sua articulação nas posições de poder e sintetizá-las em *dualidade básica* e a desenvolver para estudos de problemas concretos da realidade nacional como em *Inflação Brasileira*, Rangel desenvolveu um modelo teórico próprio, como salientou Bielschowsky, mas, além disso, pavimentou uma forma de superação de aspectos da dependência cultural, que em larga medida está unida ao mimetismo.

Parte-se para a compreensão do método de Rangel, dos elementos que o compõem e da forma como é empregada. Para o economista, uma das premissas metodológicas é a recepção crítica das teorias estrangeiras cuja aplicação seja factível para a realidade brasileira, não o serve a mera repetição de teorias produzidas por outras bandas, ou seja, da ciência, sobretudo, a econômica, se estuda o que estiver ao alcance e se aplica apenas o que está apto a produzir resultados concretos. O início do método rangeliano está na aplicação do bom senso nacional, segundo Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que consiste na historicização das leis históricas, em especial na economia. O método e a questão nacional, para Rangel, começam sim na adaptação das leis e teorias históricas para o capitalismo brasileiro.

Outro elemento que integra a base do método de Rangel é o princípio da abstração, sustentando que mesmo se seja possível a reunião de uma quantidade significativa de dados estatísticos, faz-se necessário a compreensão de elementos do objeto, o distanciamento para sua reconstrução e síntese. O método rangeliano é respaldado no princípio da abstração, buscando compreender os fatos mais comuns e característicos da economia do desenvolvimento - os fatos mais gerais -, afastando tudo que não seja essencial para estudá-los e restaurá-los e restaurar aos poucos os detalhes

temporariamente abandonados, recolocá-los nos devidos lugares, para gradualmente nos aproximarmos do particular, do concreto (RANGEL, 1954, p. 54). Isso fora sustentado por Rangel em seu trabalho de realizado junto à CEPAL-ONU, que seu autor a denominou como “dissertação de mestrado”:

“Mesmo que tivéssemos melhores informações estatísticas, seria impossível tentar observar nossa cambiante realidade econômica em todos os seus detalhes. Logo, o método deve ser aquele que tantos economistas usaram com êxito, o da abstração. Trata-se de descobrir os fatos mais comuns e característicos da economia em desenvolvimento - os fatos mais gerais -, afastar tudo que não seja essencial, para estudá-los e restaurar aos poucos os detalhes temporariamente abandonados, recolocá-los nos devidos lugares, para gradualmente nos aproximarmos do particular, do concreto”. (2005, p. 41).

Entre ciclos, dualidades e formação social do Brasil, Rangel pavimenta uma forma de se aplicar o pensamento nacional para interpretar o Brasil. Sua forma de pensar abandona a ideia de crise permanente do sistema capitalista e o entende como um sistema cíclico que precisa ser compreendido, caso contrário sempre se estará à mercê dos influxos dos centros dinâmicos. Recorda, em mais de uma oportunidade, que o mais bem intencionado *policy maker*, sem a devida assimilação não consegue empreender nenhum tipo de ação orquestrada significativa no sistema econômico. Observe que não fora mencionado planejamento que é algo muito mais complexo e aprofundado. As características do Brasil como formação econômico-social não permitem apego a uma ou outra teoria que mais se afeioe à retórica ou ao interesse do momento, com o mero fim de justificar ações para resultados imediatos ou mesmo para contemplar interesses setoriais da sociedade. Desenvolvimento nacional nunca foi dado; sempre foi conquistado.

“As pessoas podem fazer uma ideia um pouco romântica do desenvolvimento econômico, como se ele fosse um paraíso de estabilidade, bem-estar e paz. É preciso abandonar desde logo essas ilusões” (...) “Há, pois, um mundo de distância entre a ordem matemática, a harmonia das esferas pitagóricas dos ‘modelos’ de desenvolvimento, de um lado, e o próprio desenvolvimento do outro. A época do desenvolvimento é má para seus filhos se estes não forem dignos dela, se não descobrirem o prazer na luta e na instabilidade. Por isso, a história do desenvolvimento econômico no Brasil só pode ser a história de desequilíbrios que geram desequilíbrios e de problemas que geram problemas” (RANGEL I. , 2005, p. 41)

Outro elemento que compõe o método rangeliano está embasado na filosofia hegeliana. “Uma palavra quanto ao método: ciência é classificação e medida – não apenas medida, como se pode depreender do lema econométrico. Se ciência fosse medida não haveria ciência em Aristóteles ou em Hegel” [...]. “A economia é uma ciência histórica por excelência – qualidade que partilha com outras ciências sociais. Quer isso dizer que está submetida a um duplo processo evolutivo: o fenomenal e o nomenal. E quer dizer também que, ao contrário das ciências da natureza não vivas, não pode ser estudada senão nesse duplo contexto. O conceito vulgar admite explicitamente apenas a evolução fenomenal da economia. Cada nova teoria surge como resultado de uma representação mais precisa da realidade transcendente, a qual, implicitamente, permaneceria sempre igual a si mesma” [...] “Esse pensamento seria talvez prejudicado pelas claudicâncias do método, pelo instrumental imperfeito de análise, mas continha uma espécie de verdade que não passou às teorias mais recentes pelo simples fato de que refletia uma realidade que deixou de existir, que se transformou, por seu próprio impulso interno, noutra realidade”. [...] Em consequência, é nosso direito – e dever – tentar, sempre que mister se faça, reformular o pensamento dos construtores da ciência, desde que não percamos de vista que isso somente poderá ser feito se não os situarmos idealmente no contexto histórico em que eles viveram e pensaram, porque suas teorias não foram construções no vazio, mas a expressão mais elevada de sua própria vivência histórica” [...] “*O economista deixará de ser um ‘meteorologista’ da conjuntura para fazer-se fator de sua própria conjuntura*” (RANGEL I. , 2005, pp. 204 - 206).

“O problema da concepção e da metodologia da programação econômica não pode ser encarado fora do contexto socioeconômico ou sem especial atenção para as condições institucionais e políticas do país cuja economia se cuida de programar. Não se trata, pois, de uma questão de economia pura, mas de economia aplicada a condições historicamente definidas” (RANGEL I. , 2005, p. 473).

Sintetizando o método rangeliano, em suas próprias palavras:

“Noutros termos, isso significa que devemos estar preparados para usar alternadamente o instrumental keynesiano, o neoclássico, o clássico, e até o fisiocrático, segundo as circunstâncias. Podemos afeiçoar esses instrumentos, reformular princípios, pelo emprego da moderna metodologia, no que esta for aplicável, mas não podemos

excluir in limine nenhum deles. Todos nos serão úteis no trabalho prático. Nosso trabalho torna-se ainda mais difícil pelo fato de que a coexistência da 'realidade' antiga com a nova - contemporaneidade do não coetâneo, por assim, dizer - não uma simples superposição, mas uma oposição. As duas realidades reagem uma sobre a outra e se modificam mutuamente. Além disso, não constituem duas coisas separadas, mas uma realidade complexa e única. Para usar a linguagem hegeliana, os contrários estão em unidade dialética. A articulação de formações econômicas não coetâneas realiza-se através de instituições adequadas, que exprimem juridicamente a duplicidade”.

Mas como Rangel aplica seu método? Isso é de singular importância. A dualidade é uma unidade contraditória em que o capitalismo muda lá fora, com os influxos dos ciclos de Kondratieff e quem imprime o ritmo são os ciclos; quem dá o sentido às dualidades são as classes sociais internamente. A primeira qualidade desta aplicação, ou melhor, no exercício de se interpretar o Brasil está na fixação de uma premissa que parece um dos pontos altos do pensamento rangeliano: ao estabelecer uma compreensão que parte da dinâmica do capitalismo mundial, associado aos ciclos econômicos de longa duração, assim como os de média duração internalizados pela industrialização, agrega elementos dinâmicos à forma de analisar e interpretar.

Em Rangel, essa compreensão é dinâmica e contínua, analisando os influxos que o introjetar de novas tecnologias no sistema produtivo provocam, como essas influências ocorrem, e posteriormente, a forma que esse dinamismo imprime nas forças produtivas no Brasil. Este elemento do método faz o intérprete exercitar seu ofício sempre olhando para fora e para dentro, ou seja, de forma imanente, e sem tratar de maneira explícita, Rangel carregava elementos de compreensão da geopolítica em sua análise. Ou seja, a dinâmica do capitalismo mundial operava e influenciava, assim como ainda o faz, como se dava o processo socioeconômico brasileiro. Além disso, segundo Guerreiro Ramos, após assimilar os influxos do centro do capitalismo, Rangel fixa uma *lei* (e não uma teoria), do processo histórico nacional. O termo lei em ciência é muito robusto para ser aplicado assim, o que em verdade, é uma teoria de ampla abrangência e historicidade, haja vista sua inerente interdisciplinaridade.

### 3.2 Rangel e o paradigma da formação

Não são poucos os estudos dedicados às obras que deram inteligibilidade ao Brasil. Antonio Cândido faz referência àqueles estudos que permitiram a sua geração se interessar e compreender o Brasil de então.<sup>81</sup> Assim, o paradigma da *formação* ensinou muito de Brasil aos brasileiros, parafraseando Luiz Felipe de Alencastro ao fazer essa afirmação, em especial, ao tratar sobre a obra *magna* de Celso Furtado (2009, pp. 23-26).

Este ímpeto de se querer compreender o país, também chamado de *verdadeira obsessão* por Paulo Arantes (1992), pode ser apreendido pela produção elaborada com base na ideia de *formação*, que, por demais das vezes, além de sustentar a reflexão desenvolvida, está estampado no título ou mesmo no subtítulo atribuídos aos estudos. Os exemplos são muitos: *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior; *Casa-grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933), de Gilberto Freyre; embora não esteja no título permeia toda a obra de *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado; *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) e *Formação Histórica do Brasil* (1963), de Nelson Werneck Sodré; *Formação da Literatura Brasileira* (1959), de Antonio Candido; *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro* (1958), de Raymundo Faoro; *Formação Política do Brasil* (1967), de Paula Beiguelman; *O Povo Brasileiro: a formação e sentido do Brasil* (1995), de Darcy Ribeiro; *O Trato dos Viventes: A Formação do Brasil no Atlântico Sul* (2000), de Luiz Felipe de Alencastro, dentre outras.

Em razão disso, nos adverte Bernardo Ricupero que o tema atinge expressiva relevância em um país de origem colonial que desde os tempos de independência política anseia se tornar uma nação. Salienta, em outra forma, sobre o país que “deseja(va) deixar uma condição de subordinação, tornando-se mais autônomo” (RICUPERO, 2020). Esse ímpeto ou mesmo obsessão de

---

<sup>81</sup> Ao tratar sobre o *significado de Raízes do Brasil*, no célebre prefácio à obra de Holanda, Antonio Candido fixa a tríade inicial de os chamados demiurgos do Brasil que são Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala*; Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*; e Caio Prado Júnior com *Formação do Brasil Contemporâneo* (HOLANDA S. B., 2014).

compreender e interpretar o Brasil aparece com nuances e perspectivas distintas em várias obras. Em Antonio Candido, sob o viés literário, o processo de formação completar-se-ia com a constituição de um sistema literário integrado por escritos, escritores, leitores e a linguagem. Por outra perspectiva, a econômica, Celso Furtado ressaltava a constituição do mercado interno e da industrialização. Darcy Ribeiro, pela antropologia, com a ideia-chave de povo novo, empreende acerca da constituição da população brasileira. Luís Felipe de Alencastro, sob o ofício da historiografia, demonstra que o Brasil se formou além de seu território, não estritamente ligado ao elemento da nacionalidade e ao espaço geográfico daquele que se tornou Brasil. Para Rangel, o *sentido da formação* seria conclusivo com a superação das dualidades que constituem a nação.

A obra de Ignacio Rangel carrega em seu bojo o paradigma da *formação*. Em um primeiro ponto, acerca daquilo que o autor define como dualidade básica, é uma forma de compreender o processo de construção da nacionalidade. Nos contornos dados à reflexão, em especial por seus precursores, Otília Arantes e Paulo Arantes sustentam que a

“ideia de ‘formação’ figura obsessivamente no centro de vários livros fundadores da tradição crítica brasileira, [...] nela se concentra o essencial do debate intelectual brasileiro, que sempre girou em torno da questão crucial da passagem, moderna por excelência, da Colônia a Nação – é portanto de formação nacional que se trata sobre o pano de fundo da sempre presente herança colonial a ser superada” (1997, p. 95).<sup>82</sup>

A expressão *sentido da formação*, cunhada pelos autores, abarca a centralidade no pensamento político e social brasileiro de um ideal formativo, baseada em referências teóricas europeias, de nações integradas. A categoria de formação esteve presente no debate da intelectualidade brasileira como um lugar comum (MARINO, p. 21). A reflexão de Arantes (1996), embora do

---

<sup>82</sup> “Como se sabe, assentam-se sobre o modernismo valores fundamentais do Estado Brasileiro, assim como a partir dele consolida-se a língua literária brasileiro padrão no século XX. Depois de sua progressiva apropriação pelas instituições do Estado entre os anos 50-60, o modernismo tornou-se objeto monumental de erudição na universidade brasileira. São dignas de nota em São Paulo a ação docente de Antonio Candido e a criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.” MORICONI, Italo. Introdução: crítica, escrita, vida in SANTIAGO, Silvano. 35 ensaios de Silvano Santiago. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 17.

campo literário, esboça substancial capacidade heurística de se estudar a formação nacional como um processo, não apenas do aspecto histórico, mas, em particular, em condições de discernir seus elementos dinâmicos, intrínsecos e extrínsecos. Há de se considerar que desde o início daquilo de que se reconheceu como nacionalidade brasileira, a vida cultural sempre girou em torno do esforço, “a um tempo de ilustração e expressão, voltado para desobstrução das vias de passagem da Colônia para Nação” (ARANTES P. , 1996). Publicado originalmente em 1957 (mas escrito em 1953) pelo ISEB na série “Textos Brasileiros de Economia”, a *dualidade básica* é uma interpretação original sobre o Brasil que leva em seu bojo o *paradigma da formação*. Quando Rangel conclui seu trabalho, envia um exemplar a Caio Prado Júnior revelando seus intentos de querer compreender o Brasil:

“Ilustríssimo Senhor Caio Prado Jr. Prezado Senhor. Um amigo comum, o professor Guerreiro Ramos, sugeriu-me que lhe enviasse um exemplar mimeografado de minha “Duplicidade”. Embora não tenha a intenção de divulgar dito trabalho além de limitado grupo de amigos capazes de, com suas críticas, ajudar-me para uma eventual revisão – pois, em sua forma atual não passa ainda de uma tentativa – a ideia me pareceu boa, uma vez que V. S. vem trabalhando na mesma seara – buscar uma interpretação científica de nossa história e de nossa vida nacional.” (RANGEL I. , Carta a Caio Prado Júnior, 1953, p. 1).<sup>83</sup>

Pela exposição da estrutura textual pode-se identificar um primeiro elemento sobre esta perspectiva, que é composto pelos seguintes itens: Prefácio; A dualidade básica da economia brasileira; A abertura dos portos; a Independência; a Abolição; a República; a Estrutura e tendência do comércio exterior; e o problema do comércio exterior brasileiro. Logo no início da obra, Rangel afirma a linha que estrutura seu pensamento:

“Meus estudos levam-me à conclusão de que nossa peculiaridade por excelência é a dualidade no sentido que atribuí a esse termo, isto é, o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior e do exterior” (RANGEL I. M., 2005, p. 286).

---

<sup>83</sup> Carta que está no acervo Caio Prado Júnior do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Lembramos aqui ideias similares que fortalecem o entendimento de Rangel, as palavras de Antonio Cândido ao afirmar que “se fosse possível estabelecer uma lei da evolução da nossa vida espiritual poderíamos talvez dizer que toda ela se rege para a dialética do localismo e do cosmopolitismo” (CANDIDO, 2000).<sup>84</sup> Já dizia Octavio Ianni que

“as forças sociais predominantes em cada época são levadas a pensar os desafios com os quais se defrontam, os objetivos que pretendem alcançar, os interesses próprios e alheios que precisam interpretar. Ao pensar o presente, são obrigados a repensar o passado, buscar e rebuscar continuidades, rupturas e inovações. Mesmo quando pretendem o futuro, são postos a pensar outra vez o passado, acomodá-lo ao presente, ou até mesmo transformá-lo em matriz do dever.” (*A ideia do Brasil moderno*, pg.8).

O sentido da formação e da própria questão nacional em Rangel carrega essa ideia de análise do passado, presente e futuro para compreender o Brasil, imbuído por um sentimento de contrários. A dialética está presente em toda obra literária de Candido. Sobre nossa evolução mental, ou noutras palavras, na esfera do pensamento, nossa primeira etapa girou em torno do localismo e do cosmopolitismo. “Paulo Emílio (1980), que segundo Roberto Schwarz encontrou a equação para esse movimento de identificação e dissociação concomitantes, diria que sim. E Antônio Candido também. Eis a fórmula célebre: “não somos europeus nem americanos do Norte, mas destituídos de

---

<sup>84</sup> Interessante a similitude da exposição de José Honório Rodrigues ao tratar da dinâmica brasileira com os centros da economia-mundo: “A principal tese desses dois livros consiste em sustentar que a história do Brasil deve o seu retardamento a fatores externos e internos. Os fatores externos, como é obvio, são o colonialismo e o imperialismo, isto é, o longo e demorado regime de submissão a interesses metropolitanos, e a sobrevivência da estrutura colonial econômica e política pós-independência. Não houve ruptura do regime colonial, que sobreviveu como o absolutismo do regime imperial, com legislação arcaica, com a relativa imobilidade administrativa, com a alienação das elites, com a fragilidade da conjuntura e a estabilidade da estrutura, imutável e incapaz de atender as necessidades nacionais. O período colonial e a sobrevivência determinam todo o subdesenvolvimento posterior”. Em seguida, acrescenta: “A seu lado funcionam como fatores decisivos, a submissão econômica e as preponderâncias britânica e norte-americana, que embargaram o aumento natural. Como fatores internos tão importantes ou mais importantes ainda que os externos devemos considerar o colonialismo interno, isto é, a sujeição do povo aos interesses do grupo dominante e de certas regiões e outras favorecidas por interesses políticos. Na comparação a longo prazo entre o comportamento da liderança e do povo, os dois estudos não hesitam em concluir que este, apesar de suas influências e deficiências, foi sempre superior a aquele. A liderança em seu conjunto, demonstradas as exceções normais, melhorou em muitas fases, para usar a expressão do grande historiador norte americano Richard Hofstadter, um estilo precário, especialmente na época contemporânea” (RODRIGUES J. H., 1970).

cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser o outro” (EMÍLIO, Paulo. Cinema, Trajetória no subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 77). Antônio Candido compreendeu, nesta fórmula, onde renasce o contraponto de Nabuco, o elemento nuclear do que denominou de dialética da cultura brasileira:

“quer dizer, o brasileiro não pode deixar de viver pendurado no Ocidente e ele deve tentar não viver pendurado no Ocidente. Ele tem que tentar fazer uma cultura dele, mas a cultura que ele pode fazer é uma cultura pendurada no Ocidente (...) Nós somos o outro e o outro é necessário para a identidade do mesmo” (CÂNDIDO, Antônio. Intervenção num debate sobre Paulo Emílio in Filme Cultura, Embrafilme, nº 35/36, 1980, p. 4-9).

Aqui se expõe o cerne da referida experiência de uma forma entrelaçada dual entre o Mesmo e o Outro. E a presença desta questão, para Paulo Arantes, pode ser remontada aos dilemas da disciplina arcádica estudados por Antônio Candido na Formação, que perpassa o conjunto dos estudos brasileiros (p. 16). No campo literário, nos responde Arantes, que Antônio Candido consegue buscar uma resposta ao dilema posto por Nabuco, alicerçado no que salientou Cláudio Manuel da Costa: “À instabilidade de um corresponde a dupla fidelidade do outro, fidelidade afetiva ao ‘rústico berço mineiro’, de um lado, fidelidade estética à norma intelectual e social da metrópole, de outro lado”. (1959, Formação. Volume 1, capítulo II, p.4).<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> “Tudo bem pensado - mostrava então Antônio Candido -, a adoção de uma personalidade poética convencionalmente rústica é muito mais natural e justificado no Brasil do que na Europa, vindo a calhar para exprimir o diálogo travado entre civilização e primitivismo, que entre nós era de fato real. Numa chave evidentemente diversa, um caso de ‘desrecalque localista’ de mesma direção que o modernista, equilibrando pela primeira vez os termos do dilema nos quais Nabuco apresentou o mal-estar na cultura brasileira, como Roberto Schwarz denominou certa vez a síndrome específica da experiência intelectual no país. Assim, da Arcádia ao Modernismo, e adiante a mesma ambivalência rege nossa dinâmica espiritual. Fidelidade dúplice e razões de ser antagonistas - perene fonte de instabilidade -, na qual Antônio Candido reconheceu a dialética definidora de nossa cultura. Dialética do Mesmo e do Outro, como traduziu especulativamente o teorema de Paulo Emílio. Dialética do local e do universal, nos seus próprios termos - alternância e complementariedade, divergência e equilíbrio entre essas tendências exprime não só a lógica específica do sistema literário brasileiro, mas também a regra geral de certas linhas evolutivas de nossa sociedade a que o ensaio clássico de interpretação do Brasil de o nome de Formação”. (ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento de dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 17).

E por qual razão o processo da Formação é dialético? Essa contraposição entre o local e o molde europeu, é em certa medida, apresentado de forma diferenciada e mesmo enriquecida na reflexão rangeliana. E se diz diferenciada pois em Dualidade, como obra de ponto de partida, há esses elementos acrescidos de outros. A dialética entre o local e mundial estão presentes, demonstramos pela concatenação de modos de produção e por coalizões de poder, entretanto, não o faz como uma contraposição infrutífera, mas por meio de uma interligação dialética que procura explicar a formação de uma maneira além de uma contraposição de contrários.

Em obra de 1956, Rangel, aparentemente inspirado na obra de Caio Prado Jr., que explicita seu sentido da colonização em Formação do Brasil Contemporâneo, o maranhense expõe o seu sentido da economia brasileira. Respalda na reflexão de Hegel, faz ampla exposição acerca da estrutura social e econômica e a expansão das forças produtivas no Brasil. Mas a ideia de formação propriamente dita, em Rangel, pode ser assimilada essencialmente em dualidade.

### **3.3 As questões nacionais na práxis e teórica rangeliana**

E como se pode compreender a questão nacional no pensamento rangeliano? A denominada *questão nacional*<sup>86</sup>, já dizia Hobsbawm, é um tema notoriamente controverso (1990, p. 09). Mesmo tendo esta característica pode-se afirmar que é um dos assuntos mais importantes e um dos mais debatidos dos últimos dois séculos no campo das Ciências Sociais. O aparecimento do tema foi forjado pelo processo histórico e surge e se consolida com o movimento romântico, especificamente o alemão, com o denominado *Sturm und Drang*, que fazia oposição ao racionalismo e resgatava a subjetividade e valorizava as

---

<sup>86</sup> A questão nacional está entre um dos principais temas tratados no debate político e econômico brasileiro, envolvendo problemas como independência, nacionalismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, modernização, instituições, formação histórica, democracia e correntes de pensamento (liberalismo, corporativismo, autoritarismo, marxismo e seus desdobramentos e articulações), arranjos e pactos políticos, entre outros, arregimentando teóricos das mais diversas matizes e gerando estudos que procuraram interpretar o Brasil. A análise e reflexão sobre a questão nacional à luz da obra de Ignacio Rangel permite concluir que há uma interpretação a ser explorada em sua obra que até então não foi.

sensibilidades populares e os atos criativos. Mesmo após tanto tempo do nascedouro da então “questão nacional”, lembra Darcy Ribeiro que “é preciso levar em conta que as práticas cidadãs e o conteúdo da identidade nacional estavam, como estão ainda hoje, em permanente mutação e eram constantemente repensadas, problematizadas, imaginadas” (RIBEIRO D. , 1999). Essa afirmação de Ribeiro remete à compreensão que a ideia de *formação* é válida e seu uso como recurso analítico é eficaz, haja vista o processo de expansão capitalista que perpassa o Brasil.

E com essas considerações nos volvemos ao Brasil. Sua história, suas instituições, seu povo, sua formação que, de fato, possui uma característica *sui generis*, em que medida ou de que maneira a questão nacional pode ser identificada em Rangel? Restringindo mais o escopo do estudo, como a questão nacional aparece na obra desde pouco conhecido demiurgo do Brasil e culmina no que foi escrito e realizado pelo economista maranhense?

Assim como Alfredo Bosi, que explora as origens da expressão ideologia em seu trabalho *Ideologia e Contra Ideologia* (2003), parece oportuno, ao menos sumariamente, expor breves considerações sobre termo *nação*. A aparição do vocábulo em língua portuguesa remonta ao século XVI, cuja origem está na expressão latina *natione* (Cunha, 1982). De uma maneira ampla, seu significado traz a ideia de um “conjunto de cidadãos, que se regem pelas mesmas leis, que falam a mesma língua e que vivem em comunidade de costumes, num território livre e independente” (Fontinha, 1950). Assunto espinhoso no campo das Ciências Sociais, com múltiplas compreensões, como ressalta Benedict Anderson, “não possui nenhuma definição amplamente aceita” (2000, p. 07). Ou como define Hobsbawm: “o nacionalismo é um projeto político e, em termos históricos, bastante recente (Etnia e Nacionalismo hoje, 2000, p. 272).

O termo *nação*, empregado no sentido de especificar os mesmos contextos que hoje se aplicam a diversos Estados, teve o seu surgimento na Política, no transcurso da Revolução Francesa. Entretanto, no decorrer desta, a expressão não possuía ainda o mesmo sentido. Já na literatura o termo surge com o movimento romântico alemão, notadamente nas obras de Fichte e Herder,

utilizado em um sentido linguístico e cultural. Neste sentido, considera-se uma nação a mais vasta sociedade de pessoas unidas por uma consciência e cultura comuns. Embora ela ocupe o mesmo território e seus membros busquem uma identidade de interesses sobre o lugar e a terra, sua unidade vital provém de um sentimento profundo de sua própria história, religião, ou de sua originalidade cultural, independente de autonomia política ou soberania estatal (Fundação Getúlio Vargas, 1986).

Ernest Renan, em sua famosa preleção feita na Sorbonne no dia 11 de março de 1882, foi o responsável por uma das clássicas definições do termo:

“Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Dois aspectos de uma mesma validade concorrem para esta unidade espiritual... Um deles é a riqueza de um passado comum; o outro é o entendimento, uma verdadeira vontade de vida em comum, de contribuir ao máximo para o patrimônio coletivo” (Renan, 1882, p. 903).

Esta concepção realça uma comunidade de interesses. Por outro lado, encontramos estudos realçando a mentalidade homogênea que o termo nação representa. De forma sumária encontramos na obra de E. Barker (1927, p. 17), a afirmação de que a nação é o produto de um povo que “...habitando determinado território acumulou pensamentos e sentimentos...no decorrer de uma história comum”. Vale a pena registrar aqui o conceito elaborado por Josef Stalin, que adotando a concepção marxista-leninista, ressalta a importância do materialismo e da evolução histórica: “uma nação é uma comunidade elaborada historicamente e duradoura de natureza linguística, territorial, econômica e psíquica, manifestada por uma unidade de cultura” (1935, p. 08).<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> A definição da expressão “nação” possui uma importância mais que teórica no quadro dos estados e nações emergentes. Em seu estudo, R. Emerson (1960), afirma que os povos da Ásia e da África tendem a adotar os conceitos de nação e nacionalismo provindos da experiência europeia: “o modelo ideal de uma nação surgindo pelo exemplo europeu mesmo que tal nação não tenha existido em total pureza é o de um povo único, tradicionalmente estabelecido em um território bem definido, falando o mesmo idioma, de preferência um idioma próprio, possuindo uma cultura distinta que adquiriu uma função comum ao longo de uma experiência histórica partilhada por muitas gerações” (p. 103). Mas, prossegue Emerson, essa concepção “não era frequentemente aplicável a povos não europeus” (p. 104). É interessante essa ênfase dada à dificuldade de se conceituar genericamente a nação – o que provocou novas análises sobre a nacionalidade dos povos dos Estados emergentes. Mas, a despeito de ausência de critérios uniformes, Emerson afirma que “a nação é uma comunidade de pessoas que se sentem ligadas no duplo sentido de partilharem elementos altamente significantes de uma herança comum e de terem um destino comum” (p. 95), observando que “a mais simples constatação em relação ao termo é que ele designa um grupo de pessoas conscientes de serem uma nação” (p. 102). E concluindo, acrescenta: “pode ser

Por fim, o que se pode concluir é que de uma maneira geral o conceito de nação traz no seu bojo elementos fundamentais, como: os fatores naturais (território, raça e língua); os históricos (tradição, costumes, leis e religião); e o psicológico (consciência nacional).<sup>88</sup>

Em suma, cabe a esta pesquisa, por meio de uma revisão teórica e histórica, analisar, contextualizar, cotejar e interpretar essas evoluções de questões nacionais (associando pensamento político e econômico) na “maneira de explicar o Brasil”<sup>89</sup> de Rangel. Deste modo, trata-se da especificidade da contribuição de Ignacio Rangel, um estudioso do capitalismo brasileiro, destacando as peculiaridades do seu pensamento sobre a questão nacional e o nacionalismo na perspectiva do que ele chama de dualidade básica da economia brasileira.

Um estudo sobre esse assunto envolve a discussão e a análise do problema da construção do Estado brasileiro e da formação da nação brasileira. Conforme expõe Carlos Lessa (LESSA, 2008), pensar a nação e o nacionalismo brasileiro exige uma investigação que começa pelas raízes coloniais e chega à modernidade, e isso Rangel faz com criatividade e inovação analítica. Sabe-se que tal trajetória é marcada por descompassos, pois desde a formação do Estado Nacional até a consolidação da nação e do sentimento de autoestima com uma identidade brasileira passa-se mais de um século. Tanto o conceito de Brasil-nação quanto as versões nacionalistas não atingem alta dramaticidade; nossas transições históricas fundamentais – independência, abolição, Proclamação da República, Estado Novo – se desenvolvem com poucos traumas preliminares e, seguidamente, a mudança de fase opera uma rápida “conservatização”. Já pela perspectiva econômica, as forças produtivas se desenvolvem com dinamismo e intensidade.

---

que quando toda uma análise meticulosa estiver concluída esta seja de qualquer moda a conclusão definitiva” (*ibid.*).

<sup>88</sup> Nesse sentido, traz-se a afirmação de José Murilo de Carvalho: “Por nação, entendemos então a formação de identidades coletivas” (2010, p. 10).

<sup>89</sup> Vale a leitura da síntese das linhas interpretativas sobre o Brasil presentes no pensamento político-social brasileiro em Carlos Sávio Teixeira (Modos de Explicar o Brasil: o estruturalismo lógico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger, 2015).

A compreensão dada por Rangel por meio da teoria da dualidade corrobora a assertiva de Lessa, pois às sucessões de dualidades demonstram a mudança de polos e lados, não se consolidando com mudanças bruscas ou mesmo totalizantes.

Apesar da expansão demográfica, da ocupação territorial, da transformação e da emergência de novos grupos sociais no campo e na cidade, é preservada a exclusão social de amplas frações da nacionalidade, dos benefícios do dinamismo econômico. É, de fato, ciclotímica a leitura dos autores nacionais de suas próprias características brasileiras. Tanto a cultura das elites quanto a popular nos fornecem chaves para entender as transformações e o desdobramento do pensar nacional em relação ao Brasil. (LESSA, 2008).

Por ser um autor complexo cujos trabalhos foram pouco difundidos, Rangel e suas teses, mesmo dotadas de qualidade e de reconhecimento por especialistas, como a *Dualidade* e a tese sobre a *Inflação* (considerada uma grande contribuição à teoria econômica mundial), não são lecionadas e discutidas à altura que merecem. O centro da tese rangeliana da dualidade é: “A economia se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (RANGEL I. , Obras Reunidas - Volume I, 2012, p. 298). E com essa tese ele desenvolve a explicação do processo de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira.

No transcurso desse processo Rangel aponta uma sucessão de questões nacionais; entendo que a existência de estados nacionais introduz a dimensão política nos cálculos econômicos, tornando-os mais elusivos e complexos, conforme lição de Celso Furtado (2000) e (1992). Deste modo, é possível inferir que a sucessão de dualidades enseja uma sucessão de questões nacionais.

Rangel nos dá uma direção a este respeito. Em seu artigo *Revisitando a Questão Nacional* (2005),<sup>90</sup> o autor expõe de forma detalhada os problemas e as faces do processo de instalação do capitalismo industrial no Brasil,

---

<sup>90</sup> Publicado originalmente na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, volume 27, setembro de 1980.

sustentando que neste período (anos 1930), na fase *b* do terceiro ciclo de Kondratieff,<sup>91</sup> ou seja, na terceira dualidade da economia, da sociedade e das classes dominantes no Brasil, a questão nacional era o processo de industrialização, com outras questões agregadas a esta, como a questão agrária e a revolução nacional (p. 116). Já no período da quarta dualidade, a questão nacional é outra. Rangel assim escreve: “*a verdade, porém, é que a presente questão não é a mesma e sim outra, inserida noutra problemática, correspondente ao novo estágio do desenvolvimento*” (p. 123), e que consiste no desafio de, em tendo posse de um parque industrial vigoroso e diversificado, com potencial produtivo utilizado apenas em parte, confrontar-se o país com o problema de assegurar a utilização do potencial ocioso, para o prosseguimento do desenvolvimento econômico brasileiro. Ao fim, sustenta que no Brasil há a necessidade de constituição do capitalismo financeiro para a superação desta questão. Com isso, o autor nos aponta um caminho de sucessões de questões nacionais que são, em sua essência, a compreensão da dinâmica do processo econômico assim como a assimilação dos problemas que se devem superar para atingir o desenvolvimento nacional.<sup>92</sup>

O século XIX brasileiro foi marcado pela constante atuação de grupos, e não de um sentimento único do todo; era possível constatar inclusive que identidades étnicas e regionais podiam conflitar com a construção de uma identidade nacional. Um caso específico disso se deu devido à forte identidade católica poder se sobrepor à identidade política nacional ou mesmo substituí-

---

<sup>91</sup> Ignácio Rangel foi um dos primeiros economistas brasileiros a utilizar a teoria dos ciclos longos e analisar a história econômica brasileira por este viés. Desenvolvida por Nikolai Dimitrievich Kondratiev (04/03/1892 – 17/09/1938), economista russo, conhecido por ter sido o primeiro a tentar provar estatisticamente o fenômeno das “ondas longas”, movimentos cíclicos da economia capitalista de aproximadamente 50 anos de duração, conhecidos posteriormente na Economia, como ciclos de Kondratiev. Ver: (As ondas longas de conjuntura, 2018), e em especial, a quarta parte, (RANGEL I. , Ciclo, Tecnologia e Crescimento, 2005), originalmente publicado na Revista de Economia Política em 1984.

<sup>92</sup> Nos dizeres de Paulo Bonavides acerca do estudo sobre a questão nacional, tem-se o trabalho de Maurice Hauviou como uma referência para o seu entendimento. Diz o jurista pernambucano: “uma das boas noções que esclarecem, porém o significado da palavra nação pertence à Hauviou, quando o autor francês assinala o círculo fechado que a consciência nacional representa e a diferenciação refletida que a separa de outras consciências nacionais. Senão vejamos: a nação segundo ele é um grupo humano no qual os indivíduos se sentem mutuamente unidos, por laços tanto materiais como espirituais, bem como conscientes daquilo que os distingue componentes de outros grupos nacionais” (2011, p. 84).

la. O que de fato ocorre é que a análise da construção de identidades coletivas pode ser feita em várias dimensões e com recurso a um diversificado arsenal de fontes. Dentre as dimensões, podem-se apontar as instituições, as experiências coletivas e os fatores culturais. A título de uma instituição típica da formação de identidade do século XIX, *verbi gratia*, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

E desta maneira, definindo um tipo ideal de nação, tem-se como corolário o modelo de cidadania, que mesmo sendo distinta de nação, será concebida de maneira ampla para fins de investigação, incluindo todas as modalidades possíveis de relação entre os cidadãos, de um lado, e o governo e as instituições de Estado do outro, além de valores e práticas sociais definidoras da esfera pública. Ou, como mencionado por Fernando Novais, “as estruturas mais profundas do nosso modo de ser”, referências basilares para realizarmos “as possibilidades de modernização que nos reserva o futuro.” (Estudos avançados 25 (71), 2011, pg. 309).

A questão nacional está presente na obra de diversos autores que abordam diferentes aspectos desta problemática. Há contribuições de liberais, marxistas, conservadores e socialistas. Em suma, explicam a formação de um povo de modos diversos e amplos. A questão nacional consiste em identificar os arranjos e intersecções nas relações entre grupos, etnias, religiões, ideologias, regiões, culturas, classes, distribuição de poder e riquezas, dentre outros segmentos, no âmbito de uma sociedade nacional. Em todos esses pontos têm-se, em síntese, o objetivo de compreender e decifrar a maneira pela qual a nação se forma e se transforma.

Particularmente, em Rangel, a questão nacional não é apresentada com um viés delimitado pela unidade das forças econômicas, políticas, culturais e sociais dentro das bordas nacionais, mas, por outro lado, por uma interação de relações entre modos de produção, entre povos distintos, classes, e projetos de organização de futuro, seja planejamento ou projetamento.

A título de exemplo expõem-se a obra *Evolução do Brasil*, trabalho inédito e não publicado pelo economista. Após a descoberta do documento que está datilografado e foi revisado e rubricado por Ignacio Rangel, consultei

estudiosos da obra do autor sobre o conhecimento e a ciência da existência de *Evolução do Brasil*. Luiz Carlos Bresser Pereira, discípulo de Rangel, desconhece a existência deste trabalho; assim como Alexandre de Freitas Barbosa, José Márcio Rego, Elias Khalil Jabbour e Armen Mamigonian. Consultei estes estudiosos, pois são notórios conhecedores do trabalho de Rangel. Nenhum deles tinha ciência da existência da obra *Evolução do Brasil* (RANGEL, 1974).

O texto recuperado possui 102 páginas datilografadas e presume-se que foi escrito no ano de 1974. E isso se dá por duas razões: primeira, porque o documento está registrado no CPDOC – FGV com este ano; e segundo, devido ao fato de o autor utilizar vários índices e números da Economia brasileira que evoluem até 1972-1973. Ou seja, na produção escrita de Rangel havia um intervalo: entre o clássico *A Inflação Brasileira* publicado em 1963 e a obra *Recursos Ociosos e Política Econômica* de 1980, considerava-se um período de quase duas décadas sem produzir um livro. Neste período, Rangel enfrentou enfermidades e uma parada forçada dos trabalhos junto ao Estado.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata sobre a Indústria, considerada a grande etapa do Desenvolvimento, no qual ele versa sobre siderurgia, indústrias de base, metais não-ferrosos, química, construção naval, indústria aeronáutica, indústria automobilística, máquinas rodoviárias, material ferroviário, eletrônica, bens de consumo, alimentos, calçados, medicamentos, bebidas, fumo e bens duráveis. No intitulado capítulo IV aborda sobre as matérias-primas, ou, segundo Rangel, sobre “o que dá a natureza”. Escreve sobre a extração mineral e as riquezas do subsolo, abrangendo desde minérios de ferro até a produção agropecuária. Aquele que foi descrito como o penúltimo capítulo, os assuntos abordados são educação, saúde e habitação. No dizer de Rangel: “a vida social”. No último capítulo, o descrito como o sexto do documento, o título é: “O Espírito e o Corpo: A Cultura Brasileira”.

Pressupõe-se que o documento recuperado esteja incompleto, pois há uma nota manuscrita na contracapa com os seguintes dizeres: “este trabalho estava sendo escrito. Já fora revisto e ainda demanda outras revisões. Está incompleto, faltando alguns capítulos” (p. 02). E, mesmo que os números de capítulos

contidos no documento correspondam ao índice descrito na contracapa, há referências no transcorrer do trabalho que indicam que, no mínimo, ele planejava escrever outros capítulos. Entretanto, os dois últimos capítulos que tratam da vida social e da cultura brasileira são considerados revisados e definitivos (p. 87).

Rangel começa seu estudo com a instalação do que ele denomina a indústria do açúcar na primeira metade do século XVI. Usa intensamente o recurso de “evolução dos números” desde a chegada dos portugueses. Em todos os capítulos ele quantifica: quantas fábricas havia de tal ano a tal ano; na questão da cultura, expõe números de quantas editoras, livros e impressões foram feitas desde a instalação da indústria editorial e gráfica; sobre a vida social, no assunto habitação informa sobre a quantidade de casas construídas, dentre outros. Percebe-se que o autor parte de uma matriz econômica para analisar todos os dados que apresenta no trabalho.

Há uma interpretação do Brasil nesse documento recuperado. Não apenas por ser o autor considerado um intérprete do Brasil, mas sim, pela própria estrutura textual. Rangel escreve um capítulo para o tema econômico, outro para indústria, outro para a vida social e, por fim, a cultura. Diferentemente de outras obras, as quais recebem críticas em razão da má nomenclatura de seus livros, neste trabalho o economista aplica bem as palavras para nomear seu trabalho. Evolução do Brasil mescla história, economia política e sociologia. E faz uma compilação da história brasileira correlacionando com os números econômicos. Por exemplo, quando aborda o tema da educação, Rangel sustenta sua imprescindibilidade nas sociedades industriais derivada da complexidade das relações sociais decorrentes neste processo. E, diante disso, passa a expor a quantidade matrículas de ensino médio e universitário, vagas disponíveis para alunos, dentre outros dados. E segue essa característica por quase todos os assuntos abordados em seu texto, fazendo com que exista uma característica de evolução quantitativa em seu trabalho. Isso não significa que não haja análise qualitativa, mas nesta primeira aproximação destacamos este aspecto do texto.

No capítulo destinado à cultura, Rangel mostra como a dualidade influencia a cultura brasileira, semelhante ao que outros brasileiros já

expuseram, como Antônio Candido. Destaca que em razão da evolução histórica brasileira, recebemos influências de diversos povos, gerando um fato peculiar: mesmo com o influxo cultural externo, não se perdeu características próprias, definindo traços específicos da unidade nacional (RANGEL I. , Evolução do Brasil, 1974, p. 89).

Neste trabalho conclui-se que além de recuperar uma obra desconhecida de um importante intérprete do Brasil, esta obra é uma interpretação evolutiva da Nação com base em seus dados quantitativos. Um fato valioso para a reflexão sobre o pensamento de um dos mais criativos intérpretes do Brasil.

A questão nacional, em suma, refere a problemas que se relacionam e se interligam, na vida de uma nação. Como define Rangel:

“Ora, o nascimento de uma nação, em nosso tempo, não se manifesta pelos mesmos sintomas que acompanhavam esse acontecimento nos séculos anteriores. As nações-crianças de nossa época anunciam sua presença ao mundo, não apenas pela firmação de sua soberania e de sua unidade, enquadramento jurídico e político para o mercado nacional, como ocorria no passado. Não, porque o sinal mais importante do nascimento de uma nação, nesta segunda metade do século XX, é a afirmação categórica da exigência de desenvolvimento, que adjetivamente se manifesta pela vontade de planejar ou programar esse mesmo desenvolvimento. A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra caminham para uma comunidade única, para ‘Um Mundo Só’. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. O ‘Mundo Só’ não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos” (2005, p. 450).

Elemento fundante da questão nacional no pensamento rangeliano, parte de uma compreensão que deriva de uma expressão de Barão de Mauá. Da concepção de bom senso nacional, Rangel extrai a categoria de natureza humana nacional e, além disso, esboça uma caracterização de uma natureza humana nacional, que diverge da natureza humana comum. Algo que é pouco desenvolvido, mas para Rangel é um dos elementos fundamentais da nação, segundo ele, é “admitir um bom senso nacional é admitir implicitamente uma natureza humana em geral. É admitir que o homem varia em seu ser e em sua consciência segundo a realidade social e telúrica (relativo à terra e ao solo) em

que surge e cresce. É admitir a modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não tem como negá-la no tempo. É uma correlação intrínseca à questão nacional que está entre uma ideia que junte a comunidade nacional em um determinado território, uma correlação entre povo/território, uma correlação que procura compreender um bom senso nacional, o que para Rangel consiste na generalização preliminar do conhecimento empírico. E especial, também, consiste na intervenção por meio desta consciência nacional no território em que estão. Este é um elemento estruturante da duplicidade:

"A passagem do padrão internacional, tornado arcaico, ao padrão moderno opera a diferentes ritmos em todas as regiões, mas mesmo as mais progressistas se veem tolhidas e reduzidas a uma modernização reflexa. Isso não se explica, contudo, por qualquer resistência de ordem cultural à mudança, uma vez que o veemente desejo de transformação renovadora constitui, talvez, a característica mais marcável dos povos novos e, entre eles, os brasileiros. Mesmo as populações rurais e as urbanas marginalizadas enfrentam resistências, antes sociais do que culturais, à transfiguração porque umas e outras estão abertas ao novo. São, de fato, antes atrasadas do que conservadoras. Cada estrada que se abre, quebrando o isolamento de uma 'ilha arcaica', atrai novos contingentes ao circuito de comunicação interna. Dada a homogeneidade cultural da sociedade brasileira, cada um dos seus membros tanto é capaz de comunicar-se com os contingentes modernizados, como se predispõe a aceitar inovações. Não estando atados a um conservadorismo camponês, nem a valores tradicionais de caráter tribal ou folclórico, nada os apega as formas arcaicas de vida, senão as condições sociais que os atam a elas, a seu pesar. Essa atitude receptiva à mudança, em comparação ao conservadorismo que se observa em outras configurações histórico-culturais, não é suficiente, porém, por si só, para promover a renovação." (RIBEIRO, Darcy. 2022, p. 186).

Certa vez, em a Teoria do Brasil, Darcy Ribeiro formula um amplo rol de pessoas que lhe serviram de referência para compreender o Brasil. Dentro do âmbito econômico, para compreender esta Nação, segundo Darcy, era necessário conhecer três grandes pensadores: Celso Furtado, Roberto Simonsen e Ignacio Rangel. Não expressamente com esses dizeres, mas na década de 1980 quando a obra é escrita, Rangel é equiparado a intérpretes do Brasil. O importante aqui não é apenas a equiparação, que por si só é de extrema valia, mas na obra magna de Darcy, O povo Brasileiro, extraímos os ensinamentos de Rangel, em especial sobre a dinâmica social que lhe é empreendida por meio da dualidade básica. Darcy demonstra por meio do dualismo arcaico-moderno

a teoria da dualidade, ao mencionar a “passagem do padrão internacional” e sua específica internalização e sua expansão para outras regiões e setores sociais no Brasil, de forma muito precisa quanto a que Rangel descreve, que os ciclos e a interiorização do modo de produção presentes nos centros hegemônicos passam a integrar o sistema produtivo brasileiro de maneira ampla.

Além da reflexão sobre a questão nacional foi possível recuperar em pesquisa o atuar de Rangel, tratando de questões nacionais. O inédito documento preliminar *Plano Nacional para o Desenvolvimento* coordenado por Ignacio Rangel e elaborado no interior do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Presidência da República. Extenso, com a rubrica de “Grupo de Estudos Gerais”, ao longo de suas 92 páginas discorre sobre metodologia de elaboração de programas, algo incomum de se ver em documentos dessa natureza, assim como as questões nacionais que denomina e as reformas que buscam suas respectivas soluções, como, por exemplo, a monetária, para combater o fenômeno inflacionário; a questão agrária e a reforma agrícola; a revisão do pacto federativo; a reforma do comércio exterior visando solução ao problema do balanço de pagamentos; a superprodução de certos produtos por um lado e a capacidade ociosa da economia por outro; reforma urbana cuja solução passa pela resolução dos problemas das “favelas e mocambos”; a modernização do aparelho do Estado; a reforma tributária; reformas bancárias e para infraestrutura; dentre outras. Este documento será abordado na terceira parte da dissertação (RANGEL I. , Plano Nacional de Desenvolvimento, 1962).

Há elementos que se extraem dos próprios trabalhos do autor maranhense, confirmado por membros de sua equipe, que este documento poderia integrar o segundo Programa de Metas que estava em fase de elaboração; *vide*: o “segundo” Programa de Metas (1959a, pp. 429-430); em apresentação assinada por Alberto Guerreiro Ramos, Zoroastro Ramos, Domar Campos e Jesus Soares Pereira, afirma-se:

“O estudo de Ignacio Rangel prosseguiu no Conselho de Desenvolvimento, quando o Almirante Lúcio Meira foi investido do seu cargo de secretário geral. Submeteu-se Ignacio Rangel ao debate preliminar dos companheiros de trabalho, que com ele concordaram em ser indispensável levar tal estudo ao conhecimento de quantos se interessam pelos problemas nacionais... Tem o leitor diante dos olhos, portanto, um estudo de Ignacio Rangel, por nós aceito como

de maior valia, aliás como tudo o que esse companheiro de trabalho vem produzindo.” (Apontamentos para o 2º Programa de Metas, 1961, pp. III-V-03-64);

Editado posteriormente à elaboração a este documento Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, tem-se *O Escopo de um Programa para o Próximo Lustrro*, que atualiza o programa para a problemática da época: “*Nestes três anos, desde 1959 mudou muito a problemática brasileira, o que exige a fixação de novos objetivos. Ao invés de buscarmos simplesmente a complementação do setor de bens de produção da economia, tornou-se imperativo voltar as vistas principalmente para a reorganização do mercado de capitais e para reestruturação dos grandes serviços de utilidade pública*” (RANGEL I. , Recursos Ociosos, 1963, p. 5). Quase 25 anos depois Rangel publica artigo intitulado *O Segundo Programa de Metas* no jornal Folha de S. Paulo, veículo no qual foi colunista por mais de década, dizendo: “*na etapa final do Programa de Metas, fui coordenador da equipe técnica do Conselho de Desenvolvimento, como competia ao chefe do Departamento Econômico do então BNDE*” (O Segundo Programa de Metas, 2012, p. 479).<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> Pensamentos: Ignácio Rangel Coordenador do Plano de Metas no BNDES (1956-60) Depoimento concedido ao Projeto Memória do BNDES, 1982: “Havíamos começado a industrialização proibindo que se importassem certas coisas, das quais agora organizávamos a produção. Para elas, estabeleciam-se prioridades. Ao cabo de alguns anos, esses setores emergiam com capacidade excessiva, e a economia entrava em crise. Foi então que o conceito que tínhamos aprendido com Raúl Prebisch veio nos guiar. Prebisch dizia que nossa industrialização internaliza o círculo de prazos menores – de sete a onze anos. Nisto, Celso Furtado trouxe a ideia de que, de dez em dez anos tínhamos um ciclo de subida e queda da economia. Nessa época, já não havia mais dúvida sobre aquilo. A economia tinha conhecido seu crescimento. Depois, surgiriam um setor carente de investimentos e um setor, ao contrário, supercarregado de investimentos. A crise só poderia ser superada quando se criassem condições institucionais propícias ao carreamento de capitais para aquele setor retardatário. Em 1956, fui chamado por Juscelino para ser chefe de departamento do BNDES. Ali, a coordenação do Programa de Metas ficava comigo. Havia muita coisa a determinar. O que tínhamos de fazer era definir a questão do custo e do preço, de tal maneira que precisávamos distinguir bem esses dois aspectos. O Banco se transformou numa escola de planejamento. Com base no planejamento, sempre vem a ideia de que, ao elaborar o projeto, é necessário estabelecer qual mudança institucional deve ser introduzida para que um setor novo substitua outro. De certo modo, fomos aprendendo essas coisas a nossa própria custa. Quando Juscelino saiu, a economia já estava em crise, mas ele não percebeu isso. Em certa altura, os setores que puxavam a economia tinham crescido mais que o necessário. Ainda havia um ciclo mundial de expansão, que tinha começado em 1947 e iria até 1973. Apesar disso, a economia brasileira entrou em recessão, que durou até o momento em que foi preciso criar instituições para dar continuidade ao novo grupo de atividades. E esse grupo de atividades veio com Delfim. Roberto Campos havia pegado o resto de uma fase recessiva e tirou o país da recessão, mas não pôde impedir outra. A correção monetária nasceu dentro do BNDES. O problema era prazo. Os bancos sabiam cobrar duplicatas de sessenta dias, mas não se pode montar uma indústria pesada nessa base – é preciso jogar com prazos mais

A dualidade é um arranjo interpretativo da dinâmica dos sistemas nas bordas nacionais? Ao que tudo indica, um país, como espaço nacional, pode ser estudado como um sistema, na forma que Rangel fez. Entretanto, não se restringe a um sistema de elementos, mas no sentido de um sistema de estruturas. O Estado-nação é uma formação econômica e social em um tempo específico, como salienta Milton Santos, trata-se de uma totalidade (2014, p. 43). Nos termos de Santos, a *região* não passa de uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. Sem o todo, ou seja, a região, não possui vida própria ou mesmo existência, praticamente uma abstração em comparação com a unidade integral.

Assim como salienta Rangel, expõe o geógrafo que um país subdesenvolvido “é uma Formação Socioeconômica dependente, um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos”. E, por estas razões, “sua organização do espaço é dependente”. Essas forças externas têm sua própria lógica, que é *interna* às instituições e às empresas interessadas, mas *externa* em relação aos países aos quais pertencem. As instituições e empresas que impõem inovações técnicas ou organizacionais têm um objetivo comum – a acumulação de capital – mesmo que cada agente tenha sua própria maneira de atuar (SANTOS M. , O Estado-nação como espaço, totalidade e método, 2014). A dialética do espaço dependente se dá então entre Estado-nação e as atividades mais avançadas das regiões avançadas e dinâmicas do sistema-mundo, principalmente por seus agentes de vanguarda que são as empresas que atuam de forma multinacional e os monopólios.

O nível das forças produtivas e a dinâmica de vários processos representam determinação das estruturações “formadas por elementos homólogos (subestruturas e subsistemas), quais sejam, as estruturas demográficas, econômicas, financeiras, considerando que os elementos da estrutura pertencem a uma mesma classe. Santos dá o nome de *estruturas simples*, segunda sua compreensão analítica. Por outro lado, existem as

---

longos. Assim, introduzimos a correção monetária, o que significa que aplicamos à moeda a inflação vigente. Para minha surpresa, tanto Roberto Campos quanto o prof. Bulhões assumiram dali. Coisa esquisita! Sempre achei que fossem adversários daquilo.”

estruturas formadas por elementos *não homólogos* (leia-se, que pertencem a classes diferentes), atuando de forma de interação umas sobre as outras gerando *estruturas complexas* (2014, p. 44). É de singular similitude com a demonstração de Rangel acerca da formação brasileira e *dualidade*.

Para compreender a *questão nacional* em Rangel parte-se de elemento nuclear da tese da dualidade: “A economia se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (RANGEL I. , Obras Reunidas - Volume I, 2012, p. 298). E com essa tese ele desenvolve a explicação do processo de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira.

No transcurso desse processo Rangel aponta uma sucessão de questões nacionais; entendo que a existência de estados nacionais introduz a dimensão política nos cálculos econômicos, tornando-os mais elusivos e complexos, conforme lição de Celso Furtado (2000) e (1992). Deste modo, temos por hipótese que a sucessão de dualidades enseja uma sucessão de questões nacionais.

Rangel nos dá uma direção a este respeito. Em seu conhecido artigo *Revisitando a Questão Nacional* (2005),<sup>94</sup> o autor expõe de forma detalhada os problemas e as faces do processo de instalação do capitalismo industrial no Brasil, sustentando que neste período (anos 1930), na fase *b* do terceiro ciclo de Kondratieff, ou seja, na terceira dualidade da economia, da sociedade e das classes dominantes no Brasil, a questão nacional era o processo de industrialização, com outras questões agregadas a esta, como a questão agrária e a revolução nacional (p. 116). Já no período da quarta dualidade, a questão nacional é outra. Rangel assim escreve: “a verdade, porém, é que a presente questão não é a mesma e sim outra, inserida noutra problemática, correspondente ao novo estágio do desenvolvimento” (p. 123), e que consiste no desafio de, em tendo posse de um parque industrial vigoroso e diversificado, com potencial produtivo utilizado apenas em parte, confrontar-se o país com o

---

<sup>94</sup> Publicado originalmente na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, volume 27, setembro de 1980.

problema de assegurar a utilização do potencial ocioso, para o prosseguimento do desenvolvimento econômico brasileiro. Ao fim, sustenta que no Brasil há a necessidade de constituição do capitalismo financeiro para a superação desta questão. Com isso, o autor nos aponta um caminho de sucessões de questões nacionais que são, em sua essência, os problemas que se devem superar para atingir o desenvolvimento nacional.<sup>95</sup>

A questão, como uma resposta da comunidade imaginada, é um empreendimento da crítica e do pensamento nacional acerca de como se formou o Brasil e de como se podem solucionar os problemas nacionais. A questão nacional, de forma imanente, pede uma resposta. Não é a resposta em si, contudo, é o caminho para se obter a compreensão de que esta seja para um preciso momento histórico. Neste caso, em particular, já se depara com uma dificuldade que lhe é própria: o bom exame da questão implica em uma assimilação de como se deu a formação econômica e social brasileira em sua amplitude e complexidade, agregando os mais diversas matizes da estrutura social, assim como os influxos de correntes de pensamento.

Embora a denominada questão nacional apareça com frequência em discursos, estudos e projetos, por demais das vezes trata-se, apenas, de ideias a serem aplicadas dentro das bordas nacionais, como se fosse um assunto restrito ao aspecto da escala. O que, nos parece, ao tratar desta forma, é deixar de extrair o grande potencial interpretativo e compreensivo que o tema nos permite angariar, embora, ressalta-se uma vez mais, para adentrar efetivamente à sua seara são etapas prévias indissociáveis, o assimilar do processo histórico, das linhas interpretativas que o influenciam, assim como dos problemas que precisam ser solucionados.

---

<sup>95</sup> A questão nacional está entre um dos principais temas tratado nas Ciências Sociais, envolvendo o enfrentamento de assuntos, considerando a formação socioeconômica brasileira, como a independência, o nacionalismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, a modernização, instituições, formação histórica, democracia e correntes de pensamento (liberalismo, corporativismo, autoritarismo, marxismo e seus desdobramentos e articulações), arranjos e pactos políticos, entre outros, arregimentando teóricos das mais diversas matizes e gerando estudos que procuraram interpretar o Brasil. Intrincada e complexa, esta questão, por si só, é um dilema e uma pergunta, que invariavelmente, procura dar solução para algo que é nacional. Carrega, em si mesma, os conflitos que existem no interior de uma comunidade nacional, na compreensão weberiana, propugnando uma resposta, uma solução, ou mesmo, em tom programático, um projeto.

Sendo assim, como bem dito por Paulo Arantes, além da dificuldade imposta pela diversidade de assuntos, a questão, invariavelmente, implica em entender sobre nação, nacionalismo e nacionalidade, temas que não costumam ter consenso. A ideia integrativa dessa miríade de ingredientes é a nação, que consiste no fundamento do poder político dentro de um estado nacional, sobretudo pelo fato de se apoiar no princípio da nacionalidade, ou seja, da função necessária entre nação e estado que imbrica o indivíduo ao estado, e, como ideia, foi imaginada por alguém ou por um grupo.

Em meados do século XIX, Giuseppe Mazzini salienta, especificamente no ano de 1835, que “uma nacionalidade compreende um pensamento comum, um direito comum, um fim comum: mas estes não são os elementos essenciais. Onde os homens não reconheçam um princípio comum, aceitando-o em todas as suas consequências, onde não haja identidade de objetivos entre todos, não existe nação”. Embora a questão nacional tenha por elemento nuclear e imanente a nação, ela não é essencialmente circunscrita à compreensão da nação. Como mencionado no início, envolve a dinâmica de vários campos do saber e de fenômenos sociais de maneira intermitente. Em síntese de particular qualidade, José Murilo de Carvalho diz que “por nação, entendemos então a formação de identidades coletivas”. E digo que é qualificada, justamente em razão de as sínteses exporem, em preciosas sentenças, um largo aspecto a ser conhecido. O processo de formação de identidades coletivas é complexo e multifacetado, e destrinchá-lo exige a compreensão do Estado, do povo que o compõe, de seu território, enfim, de elementos diversos para se assimilar como se deu a formação da identidade coletiva. Concepção que se coaduna a uma compreensão da questão nacional como um fenômeno que integra elementos no interior de um processo histórico.

Vale lembrar aqui de Ignacio Rangel, talvez o mais engenhoso intérprete brasileiro, que, certa feita, tratou de sucessivas questões nacionais. Fazendo uso de sua teoria da dualidade, que difere da ideia de dualismo entre moderno e arcaico, escreveu, já em idade madura, partindo da assimilação da transição de centros hegemônicos da economia mundial e os influxos que exerciam sobre o Brasil, lembrando, à sua maneira, até como Giovanni Arrighi expôs os ciclos

de longa duração em O Longo Século XX. Versou sobre as tensões entre o processo de industrialização e a necessidade de reforma agrária, no período de 1930, assim como a crise financeira do Estado e a demanda por um meio de intermediação financeira, que consistia na formação do capital financeiro no Brasil, nos anos de 1980.

Embora a reflexão de Rangel seja fortemente marcada pelo viés econômico, sua compreensão não fica delimitada por este campo do conhecimento, agregando, desde 1950, a ideia de cultura ao processo de desenvolvimento. E nos dizeres de Milton Santos, que nos parece importante endossar, a riqueza da compreensão rangeliana está na capacidade de assimilar o processo histórico brasileiro em sua complexidade. E acrescentamos nós, em sua dualidade.

Pode-se observar que no plano de atuação junto ao Estado, o trabalho de Rangel apresenta *questões nacionais* como assuntos de abrangência nacional, atinentes a uma questão de escala, como se pode extrair no plano elaborado no Conselho de Desenvolvimento (RANGEL I. , Plano Nacional de Desenvolvimento, 1962). Por outro lado, já em sua teorização, pode-se constatar uma ideia de questão nacional ampla e abrangente, a título exemplificativo, quando menciona a transição da “questão nacional” da industrialização para o desenvolvimento, apresenta elementos que a compõem, como soberania, planejamento, organização da capacidade ociosa, dinâmica das classes e dos grupos no poder, assim como a dinâmica dos ciclos econômicos, pois sem a devida compreensão deles, segundo Rangel, é impossível a aplicação efetiva de políticas econômicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se procurou demonstrar, a partir das ideias de Rangel, como se pode extrair de outras reflexões, é que nacionalismo e questão nacional não são o mesmo conceito. Noutras palavras, se atribuem ao nacionalismo a história das atitudes tomadas ao longo da vida nacional que refletem, por vezes de forma inexorável, o comportamento da economia nacional ante o mundo exterior, ou seja, das demais nações, assim como, da mesma forma, de maneira alternada e sucessiva, ciclos de “crescimento para dentro”, com períodos de “crescimento para fora”, alternando-se, na forma da economia política, a maneira que se manifestava o nacionalismo brasileiro.

O nacionalismo, em termos precisos, pode ser considerado como uma expressão fundamental da sociedade brasileira ante as demais nações, se manifestando em políticas denominadas como “reserva de mercado”, ou de forma genérica, no sentido de cobrir inclusive as atividades econômicas não mercantis ou naturais, de autarquicização ou manifestações de protecionismo.

De outra maneira, extraída da reflexão de Rangel, com ênfase em um setor e visando ampliar as posições econômicas (dentre outras) do Brasil, busca-se ampliar a presença nas cadeias globais de valor com base no que se definiu em “coeficiente de abertura” da economia, que já pode ser medido na comparação percentual do valor das importações, ante a oferta total de serviços, induzindo assim uma ampliação do percentual da participação do país na divisão internacional do trabalho.

Daí, um dualismo entre progressistas e conservadores por estas bandas. Para aquele que investiga em pesquisa algo mais despropositado do que uma conclusão a priori, entre duas atitudes que, afinal, podem demonstrar formas reais e concretas de manifestação do nacionalismo. Importante se torna, em condições assim, verificar qual melhor se adequa - em situações concretas e históricas -, às necessidades da realização e da defesa do interesse nacional. Assumir uma visão contrária aos dados concretos seria aplicar soluções anti-nacionais e contrárias à expansão tanto econômica como da presença brasileira no concerto das nações. Portanto, há momentos dos ciclos econômicos que induzem a assumir atitudes expansionistas, quando os dados concretos excluem

qualquer forma de crescimento econômico que não seja voltado para a utilização das capacidades internas ou mesmo dos recursos ociosos da economia. Despreza-se, desta forma, qualquer atitude isolacionista, nacionalista ingênua, quando a evolução dos ciclos e da economia mundial, assim como nas condições internas da nação, que delimitam a participação na divisão mundial do trabalho.

O que se quer expressar é que não há nenhum ecletismo, oportunismo ou mesmo pragmatismo destes termos em si. Mudar a atitude se faz necessário quando os elementos econômicos alteram, em razão dos ciclos, que se encerram e se iniciam. A economia brasileira se expande por efeito, próximo ou distante, do esforço de ampliação do intercâmbio internacional, entretanto há momentos em que não se pode desenvolver o país através de impulsos e forças endógenas, levadas às últimas forças, caso contrário nos tornaríamos em uma economia fechada.

Hoje em dia a ideia de nacionalismo econômico está associada com as condições políticas e econômicas propícias à industrialização. Entretanto, o que as ideias de Rangel nos mostram é que a ideia de questão nacional é mais complexa do que a usualmente utilizada. Não se trata de um assunto de escala que se adequa às bordas nacionais, tomando, por exemplo: a segurança pública é uma questão nacional. Pelo contrário, implica em uma compreensão que exige discernir como se postam os ciclos econômicos e de qual maneira influenciam o Brasil e de qual forma são as soluções apresentadas para empreender o desenvolvimento nacional.

Assim espera-se com o estudo resgatar a trajetória de um importante intérprete do Brasil, demonstrando as nuances e atividades diversas que realizou, assim como que estes foram elementos constitutivos de um pensamento *sui generis*. Rangel com sua forma de pensar e propor soluções aos problemas concretos denota um aspecto de pensamento que não fica limitado a teorias estrangeiras.

Foi possível constatar também que após se firmar como economista e publicar seus trabalhos, formou-se e desenvolveu quatro ondas de recepção das ideias do intérprete do Brasil. Assim identificamos as quatro etapas de

conhecimento a respeito dos estudos rangelianos. O primeiro é deflagrado com a publicação de *A Inflação Brasileira* de 1963, momento em que o economista passa a ser conhecido por um público de maior contingente. A partir desta obra se dá início a fase das *Análises Temáticas* do pensamento rangeliano, sobretudo no que se refere à inflação e à questão agrária, assunto recorrente nos estudos econômicos no Brasil, em que pese ser possível localizar poucos estudos abordando o tema da dualidade. Já na década de 1980, há a transição para um conjunto de *Análises Sistemáticas* do pensamento rangeliano, haja vista a substancial obra produzida pelo economista antes mesmo da publicação do livro de 1963, da qual estudiosos trazem para o centro da reflexão a tese da dualidade básica da economia brasileira, originária de 1953, mas publicada apenas em 1957. Tal trabalho apresenta uma compreensão da dinâmica capitalista no Brasil, jamais apresentada antes.

Já na década de 1990 constatou-se outra transição, quando se depara com as *Análises Totalizantes* ou com estudiosos considerando Ignacio Rangel como Intérprete do Brasil. E, por fim, um movimento em formação, de difícil constatação, é o de *Análises Instrumentais*. São aqueles estudos que se subsidiam das teses e conceitos rangelianos para instrumentalizar novas compreensões e interpretações de fenômenos sociais e econômicos.

Ao final, foi analisada a questão nacional sob a ótica de Ignácio Rangel. A conclusão, assim, buscou analisar de que maneira o trabalho rangeliano se integra ao paradigma da formação, e como o autor compreende a questão nacional de forma sistêmica e cíclica. Espera-se que o objetivo estabelecido para o estudo, em demonstrar que o pensamento de Ignacio Rangel está vinculado à questão nacional intrinsecamente, de maneira perene, tenha sido demonstrado a contento. Salientando em especial a forma que Ignacio Rangel trata a questão nacional, que é diferenciada, pois de maneira sistêmica e cíclica, teoriza em condições de demonstrar a inter-relação de instituições, ciclos e classes que constituem a questão nacional.

Desta forma, diante do cenário complexo que perpassa o Brasil, em que se identifica na geopolítica mundial um ciclo de transição hegemônico que envolve EUA e China, questiona-se a quais instrumentos teóricos e

interpretativos pode recorrer o pensamento brasileiro para analisar e formular soluções que darão condições a superação da semiestagnação econômica que já perdura 40 anos. Dada a qualidade do intérprete do Brasil aqui estudado, espera-se que este trabalho contribua a induzir novos estudos acerca do pensamento rangeliano e, como o intérprete assim o fez, provoque reflexões e soluções para problemas do desenvolvimento brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, L. F. Introdução. Em R. F. D'AGUIAR FURTADO, *Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos* (pp. 23-40). São Paulo: Companhia das Letras. 2009.
- ALONSO, A. CEBRAP: 50 ANOS *Pensando o Brasil. Novos Estudos CEBRAP*, v.38, nº 01, jan.-abr., 5-7. 2019.
- ARANTES, P. *Sentimento de dialética na experiência brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra.1992.
- \_\_\_\_\_. *Ressentimento de Dialética*. São Paulo: Paz e Terra.1996.
- ARANTES, P. E., & ARANTES, O. B. *O Sentido da Formação Hoje*. Praga, pp. 95-109. 04 de dezembro de 1997.
- BAPTISTA, K. A. *O CEBRAP como centro de referência para as Ciências Sociais nos anos sessenta*. Araraquara: Tese de doutorado em Sociologia na UNESP. 2009.
- BARBOSA, A. F. *O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Tese de Livre-docência apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP. 2017.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo de Almeida: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Tese apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Livre-Docente. 2017.
- \_\_\_\_\_. *O Pensamento Econômico e Sociológico sobre o Desenvolvimento no Brasil dos anos 1950/1960: Interações entre dois campos em formação*. Florianópolis: Paper apresentado ao 19º Congresso Brasileiro de Sociologia - SBS. 2019.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil Desenvolvimentista e a Trajetória de Rômulo Almeida*. São Paulo: Alameda Editorial. 2021.
- BARKER, E. *National Character and the factors in its formation*. London: Methecen. 1927.
- BASTOS, J. M. <https://bloginstitutoignaciorangel.wordpress.com/>. Fonte: Blog do Instituto Ignácio Rangel: <https://bloginstitutoignaciorangel.files.wordpress.com/2015/08/josc3a9-messias-bastos-rangel-e-a-geografia-3.pdf>. 01 de abril de 2017.
- BENITEZ, M. G. *Brasil central pecuário: interesses e conflitos*. São Paulo: Tese de doutoramento em Geografia pela FFLCH-USP. 1995.

BESSA, A. M., & Pinto, J. N. *Introdução à Política*. Lisboa: Editorial Verbo. 2001.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

\_\_\_\_\_. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

\_\_\_\_\_. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

\_\_\_\_\_. Ignácio Rangel. Em L. B. Pericás, & L. Secco, *Intérpretes do Brasil. Clássicos, Rebeldes e Renegados* (pp. 99 - 116). São Paulo: Boitempo. 2014.

\_\_\_\_\_. Ignacio Rangel. Em L. Pericás, & L. Secco, *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados* (pp. 99-116). São Paulo: Boitempo. 2014<sup>a</sup>.

BIELSCHOWSKY, R., & CASTRO, M. H. *Contribuições de Ignácio Rangel ao Pensamento Econômico Brasileiro*. Em I. RANGEL, *A Economia Brasileira Contemporânea (Coletânea de Ensaio)* (pp. 199 - 216). São Paulo: Bial. 1987.

BIELSCHOWSKY, R., BENJAMIN, C., & CASTRO, M. H. *Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário do seu nascimento*. Revista de Economia Política, vol. 34, n° 4 (137), outubro-dezembro, 527-543. 2014.

BONAVIDES, P. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros. 2011.

BOSI, A. *Ideologia e Contra Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

BOTELHO, A. *Sinal dos Tempos: anacronismo atualidade de Uma Literatura nos Trópicos*. Em S. SANTIAGO, *Uma Literatura nos Trópicos* (pp. 361-379). Recife: CEPE. 2019.

BRANDÃO, G. M. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: HUCITEC. 2007.

BRESSER PEREIRA, L. C. Prefácio à 3ª Edição. Em I. RANGEL, *A Inflação Brasileira* (pp. 7 - 10). São Paulo: Brasiliense. 1977.

\_\_\_\_\_. *Um Mestre da Economia Brasileira: Ignacio Rangel*. São Paulo: FGV - Texto de Discussão. 1992.

\_\_\_\_\_. *A interdisciplinariedade como forma de ver o mundo. 39º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: ANPOCS. 2015.

\_\_\_\_\_. *Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica*. Revista de Economia Política, vol. 29, n° 2 (114), 163 - 190. Abril-junho 2009.

BRESSER PEREIRA, L. C., & REGO, J. M. *Um Mestre da Economia Brasileira: Ignácio Rangel*. Em A. MAMIGONIAN, & J. M. REGO, *O Pensamento de Ignácio Rangel* (pp. 13 - 38). São Paulo: 34. (1998).

BRESSER PEREIRA, L.C. *Seis Interpretações sobre o Brasil*. Dados - Revista de Ciências Sociais - Vol. 25, nº 03, 1982, 269-306. 1982.

\_\_\_\_\_. *Do Estado Patrimonial ao Gerencial*. Em I. SACHS, J. WILHEIM, & P. S. PINHEIRO, *Brasil: Um Século de Transformações* (pp. 222-259). São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

\_\_\_\_\_. *A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34. 2016.

\_\_\_\_\_. *Entrevista com professor Luiz Carlos Bresser-Pereira*. (A. CAMPOS, Ed.) São Paulo: USP. 08 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. *Entrevista com professor Luiz Carlos Bresser-Pereira. Entrevista com Bresser Pereira sobre Ignácio Rangel*. (R. L. CAMPOS, Entrevistador, & A. CAMPOS, Editor) São Paulo: USP. 08 de agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na Economia Brasileira: Ignácio Rangel*. Revista de Economia Política - vol. 13 - nº 02 - abr. - jun., 98-119. 1993.

\_\_\_\_\_. *Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel revisitado*. Em F. M. HOLANDA, J. U. ALMADA, & R. Z. PAULA, *Ignácio Rangel, o Decifrador do Brasil* (pp. 122 - 152). São Luís: EDUFMA. 2014<sup>a</sup>.

BRUE, S. L., & GRANT, R. R. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Cengage Learning. 2016.

CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade. Estudos de Teoria e História Literária*. São Paulo: TA Queiroz. 2000.

CANO, W. Prefácio. Em I. RANGEL, *Ciclo, Tecnologia e Crescimento* (pp. 07-10). São Paulo: Civilização Brasileira. 1980.

\_\_\_\_\_. Prefácio. Em I. RANGEL, *Ciclo, Tecnologia e Crescimento (Coletânea de Ensaio)* (pp. 9 -14). São Paulo: Hucitec. 1979.

CARDOSO, C. F., & BRIGNOLI, H. P. *Os Métodos da História*. São Paulo: Graal. 2002

CARVALHO, F. C. *Agricultura e Questão Agrária no Pensamento Econômico Brasileiro 1950-1970*. Campinas: Departamento de Economia da UNICAMP (Dissertação de Mestrado). 1978

\_\_\_\_\_. *Nação e Cidadania no Império*. São Paulo: Civilização Brasileira. 2010.

CASTRO, M. H. *Nosso Mestre Ignácio Rangel*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas - Volume I* (pp. 15-36). Rio de Janeiro: BNDES. 2005.

\_\_\_\_\_. Nosso Mestre Ignácio Rangel. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas* (pp. 15-36). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento Celso Furtado. 2012.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. II - Funcionários do BNDE: Ignacio de Mourão Rangel. *Memórias do Desenvolvimento*, pp. 123-136. 01 de 01 de 2007

CHACON, V. Introdução. Em E. PORTELLA, *Brasil: condições de possibilidades* (pp. 09-34). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 2012.

\_\_\_\_\_. *Confissões de Ignacio Rangel*. Em J. ALMADA, F. M. HOLANDA, & R. Z. PAULA, *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil* (pp. 38-39). São Luís: EDUFMA. 2014.

CHAGAS CRUZ, P. R. *Um Estudo sobre Lenin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Economia da FEA-USP. 1992.

\_\_\_\_\_. *Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico no início dos anos 60*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP (Dissertação de Mestrado). 1980.

COMPARATO, F. K. *Saber combinar o específico e o universal*. Lua Nova n° 54, 97-101. 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS - Desenvolvimento e Conjuntura. *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste - II Volumes*. Garanhuns: Divisão de Estudos e Planejamento - SESI. 1959.

CORECON-RJ E SINDECON-RJ. Obras de Ignacio Rangel lançadas no Corecon. *Jornal dos Economistas*, pp. 8-11. 28 de maio de 2005.

CORRÊA, R. *Canção d'amigo para Ignacio Rangel*. São Luís: Engenho. 2015.

CPDOC, & Pereira, A. J. *Plano Vargas*. Rio de Janeiro: CPDOC. 1952

CRUZ, P. R. *Expansão e Crise no Brasil: as ideias pioneiras de Ignacio Rangel*. Em J. GRAZIANO DA SILVA, *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil* (pp. 241-266). Porto Alegre: UFRGS. 2000.

CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1982.

D'AGUIAR, R.F.. *Ideias na madrugada*. Carta Capital, 42-43. 14 de janeiro de 2015.

D'ARAÚJO, M. C. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*. São Paulo: Ática. 1992.

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da Industrialização no Brasil 1930 -1960*. São Paulo: Paz e Terra. 2004.

Emerson, R. *From Empire to Nation*. Cambridge: Harvard University Press. 1960.

FARIA, F. A. *Estado, desenvolvimento e crise no pensamento de Ignacio Rangel*. Estudos Ibero-americanos PUCRS, pp. 37-56. n° 02 de dezembro de 2000 - v. XXVI.

FARO, L. C., & COSTA, S. *O Evangelho do Desenvolvimento segundo Santo Ignacio*. Insight Inteligência - Ano VI - n° 23 - out/nov/dez, 87-105. 2003.

FARO, L. C., & SINELLI, M. *Ignácio Rangel: Elogio à Ousadia*. Rio de Janeiro: Insight Comunicação. 2014.

FERNANDES, A. D. *Ignácio Rangel: História, Política e Tecocracia no Brasil (1930-1960)*. Goiânia: Departamento de História da UFG (Tese de Doutorado). 2011.

FIGUEIREDO, L. *A Dualidade Básica da Economia Brasileira de Ignácio Rangel*. São Paulo: Departamento de História da PUC-SP (Dissertação de Mestrado). 2009.

FONSECA, P. C. *Nem Ortodoxia nem Populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira*. Em M. C. LIMA, *Os Boêmios Cívicos: A Assessoria Econômico-política de Vargas (1951-54)* (pp. 17-65). Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2013.

FONTINHA, R. *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Barreira. 1950.

FRANZINI, F. *À Sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada no Departamento de História da FFLCH-USP. 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1986.

FURTADO, C. *Brasil, A Construção Interrompida*. São Paulo: Paz e Terra. 1992

\_\_\_\_\_. *O Fator Político na Formação Nacional*. Estudos Avançados 14 (40), 7 - 12. 2000.

\_\_\_\_\_. *A saga da Sudene*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2009.

GADAMER, H.-G. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

----- . *Verdade e Método II*. Petrópolis: Vozes. 2011.

GALBRAITH, J. K. (1989). *O Pensamento Econômico em Perspectiva: Uma História Crítica*. São Paulo: Pioneira - EDUSP.

GONÇALVES, J. S. *A questão agrária como questão política: o "feudal" em Ignacio Rangel e o predomínio histórico das forças conservadoras*. Informações Econômicas, pp. 9 - 15. v. 23 n. 06 de junho de 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Que é Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense. 1980.

----- . *Progresso técnico e relações de trabalho na Agricultura*. São Paulo: HUCITEC. 1981.

----- . *Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: uma introdução à obra de Ignacio Rangel*. Em J. GRAZIANO DA SILVA, *Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil* (pp. 07-37). Porto Alegre: UFRGS. 2000.

GUIMARÃES, C. A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. , . *Revista de Economia Política*. v.14, n. 4, outubro-dezembro, 62-75. 1994.

HALEWELL, L. *O Livro no Brasil: Sua História*. 3ª Edição. São Paulo: EDUSP. 2017.

HECKER, A. *O Socialismo Possível: História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-196)*. São Paulo: UNESP. 1998.

HOBBSAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

HOLANDA, F. M., ALMADA, J., PAULA, R. Z., & (orgs.) *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA. 2014.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

IANONI, M., & QUINTAS, F. M. *Um Nacionalismo Democrático para o Século XXI*. *Revista de Economia Contemporânea* 19 (2), 331-337. 2015.

JABBOUR, E. *O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel*. *Economia e Sociedade, Campinas*, v. 26, n. 3 (61), pp. 561-583. dez de 2017.

----- . *O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel*. *Economia e Sociedade*, 561-583. 2017.

\_\_\_\_\_. *O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel*. Economia e Sociedade, v. 26, n. 03 (61), dez., 561-583. 2017.

\_\_\_\_\_. Emerge na China uma nova Formação Econômico-Social. Em E. K. JABBOUR, *China: Socialismo e Desenvolvimento* (pp. 095-125). São Paulo: Anita Garibaldi. 2019.

\_\_\_\_\_. *Ignacio Rangel na China e a "Nova Economia do Projeto"*. Campinas: Economia e Sociedade. 2019.

JÚNIOR, O. E. *A Trajetória Intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentado no Departamento de História da FFLCH-USP. 2019.

\_\_\_\_\_. *O Fundo de Alice Piffer Canabrava do IEBUSP*. São Paulo, São Paulo, Brasil. 2020.

KAHLMAYER-MERTENS, R. S. *10 Lições sobre Gadamer*. Petrópolis: Vozes. 2017.

KLÜGER, E. *Meritocracia de Laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. São Paulo: Tese de doutoramento apresentada no Departamento de Sociologia da USP. 2016.

LAGE, R. R., & EMERIQUE, L. P. <https://enhpgee.wordpress.com/>. Fonte: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico = Departamento de Geografia da USP: <https://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/raquel-rodrigues-lage1.pdf>. 10 de 11 de 2009.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e Transição: entre política e a profissão*. São Paulo: Tese de doutorado em Ciência Política apresentada na FFLCH-USP. 1999.

LEITE SOARES, P. P. *Quatro Interpretações sobre a crise dos anos 60*. São Paulo: FEA - USP (Dissertação de Mestrado). 1981.

\_\_\_\_\_. *Quatro Interpretações sobre a crise dos anos 60*. São Paulo: FEA - USP (Dissertação de Mestrado). 1981.

LIMA, M. C. *Os Boêmios Cívicos: A Assessoria Econômico-política de Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro: E-Papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2013.

LOUREIRO, M. R. *Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV. 1997. 1997.

MALTA M. M. (Coord.) *Ecos do Desenvolvimento: Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2011.

\_\_\_\_\_. *Ignácio Rangel e a categoria da dualidade básica: Uma interpretação do Brasil*. Em A. C. BOJIKIAN, N. A. FILHO, & (orgs.), *Cátedras para o Desenvolvimento: Patronos do Brasil* (pp. 465 - 482). Rio de Janeiro: IPEA. 2014.

\_\_\_\_\_. *Ecossistemas do Desenvolvimento: uma História do Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2011.

MAMIGONIAN, A. *Introdução ao Pensamento de Ignacio Rangel*. *GEOSUL*, pp. 63-71. N° 3 de 1° Semestre de 1987.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre as Raízes e Originalidade do Pensamento de Ignácio Rangel*. Em A. MAMIGONIAN, J. M. REGO, & (orgs.), *O Pensamento de Ignácio Rangel* (pp. 129 - 138). São Paulo: 34. 1998.

MAMIGONIAN, A., & CAMPOS, D. *O Pensamento de Ignacio Rangel*. Florianópolis: UFSC. 1997.

MAMIGONIAN, A., & REGO, J. M. *O Pensamento de Ignacio Rangel*. São Paulo: Editora 34. 1998<sup>a</sup>.

MANGABEIRA UNGER, R. *Uma proposta de empoderamento dos brasileiros*. Em C. GOMES, *Projeto Nacional: o dever da esperança* (p. 14). São Paulo: LeYa. 2020.

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo - Rio de Janeiro: Polis & Vozes. 1984.

MANTEGA, G., & REGO, J. M. *Conversa com Economistas Brasileiros II*. São Paulo: Editora 34. 1999.

MARX, K. H. *Trechos Escolhidos de Filosofia*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino. 1946.

MELLO E SILVA, L. *Dois clássicos em um*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 20 N° 57*, 177-180. 2003.

MITIDIARI, T. L. *Ignacio Rangel e o problema da Inflação na Macroeconomia Brasileira da industrialização*. Em F. M. HOLANDA; J. ALMADA, & R. Z. PAULA, *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil* (pp. 276-291). Maranhão: EDUFMA. 2014.

MORAES, D. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo. 2012.

MORENO, O. P., & MODENESI, A. d. *A curva de Rangel: origem, desenvolvimento e a formalização de Bresser-Pereira e Nakano*. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 34 (137), 565-586. 2014.

- MOTTA, M. S. *Os "boêmios cívicos" da Assessoria Econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-1954)*. Em M. S. MOTTA, *História Oral: história, cultura e poder* (pp. 01-13). Juiz de Fora: CPDOC-FGV. 2005.
- NAKANO, Y., & BRESSER-PEREIRA, L. C. *Inflação e recessão*. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- NETTO, A. D. Entrevista biográfica e sobre pensamento econômico de Ignacio Rangel. (R. L. CAMPOS, Entrevistador). 30 de outubro de 2019.
- OLIVA, O. M. *Brasil: O amanhã começa hoje*. São Paulo: Expressão e Cultura, 2002.
- OLIVEIRA, F. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Estudos CEBRAP 2. 1972.
- \_\_\_\_\_. *Crítica à Razão Dualista O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Noiva da Revolução Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe*. São Paulo: Boitempo. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Francisco Cavalcanti de Oliveira*. Em G. MANTEGA, & J. M. REGO, *Conversa com Economistas Brasileiros II* (1ª ed., pp. 91-118). São Paulo: 34. 1999.
- OLIVEIRA, F., & REICHSTUL, H. F. *Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*. Estudos CEBRAP 04, 132-168. 1974.
- OREIRO, J. L. *Estratégias de Desenvolvimento e Coalisção de Classes na Obra de Bresser-Pereira*. Cadernos do Desenvolvimento, v. 09, n. 15, jul-dez, 191-196. 2015.
- OREIRO, J. L., PAULA, L. F., & SOBREIRA, R. *Moeda e Sistema Financeiro: Ensaio em Homenagem a Fernando Cardim de Carvalho*. Santa Maria, RS: UFSM. 2019.
- PAIM, A. *Brasiliana Leve: Uma Coleção para difundir a Historiografia Nacional*. Brasília: Edições do Senado Federal. 2019.
- PAIM, G. *Ignacio Rangel - um intérprete original da realidade brasileira*. Em D. CAMPOS, & A. MAMIGONIAN, *O Pensamento de Ignacio Rangel* (pp. 6 - 16). Florianópolis: UFSC. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ignácio Rangel - Um Intérprete da realidade brasileira*. Em D. CAMPOS, & A. MAMIGONIAN, *O Pensamento de Ignácio Rangel* (pp. 06-16). Florianópolis: FBB/CNPq/PPGG-UFSC. 1997.

PAULA de, L. F. *Luiz Fernando de Paula*. Fonte: [www.luizfernandodepaula.com.br](http://www.luizfernandodepaula.com.br): <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/macroeconomia-do-desenvolvimento-e-o-estruturalismo-latino-americano-crangel-2017.pdf>. 10 de 10 de 2017.

----- *Luiz Fernando de Paula*. Fonte: [www.luizfernandodepaula.com.br](http://www.luizfernandodepaula.com.br): <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/pensamento-desenvolvimentista-no-brasil-crangel.pdf>. 07 de 04 de 2017<sup>a</sup>.

PEDRÃO, F. A. *Ignácio Rangel e a Razão Contestatória*. Em T. SZMRECSÁNYI, F. d. COELHO, & (orgs.), *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo* (pp. 355 - 356). São Paulo: Atlas. 2007. 1914-1994.

PEREIRA, H. C., & CARVALHO, A. R. *A Controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignácio Rangel e a Inflação Brasileira*. *História Econômica e História das Empresas* - vol. 22 - n<sup>o</sup> 02 , 523-550. 2019.

PEREIRA, M. F. *Ignácio Rangel e o Projeto Nacional de Desenvolvimento*. São Paulo: EAESP-FGV (Dissertação de Mestrado). 1982.

PEREIRA, R. M. *A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas ideias de Ignácio Rangel*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Geografia da FFLCH-USP. 1997.

POCOCK, J. G. *Linhagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP. 2003.

PONTES, H. *Retratos do Brasil: editores, editoras e 'Coleções Brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50*. BIB, Rio de Janeiro, n<sup>o</sup> 26, 56-89. 2<sup>o</sup> semestre de 1988.

PORTELLA, E. Apresentação à 2<sup>a</sup> edição. Em I. RANGEL, *Inflação Brasileira* (pp. V-VII). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1963

----- O argumento Tempo Brasileiro. *Estudos Avançados*, 239-246. 2010: 24; (69).

RAMOS, A. G. *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1957.

----- Apresentação. Em I. RANGEL, *Dualidade Básica da Economia Brasileira* (pp. 05-12). Rio de Janeiro: ISEB-MEC. 1957.

RANGEL, I. *A Conjuntura no Brasil desde 1822*. *Conjuntura Econômica*, ano II, n<sup>o</sup> 04. 1948.

----- *Boa Vontade*. Panflêto, pp. 15-16. 1<sup>a</sup> Semana de Junho de 1948.

- \_\_\_\_\_. *Boa Vontade*. Pânflêto, nº 42, 1º Semestre, Junho, 15-16. 1948.
- \_\_\_\_\_. *Intervencionismo e Livre Empresa*. Digesto Econômico, nº 60, 32-34. 1950.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura ou Indústria ou o que é o Subdesenvolvimento*. Digesto Econômico v.09 n. 99, 70-74. 1953.
- \_\_\_\_\_. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1953.
- \_\_\_\_\_. *Duplicidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: BNDE. 1953
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Chile: CEPAL. 1954.
- \_\_\_\_\_. *Industrialização e Agricultura*. Econômica Brasileira, v. 06, nº 04,, 248-249. 1955.
- \_\_\_\_\_. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB. 1957.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria Progresso. 1957
- \_\_\_\_\_. *Elementos da Economia do Projeto*. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia. 1959
- \_\_\_\_\_. *Financiamento dos Empreendimentos Regionais*. Em C. N. Indústrias, *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste - Volume 02* (pp. 416-460). Garanhuns: Desenvolvimento e Conjuntura. 1959<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Apontamentos para o 2º Programa de Metas*. Recife: CODEPE. 1961.
- \_\_\_\_\_. *A Inflação Brasileira*. Econômica Brasileira, nº 02, vol. VIII, 120-130. 1962.
- \_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República do Brasil. 1962.
- \_\_\_\_\_. *Inflação Brasileira*. Rio de Janeiro: TB Edições. 1963.
- \_\_\_\_\_. *Recursos Ociosos*. Rio de Janeiro: Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República - Volume I - Coleção Getúlio Vargas. 1963.
- \_\_\_\_\_. *Inflação sozinha não leva ao abismo*. Mundo Econômico - outubro, 39-41. 1968.
- \_\_\_\_\_. *A Inflação Brasileira*. Em F. SÁ JÚNIOR, *Inflação e Desenvolvimento: Caminhos Brasileiros 03* (pp. 263-288). Petrópolis: Vozes. 1970.

- \_\_\_\_\_. *Evolução do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC. 1974.
- \_\_\_\_\_. *A Inflação é uma defesa*. R. Veja, Entrevistador. 06 de outubro de 1976.
- \_\_\_\_\_. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.
- \_\_\_\_\_. *História Oral*. CPDOC-FGV, Entrevistador. 1982
- \_\_\_\_\_. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo. Bial. 1987.
- \_\_\_\_\_. *Entrevista com Professor Ignacio de Mourão Rangel*. A. MAMIGONIAN, M. D. BUSS, R. F. PEREIRA, J. M. BASTOS, & E. V. MACHADO, Entrevistadores. Outubro de 1987.
- \_\_\_\_\_. *Entrevista com o Professor Ignacio de Mourão Rangel*. A. MAMIGONIAN, M. D. BUSS, R. F. PEREIRA, E. V. MACHADO, & J. M. BASTOS, Entrevistadores. Outubro de 1987<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Salvador: Bial. 1990
- \_\_\_\_\_. *O Projeto e a Conjuntura*. Rumos - Março e Abril, 11-14. 1991
- \_\_\_\_\_. *Um Fio de Prosa Autobiográfica com Ignacio Rangel*. São Luís: IPES/UFMA/SIOGE. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Um fio de prosa autobiográfica om Ignacio Rangel*. São Luís: SIOGE. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Ignacio Rangel, depoimento*. CPDOC. C. H. Oral, Entrevistador 1991<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Um Fio de Prosa autobiográfica com Ignacio Rangel*. São Luís: SIOGE. 1991<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. São Paulo: São Paulo. 1999
- \_\_\_\_\_. *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas - Volume I* (pp. 285 - 354). Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas* (pp. 255-408). Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e Projeto*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas* (pp. 203 - 284). Rio de Janeiro. Contraponto.2005.
- \_\_\_\_\_. *O Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Em I. RANGEL, *O desenvolvimento Econômico no Brasil* (pp. 39 - 128). Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

\_\_\_\_\_. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2005.

\_\_\_\_\_. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas - Volume I* (p. 450). Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

\_\_\_\_\_. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas* (pp. 447 - 550). Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

\_\_\_\_\_. *Revisitando a Questão Nacional*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas = 2 Volumes* (pp. 115 - 125). Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

\_\_\_\_\_. *A Inflação Brasileira*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas - Volume I* (pp. 551-680). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2012.

\_\_\_\_\_. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas* (pp. 285-354). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento Celso Furtado. 2012.

\_\_\_\_\_. *O Segundo Programa de Metas*. Em I. RANGEL, *Obras Reunidas - Volume II* (pp. 479-482). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2012.

\_\_\_\_\_. *Os ciclos na economia brasileira*. *Conjuntura Econômica*. Ano II, nº 05, maio 1948.

\_\_\_\_\_. *A Inflação Brasileira*. *Desenvolvimento e Conjuntura*, ano VII, nº 09, 19-25. dezembro de 1963

\_\_\_\_\_. *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

RENAN, E. *Ouvertes Complètes*. Paris: Calmann-Lévy. 1882.

RIBEIRO, D. *O Brasil como problema*. São Paulo: Renovar. 1999.

\_\_\_\_\_. *Dionísio Dias Carneiro: depoimento* CPDOC. (C. E. SARMENTO, & V. ALBERTI, Entrevistadores) 05 de setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. *O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil*. 4ª edição: Global Editora, 2022.

RICUPERO, B. Prefácio. Em R. MARINO, *Formação e Forma no Pensamento Brasileiro*. Curitiba: Appris. 2020.

RODRIGUES, F. d. *O Papel da Questão Agrária no Desenvolvimento do Capitalismo Nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e Autores Pecebistas*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP (Dissertação de Mestrado). 2005.

- RODRIGUES, J. H. *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1970.
- ROSA, G. *Uma Entrevista com Guimarães Rosa*. (G. LORENZ, Entrevistador) junho de 03 de 1971.
- ROSSINI, C. *Introdução a Um Fio de prosa autobiográfica com Ignacio Rangel*. Em I. RANGEL, *Um Fio de prosa autobiográfica com Ignacio Rangel* (pp. 15-36). São Luís: IPES/UFMA/SIOGE. 1991.
- RUBIN, I. I. *A History of Economic Thought*. London: Pluto Press. (1929) 1989
- SÁ JÚNIOR, F. Apresentação. Em F. SÁ JÚNIOR, *Inflação e Desenvolvimento: Caminhos Brasileiros 03* (pp. 05-11). Petrópolis: Vozes. 1970.
- SAES, A. M., RIBEIRO, M. A., & SAES, F. A. (2017). *Rumos da História Econômica do Brasil*. São Paulo: Alameda.
- SAES, F. A. *A Obra de Alice Canabrava na Historiografia Brasileira*. História Econômica & História de Empresas II. 2, 41-61. 1999.
- SAMPAIO, F. d. *Made in Brazil: dinâmica sócioespacial da indústria citrícola paulista*. São Paulo: Tese de doutoramento em Geografia pela FFLCH - USP. 2003
- SANTIAGO, S. *35 Ensaio de Silviano Santiago*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.
- \_\_\_\_\_. *O entrelugar do discurso latino-americano*. Em S. SANTIAGO, *35 Ensaio de Silviano Santiago* (pp. 23-37). São Paulo: Companhia das Letras. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Um Entre-lugar no discurso latino-americano*. Em S. SANTIAGO, *Uma Literatura nos Trópicos* (pp. 09-30). Recife: CEPE. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Uma Literatura nos Trópicos*. Recife: CEPE. 2019.
- SANTOS, A. P. *Periferia, Dualidade Básica e Questão Agrária em Ignácio Rangel*. São Carlos: Departamento de Ciência Política da UFSCAR (Dissertação de Mestrado). 2017.
- SANTOS, M. *Aula inaugural do curso de pós-graduação em Geografia na USP - base em Ignacio Rangel*. São Paulo, USP – FFLCH – Departamento de Geografia – Pós-graduação, Brasil. 2000
- \_\_\_\_\_. *O Estado-nação como espaço, totalidade e método*. Em M. SANTOS, *Da Totalidade do Lugar* (pp. 43-54). São Paulo: EDUSP. 2014
- SOARES, P. d. *Ciclos na Economia Brasileira: segundo Ignacio M. Rangel*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. 1977

\_\_\_\_\_. *Convergências entre Ignacio Rangel e Delfim Netto: uma leitura com base em Lênin*. Em F. M. HOLANDA, J. ALMADA, & R. Z. PAULA, *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil* (pp. 162-201). São Luís: EDUFMA. 2014

SORÁ, G. *Brasileiras: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: EDUSP. 2010

SPENGLER, O. *A Decadência do Ocidente. Segunda Edição*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

STALIN, J. *Marxism and the national e colonial questions*. London: Lawrence. 1935.

SUDENE - GTDN. *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*. Recife: SUDENE. 1967

TAVARES, M. d. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre o problema do financiamento numa economia em Desenvolvimento - O caso do Brasil*. Em M. d. TAVARES, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira* (pp. 125 - 152). Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. Maria da Conceição Tavares. Em C. BIDERMAN, L. F. COZAC, & J. M. REGO, *Conversa com Economistas Brasileiros I* (pp. 127-151). São Paulo: Editora 34. 1997. 1930.

TEIXEIRA, C. S. *A Economia Política de Transformação do Nordeste: de Furtado a Unger*. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 70, jan./abr. , 201-2014. 2014.

\_\_\_\_\_. *Modos de Explicar o Brasil: o estruturalismo lógico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger*. Sinais Sociais - Rio de Janeiro - v. 10 n. 28 - maio-agosto, 55 - 79. 2015.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. *Revista Archétypon. A Grande Obra de Ignacio Rangel*. Rio de Janeiro, Brasil. 1995

VARGAS, G. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1951

\_\_\_\_\_. *Plano Vargas*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Assessoria Econômica da Presidência da República. 1953

VIDIGAL, L. *BNDES: Um estudo de Direito Econômico*. São Paulo: Liber Arts. 2019

VILLAR, M. d., & HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.



**ANEXO**

Plano Vargas (VARGAS, Plano Vargas, 1953).

Fonte: CPDOC-FGV

ESBOÇO DO PLANO

Notas preliminares:

Presupostos políticos  
Lançamento do Plano

Objetivos

Organização básica

Saneamento Financeiro  
Modernização do Orçamento Público  
Reforma do código de contabilidade  
Organização da iniciativa pública nas atividades industriais  
e rentáveis  
Saneamento e organização administrativa  
Reestruturação da administração  
Cooperação e auxílio federal aos Estados e Municípios  
Política monetária  
Orientação dos capitais, *inc. crédito.*  
Perigo de super-investimento  
Reformas tributárias  
Política comercial e cambial  
Preparação de quadros de alta categoria para a administração  
e os grandes empreendimentos econômicos e sociais  
Pesquisas e levantamento dos recursos do País  
Reformas na legislação substantiva

*Atualização do  
sistema  
estatístico*

Política Nacional de Energia

Programa do Petróleo Nacional  
Programa Nacional de Eletrificação  
Programa do Carvão Nacional  
Programa de Energia Florestal

Programa de Aperfeiçoamento dos Transportes e Comunicações

Programa de Silos, Armazens, Frigoríficos e Matadouros industriais

*Pesca*

Programa de Fomento Agrícola

Reforma Agrária

Indústrias básicas

Planos Regionais

Programas econômico-sociais

PLANO VARGAS

(Notas preliminares)

Presupostos políticos

O esforço de organizar a Administração e aparelhar o País não apresenta prontos resultados, e encontra dificuldades nas solicitações imediatistas das massas e no estado de suspicácia nacional, bem como no regime de composição política e na resistência do sistema de clientelas eleitorais.

Entretanto, a crise presente só fará se agravar sem a solução dos problemas de base. O lançamento idôneo, respeitável, de fórmulas para a solução dos grandes problemas, terá o efeito, quando menos, de polarizar a atenção do Congresso e do País para a discussão de problemas objetivos, e tornará patente o interesse do Governo por esses problemas de base—o que é sensível ao povo.

A formulação de um Plano, com o encadeamento de diferentes e sucessivos programas é de molde a afastar desconfianças e possibilitar alianças políticas em torno do Presidente, sobretudo se a opinião pública acompanhar, com uma divulgação adequada, o trabalho do Governo.

Afinal, só o lançamento dessa política organizada de organização e desenvolvimento, já iniciada, e que nos próximos meses se ampliaria e sistematizaria, é capaz de dar resultados concretos brilhantes nos dois últimos anos do atual período presidencial.

O governo cometeu o erro de acreditar em soluções prontas e de anunciá-las (particularmente no tocante ao custo da vida), sem embargo das condições negativas encontradas, que, segundo a opinião autorizada de muitos, só poderiam ter solução lenta. Agora, é indispensável superar a decepção das massas com uma apresentação sincera e dramática do muito que tem feito (e inclusive talvez do seu equívoco), mostrando, com a revisão da sua experiência, um quadro convincente de programas, em execução e de programas complementares projetados, mas realmente exequíveis, indicando-se as condições preparadas para isto, os quais ganhem a confiança dos círculos influentes e da própria massa, transferindo suas exigências imediatas para expectativas seguras e atitude de colaboração com o Poder Público.

A desagregação da opinião pública não torna essa tarefa fácil. Não possibilita talvez o êxito desejado. Muito pior, porém, se não se lançar adequadamente um convincente Plano de governo. É possível até que este exerça um papel acima das expectativas.

Cumpra, porém, anteciper-se ao período de crescente agitação e negociação pre-eleitoral no Congresso, e, de mesmo passo, resistir quanto possível ao retalhamento dos recursos públicos e à barganha de favores.

Assegurado o Executivo com um conjunto de medidas, umas fundamentais, outras secundárias, passará o Presidente a dominar firmemente a situação pre-eleitoral.

---

Enquanto as decisões são tomadas pelo Congresso, é inevitável um retalhamento de poder (e favores) para assegurar as maiorias e evitar agitações parlamentares e perturbadoras.

Ao Governo é fundamental, na base de uma composição capeada por um programa, fazer passar mais rapidamente possível todas as leis básicas de que precisa, a fim de libertar-se da pressão do Congresso no período de reeleição dos congressistas, quando estes necessitarão do máximo, mesmo com dano irremediável da respeitabilidade do Governo diretamente perante a opinião pública.

As eleições presidenciais serão um ano

depois da renovação do Congresso. Sobretudo no caso de partidos com significação ideológica, ou no caso pessoal do Presidente Vargas, é hoje mais importante a ação direta sobre o eleitorado, a confiança da opinião pública, do que o domínio indireto através chefes distritais e municipais, no comum exigentes e insurrectos.

À declinante importância dos intermediários políticos nas decisões eleitorais, se contrapõe a importância permanente da opinião técnica - quadros estáveis da elite do funcionalismo, das forças armadas e das grandes organizações representativas privadas.

Esta gente tem influência marcante na imprensa e na opinião ponderável, e sua maior confiança e entusiasmo representam fatores de êxito na ação administrativa e nas grandes realizações do governo e do País durante um período governamental.

Medidas de acomodação, de favor e de eleição individual, mal vistas nesses meios, tem efeito negativo na atitude desses quadros, na ação executiva ou nas manifestações de opinião.

Ao contrário, o estabelecimento de programa, a seleção pelo mérito, a impressão de esforço administrativo acima de preocupações políticas, são muito sensíveis a esses quadros.

---

Outro ponto importante a considerar é o de que a consciência política dos Estados, dos municípios e dos meios rurais se emancipou e está militante — donde a necessidade de libertar-se o Governo da pressão política e da influência envolvente de centros metropolitanos e das instituições tradicionais.

Ainda hoje se mantêm práticas (COFAP, SAPS, programas de casa popular, subsídios diversos) de tudo dar ao Rio e às vezes à cidade de São Paulo e quase nada ao resto do País, com o que se procura acalmar a ruidosa opinião pública dos grandes centros, mais próxima dos cuvidos do Poder, e sobretudo a imprensa do Rio de Janeiro, mas se estimula o maior exodo para essas grandes cidades e o agravamento dos seus problemas (além dos problemas nacionais), e se consegue irritar as populações, já conscientes, dos centros periféricos.

---

LANÇAMENTO DO PLANO

- I - Publicação do Plano, nas suas linhas mestras e objetivos básicos, indicando o que já foi feito, a necessidade que sentiu o Governo de rever sua experiência e de traçar um plano conjunto, com organicidade, a-fim-de, com o apoio das forças políticas e sociais, assegurar coerência e continuidade (fugir à tendência à dispersão e descontinuidade característica do regime de composições).
- II - Obter apoio das forças políticas, e admitir alterações secundárias por sugestão delas.
- III - Convocar técnicos e representantes de governos, partidos e entidades privadas para rever detalhes dos diversos programas (meio de divulgar, obter informações e conselhos úteis, arregimentar o apoio das elites).
- IV - Publicar em folhetos especiais as várias seções.
- V - Manter um grupo para fazer reportagens sobre aspectos das realizações e programas.
- VI - Campanha para conhecimento, discussão pública e apoio político para os projetos, atra-

## PLANO

### Objetivos

*orientar a iniciativa*

O Plano Vargas se destina a:

- I - organizar o País e a administração federal para uma fase nova de maior desenvolvimento interno e projeção no cenário mundial;
- II - aparelhar os setores fundamentais da economia brasileira, de sorte a elevar a produção, reduzir os custos, ampliar o abastecimento, elevar os salários reais; melhorar as condições de independência econômica e de defesa nacional;
- III- projetar e promover o desenvolvimento das várias regiões, de uma forma harmônica e equilibrada;
- IV- elevar as condições de vida do povo, dar possibilidades de acesso social, reduzir as desigualdades sociais.

O Plano corresponde ao programa de base anunciado nos discursos de propaganda eleitoral e nas mensagens anuais de 1951 e 1952, na abertura do Congresso.

Pressupõe o Plano o estabelecimento de prioridades, ou seja, o sacrifício de objetivos secundários pelos fundamentais, ou seja: a superação da mentalidade vigente de retalhar os pobres recursos do País no afan de querer fazer tudo para todos ao mesmo tempo.

Grande parte do Plano já está em comêço de execução, como mostrou a Mensagem de março de 1952 e é notório. Um resumo das realizações no sentido do Plano é feito na parte expositiva.

A elaboração agora do Plano corresponde ao desejo de revêr a experiência da administração no ano e meio decorrido e de conta tenar e completar, num todo sistemático e orgânico, os progrã

vés dos partidos, rádio, jornais, folhetos ,  
filmes.

VII - Campanha para a cooperação pública efetiva  
na realização do Plano em geral (esforço de  
poupança e austeridade) e de cada um dos pro  
gramas.

mas do governo.

#### NOTA PRELIMINAR

O objetivo I é uma consequência dos demais, mas ao mesmo tempo é uma condição para atingir os objetivos mais concretos e sensíveis (II e III), que por sua vez são fundamentais para se atingir o objetivo IV, que corresponde à finalidade social do Plano.

É preciso dar relevo ao objetivo I, por si mesmo, fazê-lo compreender, valorizá-lo diante da opinião pública, até mesmo pela honestidade de procurar sanear as finanças e a administração, quando a opinião nacional não dá a devida importância a essas tarefas. Acresce que muitas das medidas do governo darão frutos no futuro (o Presidente está plantando carvalhos). É preciso, portanto, que o público confie nos efeitos futuros das medidas do Governo, aceite a impossibilidade de grandes soluções imediatas e assim reduza sua natural impaciência e insatisfação.

Trata-se de uma campanha inteligente de propaganda, de importância fundamental para o Governo, mas que corresponde a uma verdadeira campanha educativa, no sentido da elevação de padrões e julgamento político (e administrativo) no Brasil.

Esta campanha tem ainda o efeito de combater a mística da simples gesticulação administrativa, com a realização de pequenas coisas à custa de prejuízos maiores invisíveis, decorrentes da desonestidade e da desorganização administrativa.

Note-se que acreditamos firmemente na melhoria geral das condições de abastecimento e de preços, se prosseguir a política iniciada, nas linhas indicadas neste plano. Mas isso não é rápido e há sempre um grande potencial de insatisfação, face ao crescimento das aspirações e à impossibilidade de eliminar tão cedo as grandes manchas de miséria na população brasileira, potencial esse que as oposições procurarão sempre deflagrar e exacerbar.

O Plano não é um catálogo de promessas de cumprimento impossível ou duvidoso, para provocar divulgação estrepitosa quando do seu lançamento e alimentar depois o descrédito na fase de sua execução.

Ao contrário, o Plano deve ser razoável, com certa austeridade, de sorte a vencer o ceticismo e se impôr à confiança pública à medida que passam os meses.

Não é que ele se realize matematicamente - o que seria impossível, até mesmo num Plano elaborado com perfeito rigor técnico, pelo número de variáveis que operam, algumas e decisivas de origem internacional. Mas é preciso que a opinião culta e a popular sintam segurança, previsão, e responsabilidade, exequibilidade e afinal a própria eficácia do Plano.

## I - Organização básica

A reorganização básica corresponde à necessidade de ordenar as instituições administrativas e financeiras, e adotar algumas medidas de interesse geral fundamentais para todo o Plano e para o desenvolvimento do País. Por si mesmo, esse programa de reorganização básica constituiria tarefa de um grande Governo.

A organização básica corresponde aos seguintes objetivos:

- corrigir defeitos da máquina administrativa e do setor financeiro estatal, que vêm causando sérios prejuízos à eficiência do Estado e do País;
- estancar a inflação e orientar os recursos do País para as aplicações de maior interesse geral;
- estabelecer condições mais eficientes para a iniciativa governamental, inevitável na economia atual, e para a colaboração entre a União, os Estados, Municípios e particulares, para a coligação de esforços e recursos visando ao maior desenvolvimento do País;
- ajustar, nessas condições, as instituições administrativas e financeiras às necessidades da economia moderna;
- dar estrutura à política monetária, à política Comercial e cambial, tendo em vista orientar a iniciativa privada de maneira segura, contínua e conveniente ao desenvolvimento do País;
- preparar quadros para a alta administração e a condição dos grandes empreendimentos;

- preparar definitivamente o deslocamento da Capital da República para um ponto exequível a curto prazo, tendo em vista:

- a) aliviar o Rio de Janeiro de insuportáveis condições de congestionamento e assegurar-lhes perfeita autonomia e responsabilidade;
- b) propiciar ao País os benefícios da irradiação civilizadora e os outros decorrentes da fixação da Capital em uma cidade central.

Este programa compreende:

Saneamento Financeiro:

- Estabelecimento efetivo do sistema de equilíbrio orçamentário, com a preparação de orçamentos prudentes e a redução ao mínimo indispensável dos créditos adicionais ou orçamentos paralelos para cuja cobertura não haja previsão específica de receita;
- Pagamento de atrasados do Tesouro, ou não constantes de orçamento, correspondendo:
  - a compromissos de pessoal não constantes do orçamento de 1951;
  - a compromissos de obras feitas sem previsão orçamentária;
  - a exercícios findos;
  - a pagamentos de obras feitas com financiamento bancário.
- pagamentos das dívidas das autarquias ao público;
- Pagamento, ou acerto de contas, das dívidas de umas autarquias a outras;
- Pagamento das dívidas do Tesouro às instituições de previdência social.
- Realização de obras e compras para que haja recursos previstos, com empenho dos recursos, para pagamento pronto.

### Modernização do Orçamento Público

- Unificação e racionalização do Orçamento de obras e outros investimentos públicos:
- fusão do orçamento comum de obras e equipamentos e de serviços e encargos com o chamado Plano Salte, generalizando as condições legais dêste, e estabelecendo organicidade ao conjunto;
- estabelecimento de um sistema de controle de custos e outros resultados das inversões públicas, aproveitando para isso o aparelhamento técnico da atual administração do Plano Salte;
- Estabelecimento de um orçamento geral, e do balanço geral, unificando o orçamento ordinário, os orçamentos paralelos e as contas das autarquias e da participação da União em outros organismos descentralizados, sem prejuízo das respectivas autonomias, de sorte a permitir um controle global dos recursos e da ação do Estado federal;
- Relacionamento dêsse orçamento ou balanço geral com o orçamento geral da economia nacional e a renda nacional, e assim com o planejamento geral da nossa expansão econômica;
- alterar, nas bases acima, o atual sistema de controle orçamentário e contábil da União.

### Reforma do código de contabilidade

- para dar maior flexibilidade e responsabilidade na aplicação dos dinheiros públicos, reduzindo os custos da máquina administrativa e das obras públicas.

### Organização da iniciativa pública nas atividades industriais e rentáveis

- Estabelecimento do controle técnico-econômico-contábil de gestão das empresas públicas;
- Estabelecimento de bases financeiras mais flexíveis e eficientes.
- Melhor enquadramento e coordenação na estrutura administrativa.

### Saneamento e organização administrativa

- Restabelecimento do sistema do mérito na seleção e promoção no serviço público, a-fim-de assegurar-lhes bases democráticas e eficientes;
- Aumento da remuneração dos funcionários com redução, ao menos relativa, do seu número e melhor seleção e eficiência;
- Eliminação de serviços já sem função, simplificação de rotinas.
- Melhorias no funcionamento do serviço público, tendo em vista:
  - a) atender melhor o público;
  - b) reduzir exigências, complicações e sobre-custos para as partes;
  - c) reduzir os custos não só de pessoal, mas também de material, inclusive espaço ocupado;
  - d) reduzir o tempo de processamento dos papéis.

### Reestruturação da administração

- Reestruturação do quadro de Ministérios e órgãos autônomos, e dos órgãos de coordenação, a-fim-de

evitar duplicação ou multiplicidade, descoordenação ou competição paralizante, e de ajustar a administração às necessidades atuais, promovendo uma maior soma de esforços para a solução dos grandes problemas nacionais.

Esta reestruturação compreenderá:

- Criação do Ministério da Saúde Pública, para dar maior impulso às campanhas sanitárias.
- Criação do Ministério da Indústria e do Comércio, para melhorar a distribuição das funções econômicas de administração federal.
- Reforço do Ministério da Agricultura.
- Transformação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- Criação de um Conselho de Política Econômica para coordenar a ação dos ministérios que tratam de questões econômicas e que será o órgão deliberativo do Plano, para todo o setor econômico.
- Estudo de todo o quadro dos ministérios e órgãos autônomos tendo em vista dar melhor estrutura à administração federal, e subordinação aos minis-

térios de órgãos autônomos ora diretamente subordinados ao Presidente da República, criação de novos ministérios, se necessário, e estabelecimento de melhor coordenação entre os vários setores da administração.

Cooperação e auxílio federal  
aos Estados e Municípios

O governo federal deverá prosseguir a intensificar a cooperação, nos campos financeiro e administrativo, com os governos dos Estados e até dos municípios, trazendo-os mais para a liderança federal e tendo em vista:

- evitar a competição desordenada no mercado de capitais e dos recursos técnicos para investimentos públicos;
- evitar o agravamento da tributação local reincidente sobre o custo da vida, como tem acontecido nos últimos anos;
- promover a coordenação das políticas tributárias para fins comuns, como o combate à inflação em geral e à especulação dos valores mobiliários em particular e assim a solução de problemas comuns, como o agrário, o da habitação popular, etc;
- coordenar esforços financeiros e administrativos em torno de problemas comuns, como os de valorização econômica regional, produção e abastecimento;

- auxiliar os poderes locais desprovidos de recursos na solução dos seus problemas peculiares, através de:
- assistência técnica, como empréstimo de funcionários federais, estudo de projetos específicos, bolsas e estágios para funcionários locais;
- crédito, através do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e outros meios, inclusive garantia para financiamentos estrangeiros;
- subsídio financeiro direto.

A racionalização do "auxílio federal" deverá atender a três critérios, conforme já indicava a Mensagem de março de 1951:

- suprir deficiências técnicas e financeiras locais para o desempenho de programas essenciais ao desenvolvimento econômico e social do País;
- estimular e premiar o esforço dos poderes locais, relativamente às suas possibilidades;
- fixar recursos técnicos, nos centros regionais, contrariando a tendência à sua evasão para os grandes centros metropolitanos, os quais habilitem pro

gressivamente as administrações estaduais e locais a assumir a responsabilidade pela iniciativa e execução dos programas de desenvolvimento econômico e social.

Dessa maneira, conseguirá o País um melhor aproveitamento global na aplicação dos recursos do País, a mais rápida reabilitação das zonas mais atrasadas e a mais pronta realização de programas fundamentais, como os de transporte, energia, produção agrícola, etc., a compensação de desajustes econômicos e o suprimento de novos recursos técnicos para os poderes locais.

## Política Monetária

Este programa pressupõe que:

- a) boas finanças são indispensáveis para o maior progresso do País;
- b) é uma ilusão supor que as emissões ou o crédito liberal não têm efeitos inflacionistas quando se destinam à produção;
- c) é outra ilusão supor que se barateia o dinheiro simplesmente aumentando a sua oferta;
- d) que não é possível realizar ao mesmo tempo a expansão do financiamento à produção essencial e os investimentos de interesse básico para a Nação com a liberalidade do crédito e o florescimento de negócios especulativos;
- e) em consequência, que é preciso orientar os recursos financeiros da Nação em geral para as aplicações de maior prioridade do ponto de vista econômico-social, - ou seja, é indispensável uma política de austeridade, pública e particular;
- f) que o programa de base se deve realizar sem elevação geral dos preços, a-fim-de não prejudicar as classes populares durante a sua realização.

O desenvolvimento equilibrado de todo o programa de inversões públicas e desenvolvimento do País se fará pela harmonia das três políticas:

- política orçamentária de equilíbrio, tendendo para o saldo, enquanto não houver estabilidade de preços, salvo se houver rigorosa contenção do crédito e deficit no balanço comercial;
- política comercial e cambial baseada na manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos, mas tendendo para o deficit no balanço comercial, a-fim-de permitir maior suprimento de bens essenciais importados (deficit que deverá ser coberto pela entrada de capitais estrangeiros);
- orientação rigorosa do crédito, com contenção nos setores especulativos ou para aplicações urbanas e menos essenciais e expansão para a produção essencial;
- política de limitação dos lucros e de reajustamentos prudentes de salários, completada por uma campanha de economia popular, tendo em vista não aumentar de procura para consumo não essencial e para investimentos adiáveis. Serão entretanto encorajados os aumentos de salários e respeitados os lucros decorrentes de aumento da produtividade.

Orientação dos capitais

Política de crédito do Banco do Brasil visando maiores aplicações para a agricultura e indústrias da base.

Criação do B.N.D.E. para mobilização de recursos para inversões fundamentais nos setores de transportes, energia, indústrias básicas, armazenagem e produção agrícola, ou seja, para o reaparelhamento econômico do País.

Disciplina nas aplicações das Caixas Econômicas e instituições de previdência, tendo em vista evitar que contrariem a política governamental e beneficiem grupos, e canalizá-las para aplicações de interesse social e econômico básico.

Melhor orientação nas aplicações das reservas de seguro e capitalização, tendo em vista o interesse geral da economia brasileira, além da perfeita garantia dos segurados e tomadores de títulos.

Política oficial de aglutinação de capitais particulares para os grandes empreendimentos de interesse geral.

Política de redesconto para sanear certos setores do sistema bancário, e orientar e induzir em geral os bancos a maiores aplicações em benefício da produção.

Saneamento do mercado de títulos públicos, pedindo para isso a colaboração dos Estados, a-fim-de-estancar a situação de aviltamento na cotação dos títulos públicos, sobretudo estaduais, possibilitar o financiamento de novos empreendimentos através do crédito público e a organização das bolsas de títulos governamentais e privados, em benefício dos empreendimentos governamentais e privados.

### Perigo de super-investimento

Conquanto os programas a enfrentar sejam grandes em relação aos recursos normais do Erário e as necessidades normais de investimentos privados sejam muito avultadas, o Governo considerou necessário não retardar os empreendimentos básicos programados, mesmo com sacrifício de outros investimentos públicos e privados. As razões principais são as seguintes:

- Os investimentos em geral estão se fazendo presentemente a um custo crescente, pela insuficiência do aparelhamento de base da economia nacional (suministros de energia, transportes e outros serviços públicos, indústrias de base, produção agrícola). É conveniente, portanto, retardar os investimentos comuns, para realizar os investimentos de base.
- Com os investimentos públicos programados, o capital atualmente investido aumentará de produtividade real, permitindo menores preços e lucros efetivos maiores, através de menores preços de reposição e ampliação dos equipamentos, ou seja, das reinversões. A espera será portanto ampla e rapidamente compensada.
- A realização do programa de base permitirá o melhor ou mais amplo aproveitamento dos recursos naturais

do País, e assim de novas fontes de riqueza.

- A realização do plano terá como efeito uma atração maior para o Brasil de capital e da técnica, ampliando os nossos recursos, e superando a pressão inflacionária do super-investimento.

## Reformas tributárias

A legislação tributária e as taxações respectivas devem ser reformadas metódicamente, de sorte a atingir os seguintes objetivos:

- a) transferir, de fontes próprias, excedentes de poder financeiro, que permitam ao Governo a realização das inversões fundamentais do Plano, sem implicar, pela natureza e incidência do tributo, em elevação do custo da vida;
- b) constituir assim instrumento anti-inflacionário;
- c) contribuir para as alterações estruturais convenientes na economia nacional;
- d) racionalizar e simplificar o sistema tributário e as complicações fiscais.

No sentido acima:

- Redução razoável dos impostos indiretos que oneram os artigos de primeira necessidade e as transações correntes; e
- Elevação do imposto progressivo sobre a renda, com deduções para as inversões em títulos públicos e empreendimentos de interesse econômico prioritário;

conversão das ações ao portador em ações à ordem, a-fim-de combinar as vantagens de título ao portador com o imperativo social da tributação progressiva;

- Tributação sobre mais-valia e da renda derivada de operações imobiliárias (aplicações sem risco), tendo em vista cobrir os investimentos imobiliários especulativos e a posse improdutiva da terra, que é fator inflacionário e concorre para o desvio de capitais da agricultura e da indústria. Para isso:
  - a) alteração na cédula correspondente do Imposto de Renda;
  - b) elevação do imposto sobre a valorização imobiliária; estudo de uma legislação que faculte às entidades de direito público interno, e <sup>supletivamente</sup> ~~suplemente~~ às pessoas não lucrativas de utilidade pública, a opção da compra, com ágio limitado, dos bens imóveis pelo preço declarado nas escrituras;
- Entendimentos com os governos estaduais e municipais ao mesmo fim;
- Estabelecer normas de direito financeiro que estimulem os estados e municípios a agir na forma dos itens anteriores, possibilitando outrossim à União

suprir a ausência dessas entidades, em benefício tributário delas, ou mediante tomada de títulos para fins especiais. (Sobretaxa de luxo sobre residências acima de determinados padrões, etc).

- Estabelecer forte taxaço - taxa de luxo - sobre produtos suntuários e voluptuários; assegurar repressão à fraude nesses casos (escândalo atual dos cigarros americanos).
- Estabelecer em bases eficazes a contribuição de melhoria, reformando para isso a Lei atual, considerada pelos técnicos inaplicável.
- Adoção, em lugar de tributos, de processos de complemento ou mobilização de excedentes de poder financeiro individual, em escala naturalmente maior do que a dos tributos (sob a forma de depósitos compulsórios, empréstimos compulsórios ou tomada compulsória de títulos de risco de empreendimentos de interesse geral).

Política comercial e cambial

A política comercial e cambial tem em vista a defesa do balanço de pagamentos, a ampliação e melhor aproveitamento da capacidade nacional de importar.

Para esse fim:

- melhor coordenação entre os vários órgãos interessados na fixação da política comercial;
- defesa da cotação dos nossos produtos de exportação;
- fomento à produção dos artigos de exportação, elevando-lhes a produtividade e a capacidade de competição internacional (ver política agrícola);
- seleção rigorosa das importações, salvo necessidade de receber importações não essenciais para colocar produtos gravosos brasileiros, mas, neste caso, recolhendo das importações não essenciais recursos para atender aos itens seguintes (isto é, o governo obter lucros nas importações não essenciais forçadas para ajudar a realização do Plano);
- amparo aos produtos gravosos que sejam de interesse fundamental para as regiões produtoras, ou pa-

- ra o desenvolvimento da economia nacional;
- assistência técnica e financeira às regiões produtoras de produtos gravesos, para as habilitarem a produzir mais eficientemente os mesmos ou outros artigos para o mercado exterior e o interno;
  - fugir das operações vinculadas individuais;
  - fixação de novas tarifas aduaneiras, tendo em vista a crise persistente de capacidade de importar, face ao desenvolvimento do País, à conveniência de automatizar na escala possível a seleção das importações, e à necessidade de defender o desenvolvimento e diversificação da produção e estimular a concorrência pela produção localizada no País;
  - defesa do valor do cruzeiro, nas manipulação do câmbio, conforme a conjuntura internacional, e com os mesmos objetivos fixados no item anterior.

Preparação de quadros de alta categoria para a administração  
e os grandes empreendimentos econômicos e sociais

Programa de preparação e aperfeiçoamento de quadros, tendo em vista a insuficiência quantitativa - e técnica dos atuais para atender às necessidades crescentes dos empreendimentos públicos e privados e do desenvolvimento geral do País.

Em consequência de direitos tradicionais do sistema universitário formando demasiados bachareis em direito e numero insuficiente de profissionais em outros ramos científicos e técnicos; bem como das deficiências do ensino superior e das instituições post-universitárias, torna-se imperioso um programa de preparação e aperfeiçoamento de quadros técnicos, compreendendo:

- bolsas para funcionários e outras pessoas, já experimentadas e devidamente selecionadas.
- institutos de altos estudos e de pesquisas;
- desenvolvimento dos cursos científicos e técnicos;
- aperfeiçoamento do ensino superior.

## Pesquisas e levantamento dos recursos do País

O conhecimento das condições do País e dos seus recursos ainda é muito insuficiente. No plano de organização básica, visa-se desenvolver os estudos e pesquisas, dentro e fora da administração, com a aplicação dos mais modernos recursos científicos.

Este e o programa anterior, que estão diretamente ligados, poderiam ser denominados " A ciência Moderna a serviço da Nação".

O Conselho Nacional de Pesquisas é o órgão de execução dessa política no tocante às pesquisas de interesse para a energia atômica e a promoção de todas as demais no campo das ciências físicas e naturais e respectiva tecnologia.

O Governo pretende reforçar de meios mais amplos e eficientes todos os serviços públicos encarregados do levantamento dos recursos naturais e da respectiva tecnologia, bem como as organizações de pesquisas biológicas e médicas.

Ao lado disso, pretende dar ao I.B.G.N. crescentes condições de eficiência, integrando-o funcionalmente nos objetivos fundamentais do desenvolvimento econômico e social do País.

As pesquisas de caráter econômico e social deverão ser encorajadas, já havendo o Governo promovido:

- a) pesquisa nacional sobre Padrões de vida, por intermédio da C.N. Bem Estar Social;
- b) pesquisa nacional sobre condições da vida rural, tendo em vista a reforma agrária, através da C.N. Política Agrária.

## Reformas na legislação substantiva

A atualização do sistema jurídico às necessidades da evolução econômica e social faz parte do programa de base. Algumas reformas e inovações se fazem necessárias. Entre elas, o Governo considera com maior prioridade:

- a reforma da legislação sobre cheques, no sentido de assegurar maior divulgação de seu uso;
- legislação moderna sobre lançamento de títulos ao público e de incorporações, no sentido de prevenir fraudes e dar mais garantias ao público, estimulando dessa forma o processo de capitalização popular e o financiamento de grandes empreendimentos privados;
- a reforma geral do código comercial, a-fim-de atualizá-lo;
- atualização do direito civil no que se refere, sobretudo, ao direito de propriedade (relacionado com o problema agrário e da habitação popular, desapropriação por utilidade pública, etc) de sorte a atualizar as normas de acordo com as necessidades econômicas e sociais e com o princípio constitucional da utilização social da propriedade privada;

- aperfeiçoamento e consolidação das legislações es-  
pecializadas, no sentido de simplificá-la e faci-  
litar o respectivo domínio pelo público.

## Política Nacional de Energia

No setor das realizações diretas e concretas, tendo em vista romper os pontos de estrangulamento e dar bases firmes à economia nacional, o Plano implanta uma Política Nacional de Energia. A grandesa de um País e o nível de vida do seu povo dependem da abundância de fontes de energia.

A Política Nacional de Energia compreende:

- Programa do Petróleo Nacional, visando à emancipação do País na produção petrolífera;
- Programa Nacional de Eletrificação, visando atender à efetiva demanda crescente de eletricidade das várias regiões do País;
- Programa do Carvão Nacional, visando ampliar, melhorar e baratear a produção do carvão nacional, aproveitando o mais amplamente para a siderurgia, a indústria química e a produção local de eletricidade;
- Programa de Energia Florestal, visando a abundância do combustível dos centros e lares pobres, a ampliação e melhor aproveitamento dos recursos florestais e a defesa das reservas de solo e de energia hidráulica da Nação;
- Política de uso das várias fontes de energia.

Ar. Soares  
(continuação do Plano B)  
24. 9. 52

PROGRAMA DO PETRÓLEO NACIONAL

Esse programa, amplamente debatido à vista da Mensagem com que o Governo encaminhou ao Congresso o projeto de lei destinado a constituir a "Petróleo Brasileiro, S.A.", objetiva fundamentalmente:

- impulsionar, de forma vigorosa, os trabalhos de pesquisa e produção de petróleo no território nacional e iniciar a cooperação com o Governo boliviano, no mesmo sentido;
- ultimar as refinarias iniciadas no Governo anterior e montar novas usinas de refino, nos principais centros de distribuição dos derivados, para alcançar cerca de 70% do consumo do País, em 1957;
- ampliar a frota de petroleiros, para que realize cerca de 50% dos transportes marítimos, em 1957;

- iniciar a industrialização do xisto betuminoso;
- estabelecer a indústria petroquímica, inclusive para a produção de adubos azetados;
- fomentar a produção interna de materiais indispensáveis à indústria do petróleo;
- preparar pessoal técnico e operariado qualificado para a realização do programa e para o seu desenvolvimento futuro.

A efetivação desse programa subentende a intervenção de vultosos recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de participação privada em contribuições compulsórias (ao todo Cr\$ 10 bilhões em cinco anos), e deverá proporcionar substanciais recursos financeiros, graças à rentabilidade dos empreendimen-

tos, para prosseguimento do trabalho após 1957.

Posto em prática, constituirá realização decisiva para o desenvolvimento da economia nacional, pela maior segurança do abastecimento interno de combustíveis líquidos e lubrificantes de origem mineral e pela redução dos encargos da balança de pagamentos. Reduzindo-se o dispêndio de divisas para a cobertura das importações de petróleo e derivados e de fretes, será possível atender outros setores da atividade nacional dependentes de suprimentos externos.

## PROGRAMA NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO

Com o fim de aumentar a produção de energia elétrica, pela ampliação da capacidade geradora instalada e pelo seu melhor aproveitamento, visando a atender à efetiva demanda crescente do País, o programa compreende:

- Elaboração de um plano de eletrificação, para 10 anos, prevendo-se
  - a participação privada no suprimento;
  - os empreendimentos a cargo dos Estados e Municípios capazes de realizar parte do programa;
  - a ação supletiva do Governo Federal.
- Amparo justo ao capital particular, no sentido de atraí-lo para investimentos em energia, mediante
  - revisão da legislação vigente, sobre a matéria;
  - concessão de crédito através do B.

N.D.R.

- Apoio efetivo às iniciativas e esforços dos governos estaduais e municipais, através da assistência técnica e do crédito.
- Realização urgente de empreendimentos federais nas zonas críticas.
- Organização da iniciativa federal através de uma entidade especializada, para o financiamento e a execução da parte federal do programa.
- Obtenção de novos recursos públicos, a-fim de assegurar a realização do programa, a longo prazo.
- Instalação da indústria de material elétrico pesado no País.
- Reorganização dos serviços da administra -

ção comum para questões de eletricidade, articulando melhor os órgãos federais com os dos Estados que já o possuem, com o fim de descentralizar, quanto conveniente, a execução da política de energia.

O desenvolvimento do País está-se processando em ritmo mais acelerado do que o acaso previsto pelas empresas concessionárias ou permissionárias da produção de eletricidade, de tal forma que a demanda não tem sido satisfeita em nenhuma região. Sem um grande esforço no sentido de ampliar a capacidade geradora atual e de realizar os novos empreendimentos exigidos pelo desenvolvimento futuro, ficaria comprometido todo o programa de melhoria das condições de vida da população nacional.

## PLANO DE CARVÃO NACIONAL

O Plano do Carvão Nacional resultou dos estudos a que mandou proceder o Governo anterior, para melhoria da economia carvoeira do País. Impresso ao programa de ação oficial e cunho da política econômico - financeira de atual governo, foi a questão encaminhada ao Congresso, de cujo pronunciamento depende a Administração para trabalhar. O Plano tem os seguintes objetivos principais:

- Racionalização da produção carvoeira, principalmente em Santa Catarina, para obtenção de carvão coqueificável, mediante
  - a mecanização do trabalho no subsolo;
  - o selecionamento na superfície do material extraído das jazidas.
- 
- Tratamento do carvão-vapor nas zonas de ex-

tração, de forma a reduzir ao mínimo o transporte do

- Tratamento do carvão coqueificável no lavador central.
- Aproveitamento máximo do carvão inferior em usinas térmicas locais.
- Aparelhamento do porto de Ibituba para o embarque eficiente de carvão coqueificável e de carvão-vapor, a baixo custo.
- Construção de uma frota carvoeira, para transporte a granel e o baixo custo do carvão escoado por via marítima para os grandes centros de consumo.
- Aparelhamento dos portos do Rio de Janeiro e de Porto Alegre para receber carvão a granel.

- Construção de uma carvoeira na estação de Jaguari, S.F.C.B., para estocagem do produto.
  
- Aparelhamento das estradas de ferro transportadoras de carvão, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e no Estado do Rio de Janeiro.
  
- Estudo da montagem de usinas termo-elétricas consumidoras do carvão nacional, a serem construídas conforme o Plano Nacional de Eletrificação.
  
- Estudo da industrialização da pirita contida no carvão nacional, para produção de ácido sulfúrico e recuperação do enxofre.
  
- Assistência aos trabalhadores da indústria carvoeira.

- hospitalar,
- residencial,
- social.

A execução do Plano do Carvão possibilitará o suprimento de parcela considerável do coque indispensável ao trabalho da usina de Volta Redonda, em via de duplicação; aumentará o raio de uso do carvão-vapor nacional e possibilitará a ampliação da capacidade de produção e transporte, será possível melhorar substancialmente os salários da massa trabalhadora empregada nessa atividade, mantendo-se os preços de venda em níveis competitivos com os do produto importado.

PROGRAMA DE ENERGIA FLORESTAL

Conquanto ainda em esboço, esse programa constitui um dos objetivos do Plano do Governo no setor da energia, já anunciado nas duas primeiras Mensagens anuais ao Congresso. Será um complemento aos Planos do Petróleo, da Eletricidade e do Carvão e visará a

- melhorar, a longo prazo, o suprimento de lenha às indústrias (estradas de ferro, siderurgia e carvão de madeira, usinas térmicas, etc) e aos principais centros urbanos;
- reduzir os preços do combustível de origem florestal.

O programa deverá compreender, essencialmente,

- a criação de Fazendas Florestais destinadas

- ao plantio e exploração de lenha e carvão vegetal, para suprimento de indústrias e consumo doméstico;
- à produção agrícola e pecuária simultânea, nas áreas não ocupadas pela silvicultura;
- à eventual produção de energia elétrica, no centro produtor de lenha, as outras fontes de energia na região.

A elaboração e execução dêsse programa subentende a possibilidade de mobilizar recursos materiais e financeiros locais indispensáveis à sua realização, a longo prazo. A constituição de empresas que interessem a grupos de Municípios contíguos parece a modalidade de ação conveniente. Para constituição dos seus recursos financeiros, tornar-se-á necessária autorização legal de aplicação de impostos regulados por Lei federal, com o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos, o fundo de eletrificação, etc.

- Matéria em estudo.

PROGRAMA DE APARELHAMENTO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Outra carência grave no País é a de um sistema eficiente de transportes. Atualmente, os fretes entre as várias zonas e regiões do País os distanciam mais do que as enormes distâncias transoceânicas afastam do Brasil países de outros continentes. Mas não são apenas os fretes. Os custos invisíveis de transporte, decorrentes da falta, precariedade, insegurança, agravam muito esse embaraço ao desenvolvimento do País.

O programa visa não apenas construções e aparelhamento, mas também o estabelecimento de bases financeiras sólidas para as empresas de transporte e ainda condições administrativas de maior eficiência. Compreende:

- a) plano de dragagem e reaparelhamento dos portos, rios e canais, visando à dragagem de ..... milhões de metros cúbicos, o aparelhamento permanente para dragagem, a construção de ..... canais de cais e o melhor equipamento dos portos.
- b) organização e reaparelhamento da navegação, visando renovar e ampliar em cerca de ----- toneladas a fro-

- e) reaparelhamento das estradas de ferro e organização da Rede Ferroviária Nacional;
- d) programa rodoviário de ..... Kms. de novas ligações e de pavimentação de ..... Kms. de rodovias;
- e) programa de aerovias, tendo em vista equipar os aeroportos com aparelhamento moderno de segurança de voo, melhorar as pistas e construir novos campos pelo Interior, sobretudo os da rota sul-Manaus; reaparelhamento das companhias de navegação aérea com apoio do Governo;
- f) atualização de traçado do Plano Nacional de Viação e estabelecimento das bases administrativas e técnicas para a coordenação dos transportes;
- g) Reequipamento da rede postal-telegráfica (Plano Postal-Telegráfico);
- h) apoio governamental para a expansão das redes telefônicas interurbanas.

Programa de Silos, Armazens, Frigoríficos e Matadouros

Industriais

O objetivo é dotar o País de uma rede de aparelhamento básico para melhor aproveitamento das safras e dos transportes, menor flutuação dos preços, mais segurança e renda para os agricultores e abastecimento mais farto e barato para os consumidores.

O programa compreende:

- a) projeção de uma rede de silos, armazens, frigoríficos e matadouros industriais, com o aparelhamento de transporte especializado, de sorte a atender às necessidades da produção e escoamento das safras, e a fomentá-las;
- b) apóio aos projetos privados, que se enquadrem nessa rede;
- c) apóio aos projetos dos governos estaduais e municipais, que se enquadrem nessa rede;

- d) aplicações diretas do governo federal no programa do trigo;
- e) aplicações diretas do governo federal pelo serviço de revenda do Ministério da Agricultura;
- f) utilização dos armazens do Dep. N. Safé;
- g) instalações de primeira urgência da C O F A P;
- h) organização de uma entidade especializada para gerir as aplicações do governo federal na rede e assim prestar assistência técnica e financeira às organizações locais.
- i) mobilização de recursos de diversas origens para a rede, na importância de Cr\$ 3 bilhões em ..... anos, sendo Cr\$ ..... do Tesouro federal.

PROGRAMA DE FOMENTO AGRÍCOLA

O desenvolvimento da produção agrícola e a estabilidade da economia rural brasileira é a maior preocupação do Governo, visando a superar a atual crise de abastecimentos e de exportações, a abrir novos horizontes de emprego nas zonas rurais e novas condições de vida no Interior do País.

O programa compreende:

*Trigo*

## AMPARO AO HOMEM DO CAMPO

Os inquéritos e depoimentos sôbre o problema de "favelas" são quase unânimes quanto à indicação de sua causa principal: o êxodo rural. Em parte êsse fenômeno é inevitável, mas êle se agrava porque as condições de vida no Interior são, para as camadas mais baixas, ainda piores que nas grandes cidades.

Em face das preocupações manifestadas pelos participantes da "Semana de Estudos das Favelas" sôbre os meios de estancar ou reduzir o crescimento dêsse aglomerados urbanos insalubres, cumpre informar as medidas que têm sido tomadas ou estão em discussão no Congresso, visando ao amparo do homem do campo.

## POLÍTICA RURAL DO GOVÊRNO

As mensagens anuais de 1951 e 1952 do Presidente Vargas ao Congresso, mostram as preocupações e providências do Govêrno, que constituem, no seu conjunto, uma política de produção agrícola e amparo ao homem do campo.

### Crédito Agrícola

- Foi baixado novo Regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do B.B., ampliando e facilitando as operações.
- Foi alterado o Estatuto do Banco do Brasil para permitir o crédito pessoal dos agricultores, sem outras garantias, até Cr\$ 50.000,00.
- O aumento das operações da Carteira Agrícola já é considerável. Os empréstimos agrícolas em 1951 aumenta-

ram sobre 1950, e já em junho de 1952 haviam aumentado de % sobre dezembro de 1951.

- Desenvolveu-se o crédito ao criatório, o qual dará, com algum tempo, os seus resultados. O crédito geral à pecuária, todavia, está ainda prejudicado pela situação irregular da moratória dos pecuaristas.
- Toda a política bancária visa a ampliar a aplicação dos recursos do sistema bancário oficial e privado no crédito aos agricultores, através da contenção das aplicações especulativas (financiamento de estoques, de intermediários, negócios imobiliários, etc.). Para atingir melhor esse fim, propoz o Governo um projeto de lei ampliando os limites de redesconto para títulos relativos a crédito à agricultura, feitos pelos bancos particulares.
- A antiga Caixa de Crédito Cooperativo foi transformada em Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com maiores recursos, e já ampliou suas operações em 1951 em % em relação a 1950.
- Outras medidas fundamentais estão em estudos:
  - a criação de títulos de crédito que facilitem as operações, simplificando as atuais formalidades para constituição de penhor e hipotec. Já existem dois ante-projetos no gabinete do Presidente, um deles elaborado a seu pedido pelo Ministério da Fazenda;
  - a simplificação e barateamento de outras formalidades relacionadas com contratos agrícolas.

#### Garantia de Preços Mínimos (Lei 1.506 de 19.XII.51)

A nova lei, de acordo com o projeto do Executivo, possibilita a aplicação de sistema a todos os produtos de origem vegetal que apresentem as condições técnicas indispensáveis ao funcionamento do sistema: suportar armaze-

nagem e haver armazens adequados, de preferência "armazens gerais". (O Congresso não quiz estender, como propoz o Presidente Vargas, o sistema também aos produtos de origem animal, como ovos, carne, manteiga, queijo, etc.).

A nova lei estabeleceu que a fixação dos preços mínimos seria feita com antecedência à semeadura, conforme a região.

Além disso, dispoz sobre recursos próprios para esse fim, os quais em parte poderão aplicar-se na ampliação da rede de armazens.

#### Armazens, Silos e Frigoríficos

Para possibilitar a aplicação ampla do sistema de preços mínimos, do crédito, para regularizar os transportes, para reduzir as perdas, por ostrago de toda a sorte, das safras, e dessa maneira assegurar melhores receitas aos produtores e abastecimento mais regular, o Govôrno considerou como fundamental uma rede de silos, armazens e frigoríficos.

Além da medida já referida, cabe referir as seguintes:

- instalação pelo Ministério da Agricultura de uma rede de silos para trigo e outros cereais;
- fornecimento aos agricultores, cooperativas e poderes locais de pequenos silos metálicos;
- financiamento parcial para a instalação de frigoríficos e matadouros frigoríficos nas zonas indicadas pelos técnicos;
- estudo e financiamento dos programas regionais de silos,

armazens e frigoríficos que têm sido apresentados à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (já foi aprovado o primeiro financiamento);

- Estuda-se uma organização federal para colaborar com os poderes locais e particulares na instalação de uma rede nacional, a qual importará em mais de 3 bilhões de cruzeiros.

### Transportes

O programa de reabilitação das ferrovias e dos portos e navegação e de expansão rodoviária, que está sendo realizado numa escala jamais atingida entre nós, terá e feitos decisivos sobre o desenvolvimento do Interior. É desejo do Governo, se dispuser de maiores recursos, antecipar e ampliar ainda mais, o programa iniciado.

### Eletrificação e outras fontes de energia

O mesmo se poderá esperar dos projetos de centrais elétricas no Interior, com as respectivas redes de transmissão, já iniciados, em zonas menos desenvolvidas. O Governo estuda a mobilização dos recursos para um grande programa nacional de eletrificação, em colaboração com os poderes locais, do porte do programa do petróleo nacional, mas está encontrando dificuldades na insuficiência e má distribuição dos recursos orçamentários.

O programa do petróleo, criando fontes de vida própria para o País, permitirá a expansão das rodovias, da mecanização agrícola, a dieselificação das ferrovias do Interior, a industrialização rural e a produção de energia elétrica mais abundante, em usinas locais ou centrais, onde não houver fontes hidráulicas mais econômicas.

No cumprimento do seu programa de base, o Govêrno está atacando todos os problemas de energia. Além dos indicados, está, há mais de um ano no Congresso o Plano do Carvão Nacional que, barateado e melhorado, terá reflexos sôbre a economia do Interior, através dos transportes e indústrias, particularmente a produção do aço.

Para completar o quaêro, está em estudos um grande programa nacional de proteção e rehabilitação das reservas de matas, visando combater a crise que se agrava cada dia no Interior, de lenha e carvão.

#### Seguro Agrícola

Oriundo de mensagem do Presidente Vargas, está sendo discutido na Câmara o projeto n. 2.214, criando a Companhia Nacional de Seguro Agrícola, destinada a desenvolver progressivamente operações de seguros agro-pecuários e assim amparar o agricultor em face das catástrofes e de riscos agrícolas, como granizo, gada, estiagem, pragas.

#### Colonização → acesso à terra própria

A administração federal está desenvolvendo as atividades de colonização através:

- da Diretoria de Terras e Colonização do M. da Agricultura, cujas colônias e núcleos agrícolas, que vinham sendo, na maior parte, simples colônias de funcionários, estão sendo preparadas para receber milhares de famílias. Ao lado dos antigos, estão sendo abertos novos núcleos coloniais.
- da Comissão do Vale do São Francisco, que está construindo uma grande hospedaria para retirantes nordestinos, em Corinto, Minas, como centro de assistência, prepara

ção e seleção, e está instalando uma grande colônia agrícola na Fazenda Paracatú, enquanto realiza os estudos de irrigação para a instalação de duas grandes colônias, nos vales do Corrente e do rio Grande, no médio São Francisco.

Para desenvolver esse programa, criaram-se novas facilidades no novo Regulamento da Carteira Agrícola do B.B., mas, como isso não bastasse, pois à Carteira cumpre sobretudo ampliar os financiamentos que já faz, propoz o Presidente Vargas ao Congresso:

- = a criação da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, (proj. 2.109) com recursos mínimos de 200 milhões por ano, em 5 anos;
- = a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Projeto 2.110), que reunirá os serviços atualmente ocupados com a imigração e a Diretoria de Terras e Colonização, e cujo programa será predominantemente de fixação do pequeno agricultor e trabalhador nacional em gleba própria, e de organizar ou deter o êxodo rural. O I.N.I.C. terá no mínimo 200 milhões anuais. O programa de imigração colonizadora, incorporando ao país recursos técnicos e de capital, terá também o efeito de trazer novas condições de vida às zonas rurais, contribuindo não só para o aumento e diversificação da produção, mas também para transmitir à nossa gente novas técnicas e dar aos nossos trabalhadores rurais mais empregos.

#### Serviço Social Rural e Previdência

O Presidente Vargas enviou ao Congresso, em Mensagem de 19.6.51, o projeto criando o Serviço Social Rural, para organizar e desenvolver, em colaboração com os serviços públicos e as associações rurais, a assistência à populações rurais. Naturalmente, os recursos não serão sufici-

entes de logo para uma obra completa, mas com essa cooperação muito se poderá conseguir.

O desenvolvimento das associações rurais e das cooperativas de agricultores é indispensável para o melhor funcionamento do serviço social, do crédito agrícola e talvez para possibilitar a instituição da previdência social no campo.

O desenvolvimento das cooperativas será uma consequência da ampliação dos recursos e operações do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, bem como da nova seção de cooperativas da Carteira Agrícola do B.B..

#### Missões rurais

O Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde (Serviço de Educação de Adultos) estão promovendo missões rurais e cursos de preparação de instrutores e assistentes para êsse fim.

#### Fomento Agrícola e fornecimento de materiais

O desenvolvimento das atividades de fomento já é considerável, apesar do pouco recurso que ainda dispõe o Ministério da Agricultura para êsse fim, e que está sendo ampliado no orçamento para 1953.

Fato notável é a expansão do fornecimento de equipamentos e materiais a preços baixos e com facilidades de financiamento em alguns casos. Assim, o número de tratores distribuído o ano passado pelo Ministério da Agricultura, em colaboração com o Banco do Brasil, foi superior ao do quinquênio precedente.

Dessa forma, está sendo expandido, o serviço de fornecimento, na medida das possibilidades, de jipes, bombas, pulverizadores, etc., ao lado de adubos, inseticidas e sementes.-

Indústrias básicas à agricultura

Está em início o programa de montagem e fabricação gradual de tratores, na Fabrica Nacional de Motores.

Já está em fase executiva a instalação da primeira grande fabrica de adubos intergonados, para aproveitamento dos gases da Refinaria de Cubatão.

O Governo está apoiando as iniciativas para fabricação de outros adubos, notadamente os fosfatados.

Política de financiamento da Fundação da Casa Popular, dos institutos de previdência e das caixas econômicas.

A orientação governamental é no sentido de orientar as aplicações, quanto possível para o Interior, além da limitação dos financiamentos aos níveis da casa popular.

As Caixas Econômicas só devem financiar casas populares ou serviços de utilidade pública dos municípios.

~~Pretende o Governo induzir as companhias de seguros e capitalização a aplicações nos mesmos critérios.~~

Está sendo estudado um sistema de financiamento mais amplo aos serviços públicos fundamentais dos municípios.

Comissão Nacional de Política Agrária

Foi constituída por Decreto nº ..... de ..... a C.N.P.A., que reúne homens de grande capacidade, para o fim de estudar projetos de leis sobre as condições de arrendamento e de trabalho rural, a desapropriação de terras para colonização, o combate ao valor especulativo da terra, a organização da colonização (já objeto dos projetos referidos, enviados à Camara) e todas as

outras medidas conducentes à organização da vida rural brasileira e à proteção ao homem do campo.

### Nordeste

A região de maior evasão é a denominada do Polígono das Sêcas. A evasão normal foi agravada pela estia - gem de 1951 e 1952. Para reduzir as consequências deste fenômeno, o governo federal prestou toda a assistência à região nordestina, dispendendo cerca de 700 milhões.

Além das obras permanentes e das de socorro do D.N. Obras Contra as Sêcas, desenvolveu-se a colaboração com os poderes locais. Exemplo típico dessa colaboração é o funcionamento da Comissão de Abastecimento do Nordeste - (CAN) em colaboração com os municípios, dando trabalho, instrumentos e víveres aos trabalhadores nas zonas de sua moradia.-

\*\*\*\*\*

1.B.C.

*Incluir indústrias que produzam  
exportações ou economizem  
importações ?*

INDÚSTRIAS BÁSICAS

Visa o governo consolidar e ampliar as bases para o desenvolvimento da indústria, da agricultura e dos transportes, além da defesa nacional e da segurança econômica.

Sem falar na Política Nacional de Energia, que compreende o aumento da produção de carvão e petróleo, compreende o programa de indústrias básicas a expansão ou implantação de indústrias siderúrgicas e de primeira metalurgia, químicas de base e mecânicas, como sejam:

- (e descentralização)*
- a) ampliação e diversificação da indústria siderúrgica;
  - b) estabelecimento das indústrias de metais não ferrosos;
  - c) instalação da grande indústria de álcalis;  
*cimento*
  - d) estabelecimento da grande indústria do enxofre e ácido sulfúrico;

e) instalação da indústria petroquímica (derivada do petróleo), incluindo a produção de adubos azotados;

f) produção de superfosfatos para a agricultura;

g) indústria mecânica, sobretudo:

- caminhões e tratores - F.N.M. e programa de fomento à produção progressiva no País;

*se precisar*

- máquinas para indústrias diversas.

- ind. mat. elétrica  
- eletrônica

i) expansão das pesquisas minerais e tecnológicas.

h) produção mineral

Ferro - Parsopelva  
          - Isabira

Manganês

PLANOS REGIONAIS

Entende o governo que o desenvolvimento equilibrado da economia brasileira requer o planejamento regional do País, com o amparo do governo federal, para:

- suprir as naturais deficiências dos governos estaduais e municipais, e aproveitar melhor os recursos do País;
- compensar certos desequilíbrios que se produzem na economia interna do País;
- assegurar a vitalidade da posse sobre regiões periféricas menos desenvolvidas.

Compreende o programa de Planos Regionais os seguintes:

tes:

- Plano de Valorização Econômica da Amazônia;
- Plano do Nordeste;

- Plano do Vale do São Francisco;
- Programa do Vale do Paraíba;
- Plano do Vale do Paraná;
- diversos programas regionais menores, levados a efeito através do Programa de colonização, como sejam:
  - Programa do Babaçú
  - Programa da Baixada Fluminense;
  - Programa de Recuperação do Recôncavo;
  - Plano regional da região Jequitinhonha-Mucuri;
  - Plano regional da nova *Paraná - St. Catarina* ~~S.ª. São Paulo - Rio Grande~~
- Programa da Fundação Brasil-Central e Parque Indígena do Xingú.

PROGRAMAS ECONÔMICO-SOCIAIS

(programas de projeção popular)

- a) ampliação, em bases financeiras seguras, dos serviços de venda direta da COFAP e do SAPS pelo País;
- a2 *indústrias de alimentação*
- b) ampliação dos serviços médico-sociais da previdência;
- c) melhoria dos planos de benefícios da previdência social;
- d) Habitação popular, visando melhorar as condições gerais de habitação popular no País;
- e) Colonização (já visto, a tratar-se da política agrícola), visando o acesso à terra própria;
- f) assistência aos municípios para serviços de saneamento, força, transporte e comunicações.
- g) Assistência ao artesão e trabalhador independente.

- h) expansão das oportunidades de aprendizagem, aperfeiçoamento e acesso social para o proletariado; Universidades do Trabalho e campanha do "GANHE MAIS, APRENDEDO."
- i) maior garantia no emprego pelo Fundo de Indenizações.
- j) programa geral de valorização do trabalho e do salário.
- k) campanha contra acidentes e pelo aumento da produtividade.
- l) Regularização e melhoria dos auxílios familiares (eliminação da condição "todos os filhos menores")
- m) ~~reestabelecimento da indústria cinematográfica~~ x ~~em~~  
x bases fixas no Brasil

- m) Bolsas para estudantes pobres; auxílio às Casas de Estudantes e aos restaurantes.
- n) expansão das bibliotecas populares.
- o) campanha do livro didático e técnico popular
- p) concursos populares, universitários e intelectuais.
- q) estabelecimento da indústria cinematográfica, em bases firmes, no Brasil
- r) utilização em escala ampla do cinema educativo